



Universidade Federal
de São João del-Rei



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTE E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

SARAH FERREIRA RODRIGUES

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O
FEMINICÍDIO NOS PORTAIS G1 E BRASIL DE FATO**

SÃO JOÃO DEL-REI
2021



Universidade Federal
de São João del-Rei



SARAH FERREIRA RODRIGUES

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS
SOBRE O FEMINICÍDIO NOS PORTAIS G1 E BRASIL DE FATO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo

SÃO JOÃO DEL-REI
2021

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696 Rodrigues, Sarah Ferreira.
UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES
DISCURSIVAS SOBRE O FEMINICÍDIO NOS PORTAIS G1 E
BRASIL DE FATO / Sarah Ferreira Rodrigues ;
orientador Cláudio Márcio do Carmo. -- São João del
Rei, 2021.
130 p.

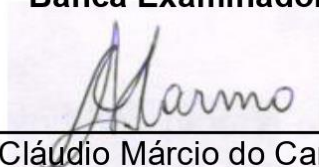
Dissertação (Mestrado - Letras) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2021.

1. Análise crítica do discurso. 2. Feminicídio. 3.
Mídia Hegemônica. 4. Mídia Contra-hegemônica. 5.
Patriarcado. I. Márcio do Carmo, Cláudio, orient.
II. Título.

Sarah Ferreira Rodrigues

Uma análise crítica das representações discursivas sobre
o feminicídio nos portais G1 e Brasil de Fato

Banca Examinadora



Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo – UFSJ
(Presidente/Orientador)



Prof.^a Dr.^a Christina Ferraz Musse – UFJF
(Titular Externo)



Prof. Dr. Paulo Henrique Caetano - UFSJ
(Titular Interno)

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção
Vice-Coordenador do PPG em Letras

Setembro de 2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO,
ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 28/09/2021

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 4/2021 - PROMEL (13.20)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/09/2021 19:15)

ANTONIO LUIZ ASSUNCAO
VICE-COORDENADOR - SUBSTITUTO
PROMEL (13.20)
Matrícula: 986744

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/> informando seu número: 4, ano: 2021, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **28/09/2021** e o código de verificação: **54ba7ff7b8**

AGRADECIMENTOS

Se hoje encerro a trajetória desta pesquisa, depois de muitas angústias, incertezas e dificuldades, o meu sentimento é da mais profunda gratidão a todos que tornaram possível a finalização dessa caminhada. Sem meus amigos e familiares eu com certeza não teria conseguido ir até o fim desse árduo percurso.

Primeiramente agradeço A Fonte Criadora e Divina, que sempre me fortalece, guia e consola, e age de inúmeras e misteriosas maneiras por meio de pessoas e circunstâncias, me abraçando e acolhendo sempre que necessário.

Agradeço imensamente aos meus pais, Sueli e Antônio, que devido as desigualdades sociais do nosso país, não tiveram a oportunidade de estudar, mas sempre me incentivaram tanto quanto possível a fazer diferente. Essa conquista é acima de tudo de vocês.

Minha gratidão aos meus padrinhos Márcia e João Batista, que, apesar da nossa sociedade desigual, batalharam para realizar seus estudos, e tornaram possível que eu também estudasse. Espero que um dia eu possa retribuir a alguém o que vocês fizeram por mim.

Agradeço a todos os meus familiares que, por meio do cuidado, amizade e carinho, mesmo sem ter consciência de tal fato, me confortaram e trouxeram leveza aos momentos pesados nos quais eu achei que não conseguiria.

O meu muito obrigado também aos meus amigos, pessoas tão queridas e singulares, com as quais eu tenho a alegria de desfrutar a companhia nessa trajetória terrestre. Agradeço especialmente ao Felipe, que partilhou comigo todos os momentos do mestrado.

O meu agradecimento ao professor Cláudio, exemplar pesquisador, pelo seu olhar clínico e assertivo sobre a minha pesquisa, por partilhar um pouco da sua grande bagagem de conhecimento comigo, e pela paciência e compreensão em todos os meus momentos de dificuldade.

Agradeço aos professores Paulo Caetano e Christina Musse pela leitura e pela contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa. Um agradecimento especial ao professor Paulo, com o qual fiz o meu estágio docente durante o mestrado e que me acompanha desde a graduação, por ser uma das pessoas mais humanas e inspiradoras que eu conheço.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (Promel) e a todos os professores excepcionais com os quais tive a oportunidade de aprender neste período de mestrado. Um agradecimento especial também a UFSJ, local que acolheu meus sonhos e mudou os rumos da minha vida, me tornando para além de uma profissional, um ser humano melhor.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo realizar uma análise crítica das representações discursivas sobre o fenômeno do feminicídio em dois portais jornalísticos online, sendo eles G1 e Brasil de Fato. Essa investigação se faz relevante visto que o Brasil foi recentemente classificado como tendo a quinta maior taxa de feminicídios do mundo segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o que demonstra a gravidade desse problema social no país. A mídia integra o poder simbólico, e, por meio da produção de produtos midiáticos, distribui formas simbólicas na sociedade, fazendo com que as pessoas utilizem dos recursos disponibilizados por ela para estabelecer sua compreensão de mundo (THOMPSON, 1998). Já o discurso consiste numa prática de representação e significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001). Portanto, a relevância da mídia na formação da opinião pública justifica o interesse por estudar fenômenos sociais pelo viés midiático. Por outro lado, investigar a questão do feminicídio sobre uma perspectiva discursiva permite a observação de como aspectos da linguagem se entrecruzam com estruturas sociais mais amplas, possibilitando a compreensão de quais os discursos sobre o feminicídio têm circulado amplamente na sociedade brasileira. Além do mais, o feminicídio consiste num crime motivado por questões de gênero, o que torna a discussão sobre gênero, patriarcado e papéis sociais um aspecto central dessa pesquisa. De um ponto de vista teórico-metodológico, nos apoiamos principalmente na análise crítica do discurso proposta por Fairclough (1995, 2001, 2003) para a realização dessa pesquisa, mobilizando também alguns pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional e da Linguística de *Corpus*. Partindo de um *corpus de pequena dimensão* (cf. SINCLAIR, 2001) e com o apoio nos dados levantados por meio do programa AntConc (ANTHONY, 2019) procuraram-se explicitar as relações lexicais construídas com a palavra-chave *feminicídio*, visando compreender a quais ordens do discurso o termo está sendo relacionado, bem como descrever seu uso e associações temáticas nos portais G1 e Brasil de Fato. Para viabilizar a análise voltamos nossa atenção primeiramente à linguagem, partindo da padronização da palavra-chave *feminicídio* e, posteriormente, relacionando seu uso à coesão textual. Também integrou a análise as condições de produção, distribuição e consumo dos textos, a partir do mapeamento das características dos veículos estudados, atentando para o contexto institucional e social da mídia, por meio da observação de relações de poder e ideologia presentes nos discursos sobre o tema que são evocados no *corpus*. Por meio dessa investigação foi possível afirmar que o perfil semântico da palavra-chave *feminicídio* apresenta diferenças ao observamos os portais G1 e Brasil de Fato. Enquanto no portal G1, o feminicídio liga-se principalmente ao campo discursivo criminal e policial, voltado para uma perspectiva factual do fenômeno, no portal Brasil de Fato são acionados o discurso da militância e um discurso sociológico, focado na discussão do feminicídio como um problema social, buscando um aprofundamento crítico na questão e na necessidade de se combater esse tipo de crime.

Palavras-chave: Análise crítica do discurso. Feminicídio. Mídia Hegemônica. Mídia Contra-hegemônica. Gênero Social. Patriarcado.

ABSTRACT

The main objective of the present work is to carry out a critical analysis of the discursive representations of the phenomenon of femicide in two online journalistic sites, namely G1 and Brasil de Fato. This investigation is relevant since Brazil was recently classified as having the fifth highest rate of femicide in the world according to the World Health Organization (WHO), which demonstrates the seriousness of this social problem in the country. The media integrates symbolic power and, through the production of media products, distributes symbolic forms in society, making people use the resources made available by it to establish their understanding of the world (THOMPSON, 1998). Discourse, on the other hand, consists of a practice of representation and meaning of the world, constituting and constructing the world in meaning (FAIRCLOUGH, 2001). Therefore, the relevance of the media in the formation of public opinion justifies the interest in studying social phenomena through a media bias. On the other hand, investigating the issue of femicide from a discursive perspective allows the observation of how aspects of language intersect with broader social structures, enabling the understanding of which discourses on femicide have circulated widely in Brazilian society. Furthermore, femicide is a crime motivated by gender issue, which makes the discussion about gender, patriarchy and social roles a central aspect of this research. From a theoretical-methodological point of view, we rely mainly on the critical discourse analysis proposed by Fairclough (1995, 2001, 2003) to carry out this research, also mobilizing some assumptions from Systemic-Functional Linguistics and *Corpus* Linguistics. Starting from a small *corpus* (cf. SINCLAIR, 2001) and with the support of data collected through the AntConc program (ANTHONY, 2019), we sought to explain the lexical relations built with the keyword femicide, in order to understand which Discourse orders the term is being listed, as well as describing its use and thematic associations in the G1 and Brasil de Fato portals. To make the analysis feasible, we first turned our attention to language, starting from the standardization of the femicide keyword and, later, relating its use to textual cohesion. The analysis of the conditions of production, distribution and consumption of texts was also part of the analysis, based on the mapping of the characteristics of the studied vehicles, paying attention to the institutional and social context of the media, through the observation of power relations and ideology present in the discourses on the themes that are evoked in the *corpus*. Through this investigation, it was possible to affirm that the semantic profile of the femicide keyword presents differences when we observe the two portals G1 and Brasil de Fato. While in the G1 portal, femicide is mainly linked to the criminal and policial discursive field, focused on a factual perspective of the phenomenon, in the Brasil de Fato portal the discourse of militancy and a sociological discourse are activated, focused on the discussion of femicide as a social problem, seeking a critical analysis of the issue and the need to combat this type of crime.

Keywords: Critical discourse analysis. Femicide. Hegemonic Media. Counter-hegemonic Media. Social Gender. Patriarchy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Dados gerais sobre o <i>corpus</i>	88
TABELA 2	Dados gerais sobre o <i>subcorpus</i>	88
TABELA 3	Dados gerais sobre o <i>subcorpus</i> Brasil de Fato	89
TABELA 4	<i>Corpus</i> geral	90
TABELA 5	<i>Subcorpus</i> G1	90
TABELA 6	<i>Subcorpus</i> Brasil de Fato	91
TABELA 7	Colocados em G1 e Brasil de Fato	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 SER MULHER: OPRESSÕES HISTÓRICAS E POSSIBILIDADES DE MUDANÇA.....	14
1.1 O poder do macho: patriarcado e a opressão histórica de mulheres.....	14
1.1.1 Gênero e papéis sociais.....	17
1.2 Gênero e violência: o ser mulher no Brasil.....	21
1.2.1 Um breve percurso histórico.....	21
1.2.2 Dados que ilustram as desigualdades atuais.....	24
1.2.3 Um país violento para se nascer mulher.....	25
1.2.4 Casos de violência contra a mulher no Brasil.....	28
1.3 O feminismo como estratégia de resistência.....	31
1.4 Feminismo negro e a necessidade de se pensar as interseccionalidades de raça, gênero e classe.....	33
1.4.1 Pensar só gênero não é suficiente: o conceito de interseccionalidade.....	36
2 MÍDIA, LINGUAGEM E IDEOLOGIA.....	38
2.1 A mídia e suas relações com a sociedade moderna.....	38
2.2 Dos processos de desregulamentação à ascensão da internet como nova possibilidade comunicacional.....	42
2.3 Mídia e discurso: o poder simbólico a serviço de ideologias.....	49
2.4 Hegemonia e contra-hegemonia: a comunicação é um produto ou um direito?.....	53
2.5 Comunicação contra-hegemônica: alternativas à grande mídia.....	56
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A INTERFACE ENTRE TEORIAS LINGÜÍSTICAS E DISCURSIVAS PARA INVESTIGAÇÕES SOCIAIS.....	60
3.1 Linguística Sistêmico-Funcional: base linguística para Análise Crítica do Discurso.....	60

3.2	Análise Crítica do Discurso, Linguística Sistêmico-Funcional e Linguística de <i>Corpus</i>: interface metodológica para investigações discursivas.....	63
3.3	A coesão na perspectiva da LC e da LSF.....	67
3.4	Práticas discursivas: condições de produção discursiva e discurso como representação.....	72
3.5	Práticas sociais: ideologia e hegemonia como categorias de análise.....	74
4	DOMÍNIOS METODOLÓGICOS E DE ANÁLISE.....	79
4.1	Metodologia.....	79
4.2	Análise crítica das construções de feminicídio.....	81
4.2.1	Análise do contexto de produção, distribuição e consumo do <i>corpus</i> : quem são os portais G1 e Brasil de Fato?.....	81
4.2.1.1	O Portal G1.....	81
4.2.1.2	O portal Brasil de Fato.....	84
4.2.1.3	Considerações gerais sobre a padronização da palavra-chave feminicídio no <i>corpus</i>	88
4.2.2	Análise a partir das palavras semanticamente constituídas que mais aparecem no <i>corpus</i>	89
4.2.2.1	O uso da palavra <i>feminicídio</i>	92
4.2.2.2	O uso da palavra-chave feminicídio no portal G1.....	93
4.2.2.3	O uso da palavra-chave feminicídio no portal Brasil de Fato.....	95
4.2.2.4	O uso das palavras “homem” e “mulher” nos <i>subcorpus</i> e sua relação com o feminicídio.....	101
4.2.2.5	Análise a partir de colocados mais frequentes.....	107
4.2.3	Mulheres negras e trans: a inclusão de aspectos interseccionais nos discursos sobre o feminicídio no portal Brasil de Fato.....	111
	CONCLUSÃO.....	117
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

INTRODUÇÃO

Ao discutir a morte de mulheres no Brasil, Pasinato (2011) retoma as origens do termo “femicídio”– no Brasil, adaptado para “feminicídio”–, explicando que a primeira a utilizar o termo foi a escritora e ativista feminista Diana Russel, durante um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, ocorrido no ano de 1976, em Bruxelas. Posteriormente, Russel escreveu um livro sobre o tema em parceria com Jill Radford, *Politics of Woman Killing* (1992), no qual a expressão é utilizada para designar os assassinatos de mulheres que teriam sido provocados pelo fato de serem mulheres, sendo mortes resultantes de uma discriminação baseada no gênero. No Brasil, as discussões acerca do termo têm se tornado cada vez mais relevantes, visto que o país foi recentemente classificado como tendo a quinta maior taxa de feminicídios do mundo segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), com o número de assassinatos chegando a 4,8 para cada 100 mil mulheres¹.

Um relatório fruto de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, aponta que no período entre 2011 e 2013 são estimados 17.581 óbitos de mulheres por agressões. A média anual ao longo do período é de 5.860 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 488 a cada mês, 16,06 a cada dia, ou uma a cada uma hora e trinta minutos. O estudo atesta a alta taxa de mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, mostrando que a violência atinge mulheres de todas as faixas etárias, etnias e níveis de escolaridade. No entanto, as principais vítimas foram mulheres adolescentes e jovens (45% na faixa etária de 10 a 29 anos) e negras (64%). O perfil dos óbitos, com elevada ocorrência nos domicílios (28,1%) e em finais de semana (35,7%), sugere relação com situações de violência doméstica e familiar contra a mulher. Os dados demonstram a ligação entre feminicídio e questões de raça, por meio da alta taxa de mulheres negras (64%) enquadradas na estatística, reforçando também as relações de poder e dominação estabelecidas culturalmente entre homens e mulheres, ao revelarem a ligação entre o feminicídio e o ambiente doméstico.

Estudos que englobam períodos mais recentes, trazidos no Atlas da Violência 2019, computaram dados que compreendem o período entre 2007 e 2017, revelando 2017 como o ano com o maior número de mulheres mortas dentro da década estudada, totalizando 4.936 mortes. A investigação averiguou o crescimento de 30,7% no número de homicídios de

¹Dados referentes a 30 jun. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>.

mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior. A relação entre feminicídio e desigualdade racial novamente confirma-se, visto que a nova pesquisa demonstrou que, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. O crescimento muito superior no número de mortes entre mulheres negras em comparação a não negras, evidencia ainda mais o caráter interseccional do feminicídio no Brasil, que demonstra relacionar-se diretamente a questões de raça e classe, para além da condição de gênero.

Dentro dessa realidade, a instância midiática cumpre um papel relevante na distribuição de notícias e informações sobre a questão do feminicídio no Brasil, visto que a mídia, segundo Thompson (1998), faz parte do poder simbólico, encarregado da atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas, que são características fundamentais da vida social. Por isso, os indivíduos se valem de recursos dos “meios de informação e comunicação” para se significar e estabelecer uma compreensão de mundo, e as ações simbólicas, que podem emergir a partir das representações transmitidas pelos meios de comunicação, “podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (THOMPSON, 1998, p. 24).

Em outra obra, o autor sugere ainda que a análise da ideologia nas sociedades modernas deve observar a natureza e o impacto da comunicação de massa, pois, apesar de não ser o único local da ideologia, ela tem a capacidade de aumentar seu raio de operação na sociedade (THOMPSON, 2011). O autor entende ainda a comunicação de massa não a partir do potencial quantitativo de pessoas que vão receber as informações, mas a partir do fato de que, a princípio, os produtos dessas formas de comunicação estão disponíveis a uma pluralidade de receptores (THOMPSON, 2011).

Pensando para além de uma perspectiva dos estudos sociológicos sobre como as massas podem assimilar os conteúdos transmitidos pela mídia, as retratações sobre o feminicídio em domínio midiático também podem ser abordadas de um ponto de vista discursivo. Partindo deste pressuposto, podemos observar aspectos da linguagem que se entrecruzam com questões contextuais mais imediatas e de caráter social mais abrangente para compreender quais são as caracterizações amplamente disponíveis relativas ao tema que circulam na sociedade brasileira. Considerando a realidade endêmica da questão do feminicídio no país, conforme breve passagem por alguns dados estatísticos, acreditamos que

a teoria para investigações discursivas proposta por Fairclough (2001, 2003) traz uma abordagem adequada para um estudo sobre o tema, visto que, para o autor, os discursos são constituintes das estruturas sociais, mas também constituídos por elas. Para ele, o discurso corresponde à linguagem em uso, entendida como “uma forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). Continua:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 95).

O discurso assim compreendido contribui para a construção de identidades sociais, posições de sujeito, relações sociais entre as pessoas e a construção de sistemas de conhecimento e crença. As construções discursivas são capazes, de uma perspectiva de prática política, de estabelecer, manter ou transformar as relações de poder entre diferentes grupos na sociedade. Do ponto de vista ideológico, a constituição, naturalização e manutenção de significações de mundo cristalizadas em posições diversas também podem ser uma consequência discursiva, sendo o discurso um ponto central para obtenção, manutenção, exercício e luta pelo/do poder (FAIRCLOUGH, 2001).

O autor argumenta que, ao produzirem seu mundo, “as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104), apesar de entender que esses moldes não se constituem em amarras, visto que a luta ideológica se faz um componente central das relações sociais que se manifestam em domínios discursivos contrastantes. No entanto, a existência de estruturas discursivas já existentes e consolidadas, mesmo sabendo que tal domínio é instável, faz-nos refletir sobre como os discursos predominantes que circulam a respeito do feminicídio podem influir na maneira como a sociedade interpreta o tema.

Partindo da constatação dos altos índices de feminicídio que têm manchado com o sangue de nossas mulheres o cenário brasileiro, da relevância simbólica e formativa que a mídia possui na organização da sociedade, e do entendimento que a linguagem em uso suscita discursos diversos que são constituídos e constitutivos na/da estrutura social, propomos um estudo que promova uma análise discursiva do uso do termo feminicídio em portais de veículos midiáticos *online* do país.

Buscando elucidar melhor as diversas nuances discursivas às quais o tema possa estar relacionado na mídia brasileira, escolhemos para a realização do nosso estudo dois veículos que partem de perspectivas editoriais diferentes: o portal G1, pertencente ao grupo Globo, conglomerado midiático considerado o 17º maior conglomerado de mídia do mundo², e o portal Brasil de Fato, que se dispõe a produzir um jornalismo contra-hegemônico, com uma “visão popular do Brasil e do mundo” conforme aponta a descrição do jornal³.

Assim sendo, o presente estudo se propõe a realizar a análise discursiva de um *corpus* de 100 textos dos portais *online* investigados, sendo 50 pertencentes ao portal G1, e os outros 50 ao portal Brasil de Fato. O objetivo geral que nos orienta é analisar quais são as representações discursivas sobre o feminicídio estabelecidas nas notícias dos portais G1 e Brasil de Fato. Para tanto, têm-se como objetivos específicos I) levantar as relações lexicais estabelecidas com a palavra-chave “feminicídio” em todo o *corpus*; II) demonstrar as relações discursivas estabelecidas com o termo e a quais ordens do discurso as mesmas remetem; III) investigar as possíveis similaridades e/ou divergências nas representações discursivas sobre o feminicídio encontradas nos dois veículos; IV) discutir a quais princípios ideológicos e hegemônicos as representações discursivas encontradas remetem, buscando entender quais sentidos estão sendo majoritariamente circulados socialmente sobre o tema pelos veículos.

A partir dos questionamentos levantados por essa pesquisa, foi necessário articular estudos sobre gênero e feminismo, mídia, linguagem e discurso. Visando realizar essas discussões esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles, “Ser mulher: opressões históricas e possibilidades de mudança”, versa sobre a situação da mulher na sociedade englobando aspectos históricos e sociais, discutindo conceitos relacionados a gênero. Já o segundo, intitula-se “Mídia, Linguagem e Ideologia”, e nele discutimos questões relativas à mídia, suas relações com a sociedade moderna, a ascensão da *internet* como possibilidade comunicativa, e os conceitos de comunicação hegemônica e contra-hegemônica. O terceiro capítulo, intitulado “Pressupostos teóricos: a interface entre teorias linguísticas e discursivas para investigações sociais” traz a base teórica e metodológica das teorias discursivas e linguísticas utilizadas na realização da análise. Por último, o capítulo “Domínios metodológicos e de análise” traz a análise propriamente dita e a discussão dos resultados levantados.

²Informação disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/grupo-globo-e-o-17o-maior-conglomerado-de-midia-do-mundo/>. Acesso em: 15 mai. 2020.

³Informação disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: 15 mai. 2020.

1 SER MULHER: OPRESSÕES HISTÓRICAS E POSSIBILIDADES DE MUDANÇA

1.1 O poder do macho: patriarcado e a opressão histórica das mulheres

Dentre os diversos eixos de opressão causadores de desigualdade e sofrimento social nas sociedades modernas, como o racismo e o capitalismo, acredita-se que o patriarcado seja o mais antigo desses sistemas (SAFFIOTI, 2004). Suas raízes começam séculos atrás, principalmente ligadas à compreensão que o homem começa a ter sobre possuir uma parcela de participação na geração da vida, visto que anteriormente a mulher era vista como um ser sagrado capaz de gerar em seu ventre (AGUIAR, 2000; SAFFIOTI, 2004).

Conforme discute Aguiar (2000), nem sempre as organizações humanas foram patriarcais. Baseado em estudos antropológicos (ENGELS, 1884/1964; MURARO, 1997), a autora coloca que no princípio da história da humanidade, as sociedades eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares, se organizando principalmente em torno da figura da mãe, uma vez que era desconhecida a participação masculina na reprodução. Todos os membros participavam na coleta dos alimentos e do cuidado das crianças do grupo, e os papéis sexuais e sociais não eram definidos de forma rígida; em muitas tribos, há indícios que as relações entre homens e mulheres eram bastante igualitárias (AGUIAR, 2000). A autora relata o processo de mudança nessas relações e na sociedade:

Muito tempo depois, com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, as comunidades passaram a se fixar em um território. Aos homens (predominantemente) cabia a caça, e às mulheres (também de forma geral, embora não exclusiva), cabia o cultivo da terra e o cuidado das crianças. Uma vez conhecida a participação do homem na reprodução e, mais tarde, estabelecida a propriedade privada, as relações passaram a ser predominantemente monogâmicas, a fim de garantir herança aos filhos legítimos. O corpo e a sexualidade das mulheres passou a ser controlado, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaura-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres (AGUIAR, p. 50, 2000).

Saffioti (2004), em consonância com essa visão antropológica, afirma que essa nova configuração, que colabora com o desenvolvimento da propriedade privada, também auxilia no desenvolvimento do patriarcado, visto que pressupõe o domínio do homem sobre outros homens, e mais significativamente sobre a mulher. Alguns estudos antropológicos citados pela autora associam essa mudança majoritariamente à percepção da participação na geração da vida, outros relacionam a produção do excedente econômico. Fato é que, independente das possibilidades levantadas pelos diferentes estudos antropológicos, Saffioti (2004) baseia-se nos estudos de Lerner (1986) para discutir sobre o tempo de formação do patriarcado:

Segundo esta historiadora austríaca, vivendo nos Estados Unidos desde a ascensão do nazismo, o processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a.C e só se consolidou no ano 600 a.C. A forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão-somente 2.603-4 anos. Trata-se, a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

Desta maneira, podemos compreender que o patriarcado enquanto estrutura formadora da nossa sociedade, ainda vigora fortemente na atualidade, implicando em modos de organização e vivências sociais que só existem a partir de sua atuação. Delphy (2009) explica que a palavra patriarcado significa literalmente “autoridade do pai”, enquanto Saffioti (2004, p. 44) classifica o patriarcado como o "regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens". Tiburi (2018) aponta que o patriarcado depende de um entendimento de que existem apenas dois sexos, possuidores de comportamentos programados. Para essa autora, esse fator representa uma resistência a mudanças, ao se pensar na transformação da sociedade. Visto que a maioria das pessoas habitua-se a programações pré-estabelecidas, “agir é sempre complicado - e mais ainda quando é preciso agir de modo criativo, ou seja, com liberdade” (TIBURI, 2018, p. 63-64).

No entendimento de Cisne (2015), a origem do patriarcado liga-se à apropriação masculina sobre o corpo da mulher visando atender originalmente aos interesses da garantia do controle sobre a prole - que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza -, e a garantia de filhos legítimos - o que torna-se interesse central dos homens, visto que como detentores da propriedade privada, desejavam a perpetuação da mesma por meio da herança. Essa estrutura se torna mais sólida e sofisticada ao longo do tempo, capaz de estabelecer controle sobre o corpo e a vida das mulheres, por meio das mais diversas estratégias de dominação, apropriação, opressão e exploração. Para Cisne (2015), o termo patriarcado tem a função de qualificar as relações sociais de sexo, visto que torna explícito o vetor de dominação e exploração do homem sobre a mulher presente nesta sociedade. Assim, o patriarcado é uma forma específica das relações de gênero⁴, podendo ser compreendido como “relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias” (Saffioti, 2004, p. 119).

⁴Saffioti (2004, p. 45), define gênero como “a construção social do masculino e do feminino.”

Para Silva (2015), segundo a lógica do sistema patriarcal, os sujeitos que se diferem de um adulto do sexo masculino dentro do seio da família são subordinados às ordens de uma figura soberana que seria representada pelo pai. Muito mais do que um domínio de autoridade sobre as mulheres, o patriarcado significa uma total submissão e subordinação da mulher; seja na esfera econômica, social, religiosa ou sexual, ela é tratada como uma extensão dos bens que pertencem ao homem. A autora pontua algumas caracterizações inerentes da organização patriarcal:

[...]a divisão desigual e hierárquica de poder na qual o homem é superior à mulher, aos filhos e aos empregados; a divisão sexual do trabalho, com delegação fixa de papéis em que o homem é responsável pela manutenção e proteção total do lar e a mulher é uma escrava doméstica e sexual; o regime de primogenitura no qual o filho herdava os bens do pai e às meninas era assegurada a ida para conventos e colégios religiosos a fim de aprenderem as práticas de uma "boa esposa e mãe" ou se dedicarem totalmente a igreja [...] (SILVA, 2015, p.71).

Ainda discutindo a formação social da estrutura patriarcal, Saffioti (2004) explica que apesar de cada feminista focalizar um aspecto específico do conceito, de maneira geral a ideia de gênero versa sobre a construção social do masculino e do feminino. Para os homens, elabora-se uma imagem de força, coragem, virilidade, domínio, enquanto fica delegado às mulheres os estereótipos de frágil, delicada, sensível e incapaz, legitimando assim uma imagem do poder aos primeiros e de submissão às segundas. Saffioti (2004) explica que o poder possui duas faces, a da potência e a da impotência. Enquanto as mulheres são socializadas para conviver com a impotência, os homens são preparados para o exercício do poder, convivendo muito mal com situações de impotência quando elas se apresentam. Inclusive, algumas hipóteses de estudos sociológicos apontam para uma possível ligação entre a violência doméstica e esse sentimento de impotência, conforme comenta Saffioti:

Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995). Há numerosas evidências nesta direção. Por esta razão, formula-se a hipótese, baseada em dados parciais, de que a violência doméstica aumenta em função do desemprego. Todos os estudiosos de violência urbana sabem o quão difícil, senão impossível, é descobrir associações entre este fenômeno, de um lado, e desigualdade, pauperização, desemprego, de outro. A violência doméstica constitui um caso especial. O papel de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade. Perdido este status, o homem se sente atingido em sua própria virilidade, assistindo à subversão da hierarquia doméstica. Talvez seja esta sua mais importante experiência de impotência (SAFFIOTI, p.84, 2004).

A socialização em sociedades patriarcais de gênero se dá de maneira a atribuir majoritariamente características positivas aos homens e negativas às mulheres. A violência contra as mulheres em suas inúmeras formas de expressão, conforme ilustrada na citação anterior, pode ser considerada como uma das consequências ligada à estrutura patriarcal. O

machismo, entendido como a ação de inferiorizar o gênero feminino (OLIVEIRA; ROSE MAIO, 2016), é uma das consequências perniciosas deste sistema instaurado. O enraizamento das noções patriarcais e machistas torna-se ainda mais difícil de ser combatido a partir do momento em que as próprias mulheres, de maneira geral, reproduzem a lógica dessa mentalidade em suas vivências, sendo poucas as que não carregam essas ideologias dominantes de gênero, questionando as noções sobre a inferioridade feminina que está socialmente instaurada.

Por fim, Saffioti (2004, p. 57-58) sintetiza algumas caracterizações do conceito de patriarcado: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições [...]; 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. No entanto, conforme pontua Cisne (2015, p. 67) entender que “o patriarcado se configura, em bases materiais e simbólicas, como um sistema de apropriação sobre as mulheres, não significa conceber como estáticas e imutáveis as relações sociais de sexo daí resultantes”. Assim, devemos utilizar o conceito de patriarcado como uma possibilidade de explicitar essa estrutura, tornando viável a discussão sobre as possíveis transformações do sistema.

1.1.1 *Gênero e papéis sociais*

A presença do patriarcado enquanto estrutura social pressupõe uma série de outros conceitos que se relacionam diretamente com a sua existência, como é o caso da noção de gênero, ligada aos papéis atribuídos a homens e mulheres dentro de uma sociedade patriarcal. A ideia de gênero foi introduzida para representar as concepções culturais atribuídas como masculinas e femininas, impostas aos corpos sexuados ao nascerem (BUTLER, 2003). Partindo desse pressuposto, gênero se referiria então, ao “conjunto de expressões daquilo que se pensa sobre o masculino e o feminino” (AUAD, 2003. p. 57), e atua sobre os sujeitos prescrevendo como os mesmos devem ser e agir (ADICHIE, 2015).

Para Pedro e Veiga (2015), o termo gênero é utilizado para qualificar as relações entre mulheres e homens de forma binária. Segundo as autoras,

O conceito gênero, no sentido político que se conhece na atualidade, surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador, pela colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada no corpo biológico desses sujeitos. Gênero

buscaria então dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social (PEDRO; VEIGA, 2015, p. 330).

Outra autora que apresenta uma perspectiva interessante sobre a noção de gênero, indo além da conceituação acima exposta por Pedro e Veiga (2015) é a filósofa norte-americana Judith Butler. Ao teorizar sobre o conceito, Butler (2003) busca desconstruir a ideia de gênero na qual estava baseada a maioria da teoria feminista até o momento. O questionamento central trazido por Butler (2003) versa sobre a divisão entre sexo/gênero, que afirma que o sexo seria natural enquanto o gênero seria socialmente construído. A autora questiona a veracidade dessa dicotomia proposta em seus estudos. Segundo ela,

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Discutindo as ideias de Butler, Rodrigues (2005) explica que, para a autora, a teoria feminista defensora de que a identidade é dada pelo gênero e não pelo sexo, esconde a aproximação entre gênero e essência, entre gênero e substância. Para Butler (2003), entender sexo como dado natural e gênero como determinado culturalmente, seria aceitar que o gênero expressaria uma essência do sujeito. No entanto, no entendimento da autora, o gênero não estaria ligado à existência de uma essência do sujeito, e sim, à noção de performatividade. Mais especificamente, “Butler diz que não existe uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, e que a identidade é performativamente constituída” (RODRIGUES, 2005, p. 180).

Assim, essa performatividade possibilitaria a construção do gênero, constituído por uma série de “atos” repetitivos ao longo do tempo. Nesse momento, a faceta constitutiva da linguagem ocupa um espaço central, pois a repetição de discursos sobre o que é ser mulher e/ou homem ao longo da história é o que cristaliza os comportamentos que serão normalizados e aceitos como adequados a cada gênero. Ou seja, a repetição de construtos do heterossexismo e do falocentrismo, naturalizam o binarismo de gênero, por meio de construções discursivas e nas mais diversas formas de práticas sociais.

Essa construção binária e determinista de gênero acarreta diversas consequências negativas. Primeiramente, a aceitação social da existência de apenas dois sexos, exclui, marginaliza e oprime quaisquer expressões de sexualidade, desejo, formas de ser, que estejam

fora da norma socialmente aceita. Segundo, a definição dos gêneros tem como consequência a produção de papéis sociais determinantes para mulheres e homens na sociedade, produzindo um senso comum sobre o que seria “lugar de mulher”.

Em relação aos papéis sociais, Giddens (2002, p. 29) afirma que, através do processo de socialização, “os indivíduos aprendem os seus papéis sociais - expectativas socialmente definidas seguidas pelas pessoas de uma determinada posição social”. Ou seja, de acordo com as esferas sociais às quais pertence ao longo do seu desenvolvimento, e com os discursos que cresce ouvindo, o indivíduo passa a desenvolver um papel que norteará suas interações sociais. Para esse autor, a socialização é um processo no qual seres humanos são agentes e não somente sujeitos passivos que são programados. Portanto, ao longo de sua formação, os indivíduos concebem e assumem papéis sociais ao se relacionarem (GIDDENS, 2002).

Apesar da possibilidade de agir ativamente na construção do seu ser, as pré-definições estabelecidas pelos papéis socialmente reconhecidos ainda afetam significativamente a vida dos indivíduos. No caso das mulheres, por exemplo, todo o histórico do patriarcado e das definições de gênero são ainda muito determinantes nas suas vivências. Ao discutir os papéis sociais atribuídos às mulheres, Saffioti (1987) coloca que a identidade social de mulheres e homens é construída por meio da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo.

Segundo a autora, “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 8). A socialização dos filhos, por exemplo, constitui uma tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres mesmo quando as mesmas desempenham funções remuneradas fora do lar. A autora explica que os papéis e funções que são expectativas em relação às mulheres também se alteram de acordo com a classe social, o que demonstra que as mulheres não se configuram num todo homogêneo.

Nas classes dominantes, por exemplo, a delegação desta tarefa de socialização dos filhos não necessita de legitimação da necessidade de trabalhar. A mulher de classe alta pode desfrutar da vida ociosa, pelo menos no que tange ao trabalho manual que a educação dos filhos exige. Contudo, deve ser responsável por supervisionar os rebentos e o trabalho dos serviços contratados. Já uma operária, por exemplo, pode gastar a maior parte do seu tempo trabalhando na fábrica e ainda precisar fazer serviços domésticos e cuidar dos filhos. Na classe média, algumas mulheres mais bem-remuneradas podem contratar faxineiras para auxiliarem no serviço doméstico, mas as que possuem salários mais baixos podem não conseguir arcar com essa despesa.

Fora a diferença de classes explanadas por Saffioti (1987), sabe-se que outros fatores se sobrepõem como raça, sexualidade, idade, ocasionando outras diferenciações. No entanto, apesar das diversidades, algumas expectativas comuns são criadas em relação ao papel da mulher na sociedade:

Não obstante todas estas diferenças, que tornam a vida de mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres. (SAFFIOTI, 1987, p. 9)

Segundo a socióloga, a sociedade investe muito na naturalização deste processo, tentando fazer crer que a atribuição do espaço doméstico a mulher decorre da sua capacidade de ser mãe. Segundo esse raciocínio, seria natural que a mulher se dedicasse mais aos afazeres domésticos e à socialização dos filhos, assim como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz. Para Saffioti (1978, p. 11), ao afirmarmos que o espaço doméstico sempre foi destinado às mulheres em toda a história, “eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características ‘naturais’ destas funções. Tais papéis passam a se inscrever na ‘natureza feminina’”.

Assim, a existência e definição dos papéis sociais está, em grande medida, ligada à naturalização das concepções de gênero. A dinâmica dos papéis sociais relaciona-se também à chamada divisão sexual do trabalho, ou seja, aquilo que historicamente vem sendo definido como trabalho e competência de mulher (BIROLI, 2018). A divisão sexual do trabalho reforça o locus de atuação da mulher como sendo o ambiente doméstico. Discutindo essa divisão na esfera trabalhista, Biroli (2018) argumenta sobre seus efeitos na atualidade:

De fato, na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remunerado que os homens que desempenham as mesmas atividades e sub-representado na política. (BIROLI, 2018, p. 22-23)

Portanto, tanto os papéis sociais direcionados às mulheres quanto a divisão sexual do trabalho caminham de maneira sincrônica, de forma a posicionar as mulheres num lugar socialmente negativo. À mulher fica reservado o domínio do lar, do cuidado com os filhos, da submissão às regras masculinas. Mesmo quando a custa dos seus esforços consegue se desvincular da esfera doméstica e ingressar no mercado de trabalho, por exemplo, ela ainda é

majoritariamente encarregada dos cuidados com os filhos e funções domésticas, além de sofrer com o machismo, preconceito e desigualdade no ambiente de trabalho.

Outra consequência lógica do papel social da mulher é que, ao ser majoritariamente direcionada para a esfera doméstica, ela pode acabar se colocando numa situação de vulnerabilidade perante um companheiro violento. A dependência emocional e/ou financeira, os filhos, os discursos vigentes sobre o papel feminino, leva muitas mulheres a se submeterem ao convívio constante com a violência, o que, em última instância, pode culminar num feminicídio. A partir do entendimento dos conceitos de patriarcado, gênero, papéis sociais e a condição da mulher na sociedade, na próxima seção iremos retroceder um pouco na formação histórica brasileira, para entender melhor como se delinearam essas questões na realidade do nosso país.

1.2 Gênero e violência: o ser mulher no Brasil

1.2.1 Um breve percurso histórico

Se o patriarcado coloca-se como um sistema dominante nas sociedades, é importante compreender que seu perfil assume diferentes especificidades em suas formas de atuação em diferentes lugares do mundo e também sobre diferentes grupos de mulheres. Há de ser considerado, que num país como o Brasil, por exemplo, constituído a partir de um sistema de colonização baseado na escravização de povos africanos e indígenas, no qual até os atuais dias o racismo é estruturante em nossas relações sociais, mulheres de diferentes grupos - brancas, pretas, pardas ou indígenas - sofram formas não homogêneas de opressão.

A colonização pelos portugueses trouxe os hábitos e costumes desse povo para as terras da América. A religiosidade católica, característica de Portugal, possuía uma cultura que associava a mulher à figura do mal e do pecado, mentalidade que foi constituinte do Brasil colônia. O estudo de Lacerda (2010) explica como os sentidos atribuídos à figura da mulher em Portugal e exportado para nossas terras, estabelecem associações negativas para o sexo feminino. Assim explica a autora, baseada nos estudos de Del Priore (1993):

Esta série de associações provocou e ao mesmo tempo justificou um violento projeto normatizador contra as mulheres, transmitido “verticalmente do modelo cultural dominante às populações femininas”, advindo da necessidade de domesticar a mulher dentro da família, de adestrá-la, de controlá-la, a domar seu caráter “maléfico” resultante da sua “inferioridade física e moral”, de “delimitar” o seu papel”, de “normatizar seus corpos e almas, e esvaziá-las de qualquer saber ou poder ameaçador”. Enfim, esse projeto, ecoado na sociedade metropolitana e colonial, tratava de negar à mulher qualquer tipo de função que implicasse em poder, visando

a garantir a preponderância do homem (DEL PRIORE *apud* LACERDA, 2010, p. 35).

O tratamento para mulheres dos variados extratos sociais era diferenciado. Lacerda (2010) explica que entre as famílias mais ricas o controle sexual das mulheres era rígido, devido a questões morais e de manutenção da propriedade e nobreza, enquanto nas classes baixas a repressão era menor: as famílias tinham formatos mais heterogêneos e o comportamento sexual feminino era menos controlado. Segundo a autora, as mulheres de classes baixas não eram muito adeptas das características dadas como universais do sexo feminino, como submissão, recato, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam, brigavam nas ruas e não costumavam ser formalmente casadas. De maneira geral, mulheres brancas de classes altas, ficavam confinadas nas casas grandes, designadas aos papéis de mães, esposas e filhas, sob o jugo de pais e maridos, saindo às ruas somente em celebrações religiosas.

Outras formas de opressão e crueldade eram comuns quando se tratavam das indígenas, primeiras mulheres com as quais os portugueses recém-chegados tiveram contatos. Lacerda (2010) explica que, pela ausência de mulheres europeias, os colonizadores foram incentivados pela própria Coroa portuguesa a terem filhos com as indígenas, visto que era a melhor forma de povoar a colônia com mão de obra escrava para trabalhar na extração das riquezas naturais da terra.

Muitas das relações entre colonizadores e mulheres indígenas consistiam em violência sexual. Os papéis da mulher indígena foram diversos na colonização, a maioria ligada à exploração cruel por parte dos portugueses. As indígenas foram abusadas sexualmente, exploradas como escravas, e responsabilizadas pelos cuidados com filhos e família. Assim sendo, conclui Lacerda (2010, p.44), que essas mulheres, “foram, também, junto com seu povo, vítimas do extermínio quando este foi conveniente. Geraram, em seus ventres, os primeiros mestiços brasileiros”.

As mulheres africanas trazidas no processo de escravidão também foram vitimadas em todas as dimensões de sua existência ao serem forçadamente trazidas para a colônia. O Brasil foi a região que mais recebeu escravos nos séculos de escravidão que vivenciou: segundo o Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (*The Transatlantic Slave Trade Database*, em inglês), 4,86 milhões de escravos foram desembarcados no território brasileiro nesse período⁵.

⁵Informações disponíveis em: <https://apublica.org/2018/08/truco-brasil-foi-o-local-que-mais-recebeu-escravos-nas-americas/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

Dentro dos padrões sociais aceitáveis da sociedade escravocrata, conforme pontua Collins (2015), era necessário um controle rígido da sexualidade de mulheres brancas e abastadas, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas a herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Conforme Collins (2015, p.21) “assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade”. Porém, se por um lado havia a necessidade da preservação da “pureza” das mulheres brancas, por outro, os patriarcas dos tempos coloniais escolhiam as mulheres negras escravizadas para dar vazão aos seus desejos sexuais.

Sofrimento, segregação, opressão, pobreza, preconceito, violência e miséria são algumas heranças do processo de escravidão que ainda são evidentes quando se trata da população negra no país. As mulheres africanas foram duramente forçadas ao trabalho escravo, separadas de seus entes queridos, proibidas de exercerem sua cultura entre outras formas de opressão, assim como os homens negros.

No entanto, além dessas violências, as africanas foram submetidas a violência sexual de forma massiva pelo branco colonizador. Em “Mulheres, Raça e Classe”(2016), Ângela Davis explica como se davam essas outras formas de violência direcionadas especificamente às mulheres negras, no processo de colonização norte-americana. Apesar do comentário da autora ser relativo ao processo histórico estadunidense, os acontecimentos relatados são similares ao processo acontecido no Brasil:

A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

Davis complementa afirmando que “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras.” (DAVIS, 2016, p. 26). Lacerda (2010) explica que o sexo das escravizadas era explorado para o prazer dos homens, mas também para a procriação, visto que esta caracterizava um investimento para os senhores: a reprodução de mais mão-de-obra escrava para o trabalho, resultando em lucro para os mesmos.

O resumido percurso tratando sobre os papéis sociais destinados às mulheres em nossa história permite-nos concluir fatos que até hoje são evidentes no Brasil. O primeiro deles é

que a categoria “mulher” não pode ser universalizada, visto que existem mulheres pertencentes a diferentes grupos na constituição da nossa sociedade; o segundo, é que opressão também se manifesta de diferentes maneiras de acordo com a cor, classe, idade, entre outros fatores.

1.2.2 *Dados que ilustram as desigualdades atuais*

Ao migrarmos da perspectiva histórica para configurações mais atuais, observamos que, mesmo com as consideráveis mudanças sociais no sentido de avanços nos direitos das mulheres em tempos mais recentes, inúmeras pesquisas ainda demonstram a enorme disparidade entre homens e mulheres, especialmente no âmbito profissional e de participação nos poderes políticos.

Do ponto de vista da esfera do trabalho e dos rendimentos econômicos, as pesquisas apontam alguns dados críticos. No Brasil, entre a década de 70 e o início do século XXI, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado teto de 59% em 2005. No acesso à escolarização, as mulheres atualmente têm, em média, tempo maior de educação formal que os homens, sendo maioria matriculada no ensino superior. Ainda assim, a diferença entre rendimento médio das mulheres e dos homens gira em torno de 25%, ou seja, a maior formação não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações. Outros dados caracterizam mais detalhadamente como se dá a desigualdade entre sexos e raça no Brasil contemporâneo: os postos de trabalhos precarizados em nosso país são ocupados 39% por mulheres negras, 31,6% por homens negros, 27% pelas mulheres brancas, e 20,6% por homens brancos (PINHEIRO *et al.*, 2016).

Ainda demonstrando essa desigualdade na esfera trabalhista, uma pesquisa recente realizada pela Korn Ferry, empresa global de consultoria organizacional, demonstrou que mulheres estão em apenas 14% dos Conselhos de Administração das empresas brasileiras que participaram da pesquisa. Além disso, na pesquisa, foram identificadas apenas três mulheres como presidentes de Conselhos de Administração no Brasil, o que representa menos de 4% do total das empresas participantes. Ou seja, a desigualdade é visivelmente percebida, mesmo com os maiores graus de escolaridade das mulheres⁶.

Em um ano marcado por problemas sociais que variam desde uma pandemia global até protestos contra assassinatos de pessoas negras e episódios diversos de racismo, sexismo e machismo, a luta por uma sociedade mais equânime entre os sexos não se demonstrou

⁶Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/28/mulheres-estao-em-14percent-dos-conselhos-de-administracao-das-empresas-brasileiras-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 mai. 2021.

suficientemente expressiva nas disputas eleitorais das eleições municipais de 2020. De acordo com reportagem do G1, apenas 12% dos prefeitos eleitos no primeiro turno são mulheres⁷, apesar de 58,1% da população brasileira ser do sexo feminino, o que torna claro o problema da subrepresentação de mulheres nas esferas públicas. Além disso, mais de 900 cidades do país não terão nenhuma mulher eleita na câmara municipal, visto que eleitores de 17% dos municípios do país não elegeram nenhuma vereadora nas eleições deste ano. No total, apenas 16% dos vereadores eleitos no país nas eleições de 2020 são mulheres. O número é maior que o registrado há quatro anos, quando 13,5% dos eleitos eram do sexo feminino, mas segue bem abaixo da proporção encontrada na população brasileira⁸.

Tudo isso demonstra que as disparidades historicamente estabelecidas entre os sexos ainda continuam longe de serem superadas, apesar do lento avanço. Se somos sistematicamente oprimidas e subjugadas, como poderemos transformar essa realidade se nem ao menos estamos chegando aos espaços de representação administrativa da sociedade para promovermos políticas públicas e ações efetivas para uma sociedade menos inóspita para todas as mulheres? O fato de a maioria dos eleitores serem mulheres e mesmo assim a presença feminina na esfera política ser escassa é mais uma confirmação do domínio ideológico da estrutura patriarcal sobre toda a sociedade. Na próxima seção nos aprofundaremos em como se configura a realidade das mulheres, especialmente em nosso país, elucidando como as opressões se manifestam de formas diferentes para os mais diversos grupos femininos.

1.2.3 *Um país violento para se nascer mulher*

O regime patriarcal e a constituição histórica do nosso país resultaram numa sociedade desigual, opressora e violenta para as brasileiras. Desde os primórdios de nossa história, as mulheres sofrem graves violações aos seus direitos fundamentais. Violências essas que se manifestam desde maneiras menos evidentes, num âmbito cultural privado como no interior das famílias, por exemplo, até formas mais abruptas que se tornam públicas, como é o caso de crimes de violência contra a mulher, em especial, o feminicídio. O feminicídio, conforme pontuam Diana Russel e Jill Radford, na obra *Politics of Woman Killing* (1992), configura-se

⁷Informação disponível na matéria do G1: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/17/perfil-medio-do-prefeito-eleito-no-1o-turno-no-brasil-e-homem-branco-casado-com-ensino-superior-e-49-anos.ghtml>. Acesso em: 10 nov.2020.

⁸Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/17/mais-de-900-cidades-do-pais-nao-terao-nenhuma-mulher-na-camara-municipal.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2020.

no assassinato de mulheres que teriam sido provocados pelo fato de serem mulheres, sendo mortes resultantes de uma discriminação baseada no gênero.

O Atlas da Violência 2020, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSB), é uma das pesquisas que compila dados interessantes para compreendermos a questão da violência contra a mulher no país, trazendo informações sobre a taxa de homicídios no Brasil levando em consideração fatores como área geográfica, faixa etária, gênero, raça, entre outros itens.

Dentro dos principais resultados, o Atlas da Violência 2020⁹ demonstra que em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que significa uma mulher assassinada no Brasil a cada duas horas. Seguindo a tendência de redução da taxa geral de homicídios no país, a taxa de homicídios contra mulheres apresentou uma queda de 9,3% entre 2017 e 2018. No entanto, percebe-se que a rua foi cenário para 69,4% dos incidentes, quando a vítima era homem, e 45,1%, quando mulher.

Já no cenário doméstico, percebe-se que 38,9% dos óbitos de mulheres aconteceram em domicílios, contra apenas 14,4% dos óbitos de homens. A cada 6h23, uma mulher é morta dentro de casa. A quantidade de mulheres que sofrem violência dentro da residência é 2,7 maior do que o de homens, o que reflete a dimensão da violência de gênero e, em particular, do feminicídio.

É interessante observar que, uma mulher que chega a ser executada dentro do próprio lar - majoritariamente por homens da família, especialmente companheiros -, não sofre somente a violência que lhe ceifa a vida. Antes de ser executada ela é submetida a uma série de violências físicas, sexuais, emocionais e morais. Tal fator pode gerar o questionamento de como essa mulher permanece próxima a seu agressor até o ponto do mesmo lhe tirar a vida. Saffioti (2004) esclarece bem esse ponto ao nos lembrar que, numa sociedade que ensina mulheres a se submeterem a homens, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero. Assim sendo, “cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do continuum entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência” (SAFFIOTI, 2004, p. 75).

Olhando para a mesma pesquisa, ao observamos a questão racial dentro dos dados sobre os assassinatos, os sintomas históricos de um país construído sobre a escravização dos

⁹INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da Violência 2020 - Principais Resultados. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>. Acesso em: 13 dez. 2020.

negros revelam as marcas desse processo. Apenas em 2018, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios. Da mesma forma, as mulheres negras representam 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não-negras. A pesquisa afirma ainda que, na análise dos dados da última década, entre 2008 e 2018, as taxas de homicídios apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não-negros houve uma diminuição de 12,9%.

Esse cenário demonstra o aprofundamento das desigualdades raciais nos indicadores sociais da violência. Fica então demonstrado que, além de ser uma realidade gritante no Brasil, a questão do feminicídio atinge majoritariamente as mulheres negras, que também ocupam 39% dos postos de trabalhos precarizados em nosso país (PINHEIRO *et al.*, 2016), ou seja, podemos perceber que a questão da violência contra as mulheres e do feminicídio no Brasil apontam para uma discussão que vai além do gênero, englobando também raça e classe.

As medidas de isolamento necessárias ao enfrentamento da pandemia do novo Corona Vírus que teve seu início em nosso país no ano de 2020, agravaram ainda mais a situação da violência de gênero no Brasil. Em muitos dos casos, as mulheres foram obrigadas a ficarem confinadas com seus agressores, ainda mais amedrontadas para realizarem denúncias. Em um relatório produzido a pedido do Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) destacou que os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril de 2020 em 12 estados do país, em comparação ao ano anterior¹⁰.

Como se não bastasse o cenário já preocupante, o então presidente da república, Jair Bolsonaro, deu uma declaração em março deste ano, culpabilizando o isolamento social pelo aumento no caso de agressões às mulheres.¹¹ Segundo ele, as mulheres estariam apanhando em casa pelo fato dos homens ficarem confinados e não poderem trabalhar, ocasionando a “falta do pão”; colocação que, no mínimo, naturaliza a violência contra a mulher. Essa e outras inúmeras outras falas do presidente e de outros membros e apoiadores do seu governo, legitimam cada vez mais o discurso machista e opressor que tem apoiado a violência contra a mulher ao longo dos séculos, combatido por tantas feministas e ativistas sociais no decorrer da história.

¹⁰Informações disponíveis em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

¹¹Informações disponíveis em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-usa-violencia-domestica-para-criticar-isolamento-social/>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

1.2.4 Casos de violência contra a mulher no Brasil

Alguns casos emblemáticos são capazes de ilustrar como o Brasil configura-se em um cenário onde a violência, em suas mais diversas manifestações - seja física, moral, sexual, racial - é uma situação corriqueira para as mulheres. Saffioti (2004) exemplifica bem a questão trazendo para a discussão o assassinato de Ângela Diniz. Em 1976, Ângela Diniz foi executada com tiros no rosto e crânio por Doca Street, em sua residência em Cabo Frio. Ela decidiu romper definitivamente sua relação amorosa com Raul Fernando Do Amaral Street, conhecido como Doca Street, que ficou inconformado com o fato de Ângela não querer reatar o relacionamento. Num exemplo bem claro, a autora explica como o primeiro julgamento do assassino foi baseado em valores sociais legitimados pelo machismo:

No primeiro julgamento em 1980 pelo Tribunal do Júri de Cabo Frio, o famoso criminalista Evandro Lis e Silva ressuscitou a antiquíssima tese de 'legítima defesa da honra' (BASTERD,1995). Doca Street foi condenado a apenas dois anos de detenção com direito a sursis, uma vez que o conselho da sentença aceitou a tese do excesso culposo no estado de legítima defesa (SAFFIOTI, 2004, p. 51).

Saffioti (2004) continua relatando que, pela brilhante defesa, o criminalista foi aplaudido pela assistência depois da enunciação do resultado. Doca declarou ter matado por amor. Após o julgamento, um grupo de feministas do estado do Rio de Janeiro organizou-se para conscientizar a população de Cabo Frio, de onde saíam os jurados que integrariam o conselho de sentença, já que o réu seria levado novamente ao Tribunal do Júri, visto que o primeiro julgamento foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rio de Janeiro. Sob o slogan de “quem ama não mata”, as feministas se organizaram na mobilização. Doca Street foi condenado a 15 anos de reclusão. No entanto, os benefícios por sua condição social vieram:

Logo conseguiu o benefício de trabalhar durante o dia (justo um playboy que jamais havia trabalhado), voltando para a prisão para dormir. Fingia trabalhar numa concessionária de automóveis. Não tardou a conquista da liberdade total (SAFFIOTI, 2004, p. 52).

O caso ganhou repercussão nacional à época por envolver membros da alta sociedade brasileira. Ângela Diniz era uma socialite, assim como Doca Street também era milionário. Mesmo sendo uma mulher pertencente a classe privilegiada do país, o julgamento para seu assassino foi brando, o crime sendo atenuado visto que teria sido “cometido por amor”.

Trazendo a discussão para o momento atual, três casos de feminicídio ganharam repercussão nos veículos midiáticos nas festas de fim de ano em 2020. No primeiro caso, a juíza Viviane Vieira do Amaral Arronenzi, foi assassinada pelo ex-marido na véspera de

Natal, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, na frente das três filhas crianças¹². No segundo caso, um sargento reformado da polícia militar assassinou a esposa no Alto do Mandu, Zona Norte do Recife. A vítima, a cabeleireira Anna Paula Porfírio dos Santos, foi morta com disparos de arma de fogo após a ceia de Natal da família, no dia 24 de dezembro¹³. A terceira ocorrência diz respeito ao feminicídio de Thalia Ferraz, de 23 anos, que foi morta pelo ex-companheiro que não aceitava o término do relacionamento. Ela foi morta na frente da família, na véspera do Natal, em Jaraguá do Sul (SC)¹⁴.

A narrativa de ciúmes, não aceitação de conflitos ou terminos, pelo que indicam as informações já disponíveis sobre os casos, tem relação com a motivação dos três crimes citados anteriormente. Essas noções fazem parte do imaginário machista preponderante na nossa sociedade, na qual o homem imagina a mulher como um objeto que lhe pertence, e que, portanto, deve ser submisso às vontades daquele que acredita ser o proprietário. Assim delinea-se o que Saffioti (2004) ressalta como as duas faces do poder: potência e impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência, e os homens, vinculados à força, são preparados ao exercício do poder e convivem mal com a impotência, reagindo com violência muitas das vezes que se deparam com a mesma. Em casos os extremos, a violência pode culminar num feminicídio.

E quando os crimes acontecem com mulheres negras, pobres e periféricas? Hooks (2015) pontua que, como grupo, a posição das mulheres negras na sociedade é incomum, pois elas não apenas estão coletivamente destinadas aos trabalhos mais precários da sociedade, mas também a condição geral dessas mulheres é inferior à de qualquer outro grupo social. Elas estão submetidas, de maneira geral, às opressões machista, racista e classista, sendo o grupo que não foi socializado para assumir papel de explorador/opressor sobre nenhum “outro” institucionalizado. Mulheres brancas e homens negros têm duas condições, podendo agir como opressores ou serem oprimidos, conforme explana Hooks (2015):

Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. (HOOKS, 2015, p.207)

Consequentemente, conforme coloca Ribeiro (2018), por mais que todas as mulheres estejam expostas às mais diversas formas de violência, é interessante observar que o grupo

¹²Informações disponíveis em:<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/26/apos-breve-velorio-corpo-de-juiza-morta-pelo-ex-marido-no-rio-segue-para-cremacao.ghtml>. Acesso em: 26 dez. 2020.

¹³Informações disponíveis em: Sargento reformado da PM é preso em flagrante depois de matar esposa em casa após ceia de Natal | Pernambuco | G1 (globo.com). Acesso em: 26 dez. 2020.

¹⁴Informações disponíveis em:<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/12/25/gosta-de-surpresa-diz-suspeito-em-mensagem-minutos-antes-de-femicidio-na-noite-de-natal-em-sc.ghtml>. Acesso em: 26 dez. 2020.

mais suscetível a violência são as mulheres negras, já que seus corpos são historicamente desumanizados e ultrassexualizados. “Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, que são vistas como lascivas, ‘fáceis’, indignas de respeito”, (RIBEIRO, 2018, p. 78), conclui a autora.

Os números das pesquisas que tratam sobre o feminicídio demonstram que as mulheres negras são as maiores vitimadas por esse tipo de violência. No entanto, por serem marginalizadas na sociedade brasileira, na maioria das vezes, o assassinato dessas mulheres não repercute tanto como o de mulheres brancas nos meios de comunicação social.

Recentemente, um caso emblemático de assassinato de uma mulher negra ganhou grande repercussão na mídia e na sociedade brasileira. A então vereadora na cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL, Marielle Franco, foi morta junto com seu motorista, Anderson Gomes, no dia 14 de março de 2018, por vários tiros de arma de fogo. Apesar de dois policiais terem sido presos como suspeitos, dois anos depois o caso segue sem solução efetiva: não há conclusões sobre quem mandou, executou e a motivação do crime.

Renata Souza, deputada estadual pelo PSOL no Rio de Janeiro e ex-chefe de gabinete da vereadora Marielle Franco, classifica o assassinato da vereadora como uma forma de feminicídio político. Para além do machismo estrutural, a deputada acredita que o assassinato de Marielle relaciona-se a tudo aquilo que Marielle representava:

A conceituação de feminicídio político parte da observação inquietante da nossa sociedade e o contexto sobre o qual ocorre a execução sumária de uma mulher com carreira ascendente na política. Marielle foi eleita por 46.502 pessoas que compreenderam que toda a sua luta contra as desigualdades sociais, em especial as de gênero, raça e classe, é necessária para que a humanidade não se desumanize (SOUZA, 2019, n.p.).¹⁵

A tentativa de interromper a consolidação de um projeto político liderado por uma mulher negra, lésbica e periférica, demonstra como as estruturas de poder no Brasil, sobretudo no estado do Rio de Janeiro, se articulam para manter a ordem social vigente. O anseio de perpetuar estruturas racistas, classistas, misóginas e excludentes por parte daqueles situados dentro da estrutura de poder estabelecida socialmente culminou no assassinato de Marielle.

A visibilidade do caso se deve especialmente à trajetória de vida pública na política da vereadora. No entanto, para a grande maioria das mulheres negras e periféricas, vítimas constantes de violência doméstica ou feminicídio, o que resta é apenas um lugar entre os números alarmantes demonstrados nas pesquisas sociais.

¹⁵Informações disponíveis em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/politica/1552562116_307529.html. Acesso em: 10 jan. 2021.

1.3 O feminismo como estratégia de resistência

Apesar de viverem em sociedades opressivas por séculos, como demonstram os dados históricos e de pesquisas apresentados anteriormente, as mulheres sempre souberam se mobilizar para resistir, lutando pela equidade de gênero e todos os direitos que lhes foram negados pelo patriarcado. Para tanto, mulheres em diversos lugares do mundo, de diferentes raças, etnias, credos, idades, se organizaram ao longo da história produzindo teorias e práticas feministas. Conforme define Bell Hooks (2018, p.13), o “Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Enquanto conjunto de movimentos sociais, políticos, ideológicos e filosóficos, o feminismo segue na busca por direitos que promovam equidade e sociedades livres de padrões patriarcais baseados em normas de gênero.

Ribeiro (2018), fazendo breve passagem pelo histórico do movimento feminista no Brasil, explica que o mesmo tem suas origens no início do século XIX, com o que ficou nomeado com primeira onda. “Nela, que tem como grande nome Nísia Floresta, as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e à vida pública” (RIBEIRO, 2018, p. 30). A segunda se origina num momento de crise da democracia brasileira, nos anos 70, combatendo a ditadura militar e prezando questões como a valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual.

No fim da década de 70, começa a ganhar força no país o feminismo negro, buscando a inclusão das pautas de mulheres negras nas discussões e reivindicações. Esses debates se aprofundam com a terceira onda, que teve início na década de 1990 e começa a discutir paradigmas estabelecidos anteriormente sobre o feminismo, focalizando a micropolítica. As críticas que passam a surgir a partir dessa nova fase, começam a questionar a universalidade da categoria mulher, como explica Ribeiro (2018):

As críticas de algumas dessas feministas vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades de cada uma. A universalização da categoria “mulheres” tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca de classe média — trabalhar fora sem a autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres. Além disso, essa onda propõe a desconstrução das teorias feministas e das representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, ou seja, masculino/feminino (RIBEIRO, 2018, p. 30).

Ao longo de toda a história, as mulheres negras sempre se articularam para combater as opressões as quais eram submetidas, porém, por muito tempo, a narrativa oficial das teorias e práticas do feminismo, foi a de feministas brancas. Tal fator fica claramente perceptível

quando observamos a divisão oficial da história do movimento, feito em ondas, conforme divisão apresentada acima através dos estudos de Ribeiro (2018); essas supostas fases correspondem às reivindicações estabelecidas principalmente por feministas brancas.

No entanto, os questionamentos sobre o que está sendo deixado de lado nas lutas femininas também vem sendo feito há séculos, mesmo que essas reivindicações, como as das mulheres negras, por exemplo, tenham sido silenciadas pelos textos que eram tidos como oficiais sobre o movimento por um longo período de tempo.

Em outra obra, Ribeiro (2017) expõe um dos discursos marcantes na luta das mulheres negras que comprova a existência longínqua da luta dessas mulheres, que por séculos ficaram excluídas das narrativas oficiais. A fala foi protagonizada por Sojourner Truth, mulher negra nascida num cativeiro na cidade de Nova York no século XIX, que tornou-se uma importante abolicionista, escritora e ativista dos direitos da mulher. Em 1851, participando de uma convenção sobre direitos da mulher em Ohio, Sojourner apresentou um discurso questionando a exclusão das mulheres negras das lutas femininas da época:

[...] Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores resultados. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E eu não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem - quando tinha o que comer - e também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH *apud* RIBEIRO, 2017, p. 20).

O pronunciamento de Truth torna evidente o dilema que o feminismo hegemônico precisou enfrentar e ainda enfrenta, que consiste na universalização da categoria mulher. O machismo, enquanto estrutura opressiva que atinge todas as mulheres, também se particulariza ao recair sobre heterogêneos grupos femininos. Não se pode afirmar, por exemplo, que os controles sociais impostos a uma mulher branca de classe média, sejam os mesmos que se colocam sobre uma mulher negra e periférica.

Outros fatores como raça, crença, classe social, idade, se entrelaçam à noção de gênero para auxiliarem na compreensão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Em relação aos casos de feminicídio no Brasil, por exemplo, observamos que as mulheres negras são as maiores vitimadas. Por isso, na próxima seção, trataremos alguns pontos discutidos por autoras que focalizam o feminismo negro, e as imbricações do gênero com outras categorias.

1.4 Feminismo negro e a necessidade de se pensar as interseccionalidades de raça, gênero e classe

Relembrando a formação histórica do país, Lélia Gonzalez (1982) afirma que as condições de existência material da população negra remetem a condicionamentos psicológicos que precisam ser desmascarados. Para a autora, os diferentes modos de dominação das fases diversas de produção econômica no Brasil, coincidem num mesmo ponto, que seria a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles:

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. [...] Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1982, p.15).

Historicamente, os lugares subalternos, as prisões, os hospícios, são reservados à população negra. Carneiro (2011) reforça essas noções nos lembrando que, no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos brancos contra negras e indígenas e a miscigenação daí resultante, estão na origem da construção da identidade nacional, que estrutura o mito da democracia racial latino-americana; ou seja, a igualdade legal perante a lei não garante direitos sociais concretos às populações subalternizadas.

Ser negro no Brasil, na maioria das vezes, é lidar com um cotidiano de pobreza, violência e racismo. Um relatório produzido pela Rede de Observatórios da Segurança demonstra que os negros (pretos e pardos) são 75% dos mortos pela polícia. Enquanto a taxa geral de homicídios no Brasil é de 28 pessoas a cada 100 mil habitantes, entre os homens negros de 19 a 24 anos o número sobe para mais 200¹⁶.

Para as mulheres negras a realidade é igualmente inóspita, cuidando de inúmeros filhos sem uma estrutura pública de saúde e educação que seja eficiente, trabalhando em subempregos e realizando tarefas domésticas para sustentar e criar a prole, sendo violentadas sexualmente, fisicamente, psicologicamente por seus companheiros ou outros homens, ou até mesmo perdendo companheiros, filhos, irmãos para a violência policial em nosso país. Assim, enquanto mulheres brancas temem que seus filhos cresçam e sejam cooptados pelo

¹⁶ Informações disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/15/negros-sao-75-dos-mortos-pela-policia-no-brasil-aponta-relatorio.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14 jan. 2020.

patriarcado, mulheres negras temem perder seus filhos pelas necropolíticas, “que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo” (AKOTIRENE, p. 16, 2019).

Pelo fato de mulheres negras serem atingidas por dores específicas resultantes de nossa estrutura social, o feminismo negro se faz necessário para elucidar a real condição dessas mulheres na sociedade brasileira. Como bem pontua Carneiro (1993), a identidade feminina é um projeto em construção que depende do rompimento com modelos anteriormente impostos à mulher. No caso da mulher negra, é necessário entender que sua identidade não é coincidente com a do modelo universal de mulher. Sua existência resulta de uma experiência histórica diferenciada, e, portanto, “o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela teve e tem ainda na identidade das mulheres negras” (CARNEIRO, 1993, p. 12).

Ao se falar do mito da fragilidade feminina, que, historicamente, justificou a proteção paternalistas dos homens sobre as mulheres, o discurso direciona-se às brancas. As mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis, e são parte de um contingente de mulheres que durante séculos foram escravizadas nas lavouras, ou estiveram nas ruas como vendedoras ou prostitutas, por exemplo. Quando as feministas brancas lutaram pelo direito de ganhar as ruas e trabalhar, essa reivindicação não produziu impacto nenhum sobre as negras, já habituadas a árduos trabalhos. Como sujeitos, essas mulheres, originalmente vindas de outro continente, tiveram sua identidade e história despedaçada; assim explica a autora:

Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originária de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, este também um alienígena para a nossa cultura. (CARNEIRO, 1993, p. 11)

Embasada nessa percepção histórica, González (1983) explica certos papéis sociais que foram designados a essas mulheres por meio do sexismo e racismo inerentes da sociedade brasileira: os papéis de doméstica, mãe preta e mulata. Começando pela mulata, pode-se afirmar que sua origem está relacionada a violência sexual exercida contra as mulheres negras pelos senhores brancos: são negras de pele mais clara, cujo padrões estéticos foram - e são - considerados atraentes, especialmente por homens brancos.

Ribeiro (2018) reflete como a origem do termo é pejorativa: a palavra de origem espanhola vem de “mula” ou “mulo”, ou seja, o que é originário do cruzamento entre espécies, cruzamento entre jumentos e éguas ou cavalos com jumentas. Refere-se então a um ser vivo que resulta do cruzamento de um animal considerado nobre com outro tido como de

segunda classe. “Sendo assim, trata-se de uma palavra pejorativa que indica mestiçagem, impureza, mistura imprópria que não deveria existir” (RIBEIRO, 2018, p. 94).

No entanto, no carnaval brasileiro, essas mulheres se tornam as protagonistas: “ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la” (GONZALEZ, 1983, p. 228). Nesse momento, a mulher negra, no papel de mulata radiante, é digna da atenção de todo um país, aparecendo nas mídias nacionais e internacionais. Justamente por isso, toda jovem negra que desfila no mais humilde bloco suburbano, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí. Apesar de ser um papel de destaque, é necessário lembrar que essa posição é ultrassexualizada, alimentando a noção da mulher negra como objeto do desejo masculino.

Essa mesma mulher que ganha destaque nas avenidas brasileiras na celebração do Carnaval, nos outros dias do ano, assume o papel de empregada doméstica, majoritariamente mal remunerada e sobrecarregada por um cotidiano de tarefas extenuantes. Se não assume o papel de doméstica, geralmente ocupa-se com outras funções de desprestígio social e salários precários como cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Afinal, como coloca Gonzalez (1983), os negros estão na “lata de lixo” da sociedade brasileira.

Assim sendo, o destaque concedido às mulheres negras que são classificadas como “mulatas” só poderia existir por um curto período de tempo (carnaval), e num papel de alta conotação sexual. Para a autora, tanto o papel de “empregada” quanto o de “mulata” tem suas origens na figura da “mucama”. Em tempos coloniais, ela era a escrava doméstica, aquela que tinha boa aparência e por isso se encarregava de acompanhar as sinhazinhas e desempenhar funções nos domínios da casa grande. Como possuía boa aparência, era constante alvo dos ataques sexuais dos senhores brancos. Por isso, assumia esses dois papéis, a trabalhadora do lar e objeto sexual para os homens brancos, ou seja: a “doméstica” e a “mulata”.

Por último, Gonzalez (1983) destaca o papel da mãe preta, figura para a qual “se dá uma colher de chá”, visto que representa a escrava que cuidava com amor e acolhimento das crianças dos senhores. A autora afirma que essa mulher tomava o lugar de mãe dessas crianças, por ser de fato quem cuidava dos filhos. Essa figura era a responsável por transmitir a cultura brasileira aos rebentos, sendo aquela que, segundo Gonzalez (1983) ensinaria o “pretuguês”: nossa língua mesclada aos elementos africanos que a permeiam, e outros elementos da cultura africana que resistiram à colonização. Assim, essa figura aparentemente pacífica e maternal, foi capaz de “sabotar” a cultura europeia e branca, transmitindo os

valores fundantes da nossa cultura permeados com elementos da cultura negra, os quais o colonizador desprezava e gostaria de excluir.

1.4.1 *Pensar só gênero não é suficiente: o conceito de interseccionalidade*

Dados os lugares marginalizados destinados as mulheres negras em nossa sociedade, foi necessário que o feminismo negro articulasse suas questões específicas como pautas das buscas feministas. A expressão *enegrecer o feminismo* passa a ser utilizada para falar sobre a trajetória das mulheres negras no interior do movimento. Sua utilização busca assinalar a percepção que a identidade branca e ocidental do feminismo clássico não seriam suficientes enquanto prática e teoria política para integrar as pautas de ampla gama da diversidade feminina, especialmente em sociedades multirraciais e pluriculturais (CARNEIRO, 2003).

Por meio dessas iniciativas foi possível desenvolver uma agenda específica que combatesse as desigualdades de gênero e outras questões atreladas a mesma, como explica Carneiro (2003, p. 118): “afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil.

Essa necessidade de articular outros fatores à questão do gênero, deu origem ao termo interseccionalidade. O conceito, que foi elaborado por feministas negras, torna-se necessário devido ao fato de as experiências e reivindicações das mulheres negras não serem devidamente observadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, que a princípio, voltava-se as demandas dos homens negros.

A primeira a utilizar o termo interseccionalidade foi a intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, no artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, do ano de 1989. Utilizando mais uma vez o conceito, na publicação de 1991, “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor”, a autora afirma que empregou o termo “para denotar as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências de empregação das mulheres negras¹⁷.

¹⁷A tradução do artigo escrito por Crenshaw (1991) foi realizada por Carol Corrêa e disponibilizada no portal Geledés. O texto está disponível em: “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas” de Kimberlé Crenshaw—Parte 1/4 - Geledés (geledes.org.br). Acesso em: 20 jan. 2021.

Apesar de o termo ter sido inaugurado pela a autora, diversas feministas já produziam teorias e levantavam questionamentos que consideram o imbricamento de várias opressões; tanto em períodos anteriores aos escritos de Krenshaw, quanto estabelecendo discussões similares sem o uso do termo mesmo que em momentos posteriores à sua criação (CARNEIRO, 1993, 2003, 2011; DAVIS, [1981] 2016; GONZALEZ, 1982, 1983; SAFFIOTI, 1987, 1995, 2004). Em *Mulheres, raça e classe* de Angela Davis (2016), por exemplo, a feminista negra já demonstrava como as diferentes opressões são indissociáveis, denunciando o racismo existente dentro do movimento feminista e realizando uma análise antirracista, antissexista e anticapitalista.

O entendimento e o desenvolvimento de teorias que investigam como as opressões se interpelam são uma importante contribuição para o entendimento da condição da mulher na sociedade, resultante especialmente da construção intelectual de feministas negras. Krenshaw elucida de que maneira o conceito consegue investigar questões sociais que não podem ser totalmente compreendidas quando observamos apenas um aspecto:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (KRENSHAW *apud* RIBEIRO, 2018, p. 82).

Conforme pontua Akotirene (2018), o projeto feminista negro busca a solidariedade política em favor dos oprimidos por questões de sexualidade, classe, territórios ou outras diferentes marcações. Observar aspectos interseccionais ajuda a tornar mais nítidas as opressões e as possibilidades de combatê-las igualmente por meio de ações que contemplem todas as dores e dificuldades que as mesmas ocasionam. Ao se pensar políticas públicas de combate ao feminicídio no Brasil, por exemplo, é necessário se levar em consideração quem são as mulheres mais fragilizadas pela nossa estrutura social: jovens, negras, pobres e periféricas.

2 MÍDIA, LINGUAGEM E IDEOLOGIA

2.1 A mídia e suas relações com a sociedade moderna

A relação entre os seres humanos e as formas de organização social existentes modifica-se constantemente durante toda a história da humanidade. Alguns fatores são cruciais nos desenvolvimentos dos povos, como, por exemplo, a produção e o intercâmbio de informações e conteúdos simbólicos. Sendo a comunicação humana uma necessidade, seu desenvolvimento começa nas interações gestuais, passa para a criação de linguagens e chega até os recentes níveis de desenvolvimento de tecnologia computacional; o que demonstra a produção e circulação de informação e conteúdo simbólico como aspectos centrais da vida social (THOMPSON, 2011). As mudanças sempre existiram, mas foram potencialmente expandidas a partir de uma série de desenvolvimentos que começam a ocorrer a partir do século XV:

Com o desenvolvimento de uma variedade de instituições de comunicação a partir do século XV até os nossos dias, os processos de produção, armazenamento e circulação têm passado por significativas transformações. Estes processos foram alcançados por uma série de desenvolvimentos institucionais que são característicos da era moderna. Em virtude destes desenvolvimentos, as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão: tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno (THOMPSON, 1998, p. 19).

Essa série de transformações é marcada principalmente pela invenção de um método para impressão de letras de chumbos adaptadas para prensa tradicional para a confecção de textos impressos, pelo ourives Johann Gutenberg. Assim, no fim de século XV a Europa já possuía máquinas de impressão na maioria dos seus centros comerciais, dando início a era da comunicação de massa (THOMPSON, 2011).

Já no início do século XVI foram impressas na Inglaterra as primeiras folhas noticiosas e panfletos; no século XVII as revistas de notícias regulares passam a circular, marcando um momento de elaboração de atividade jornalística, que já funcionava em consonância com as estruturas de poder, visto que as publicações estavam interligadas as autoridades dos estados nações emergentes (THOMPSON, 2011). Segundo Thompson (2011, p. 232), "as autoridades dos novos estados fizeram uso ativo dos jornais para comunicar proclamações oficiais de vários tipos, mas elas, também, procuram restringir ou suprimir a publicação de material supostamente herético ou perigoso".

A consolidação do processo de impressão permite ao homem dar início a produção de materiais midiáticos em larga escala, provocando uma expansão das possibilidades comunicativas na sociedade que torna-se cada vez mais refinada e amplificada. Séculos depois do desenvolvimento da impressão, a invenção dos processos de difusão no século XIX culminou no desenvolvimento da rádio que começa a se estruturar nos anos 20 nos Estados Unidos, e, nas décadas de 40 e 50, os processos de difusão foram revolucionados com a chegada da televisão. (THOMPSON, 2011). A expansão dos domínios do rádio, televisão, mídia impressa, tornam-se, ao longo das décadas, gradualmente parte essencial dos processos de significação da sociedade.

Discutindo os processos de midiaticização da sociedade em seu estudo, Hjarvard (2012) traça um interessante panorama sobre a forma como os meios de comunicação foram utilizados e influíram na sociedade em diferentes momentos históricos. Para o autor, os meios de comunicação se transformarem em instituições independentes exemplifica a crescente diferenciação e divisão do trabalho que são característicos da sociedade moderna.

Por sua vez, essa sociedade moderna é composta de alguns fatores que a caracterizam, conforme pontua Giddens (1991): a dissociação entre tempo e espaço, reflexividade institucional e mecanismos de desençaixe. A dissociação entre tempo e espaço se relaciona com a forma como as sociedades modernas dependem de modos de interação em que as pessoas estão separadas no tempo e espaço, o que é essencial para o desenvolvimento dos mecanismos de desençaixe, visto que esses se referem ao "deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço" (GIDDENS, 1991, p. 29). Já a reflexividade da vida social moderna, liga-se à revisão que os atores sociais passam a conceber sobre os diversos aspectos das atividades sociais, guiados pelos conhecimentos dos sistemas especializados nos mais diversos temas. A necessidade de ligar-se a sistemas especialistas por meio do monitoramento reflexivo da ação tem relação com o fato de que a reflexividade inerente à ação humana foi "externalizada" na modernidade; assim, os conteúdos nos quais os atores sociais se baseiam para refletir vem "de fora", dos sistemas especialistas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

É nítida a transformação da fase moderna da sociedade em comparação com a sociedade pré-moderna e agrária, que era caracterizada por um baixo grau de especialização. De maneira geral, as pessoas viviam majoritariamente em vilas rurais e eram socialmente formadas pelas instâncias tradicionais que as cercavam, especialmente família e religiosidade, sem maiores possibilidades de se relacionar com o mundo exterior aos domínios locais. Uma série de desenvolvimentos, nos quais os meios de comunicação inclusos estão, possibilitaram

a mudança dessas condições sociais. Hjarvard (2012) discorre sobre a maneira como esses processos aconteceram:

Quando surgiram os Estados-nação e com a industrialização e a urbanização, um número cada vez maior de instituições que acomodavam diferentes aspectos da vida se separou do todo indiferenciado: a ciência se divorciou da religião e o mercado de trabalho desenvolveu um número cada vez maior de ocupações e profissões especializadas. Os meios de comunicação tiveram um papel importante neste início da era moderna na medida em que possibilitaram separar uma atividade de seu contexto local e criar fóruns especializados em âmbito nacional ou internacional. Livros e periódicos ajudaram a lançar as bases para a expansão da ciência e da tecnologia, jornais ajudaram a criar uma esfera pública política democrática, e a literatura e revistas populares contribuíram para o desenvolvimento de uma esfera pública cultural (HJARVARD, 2012, p. 71).

Segundo o autor supracitado, nessa fase inicial os meios de comunicação ainda não figuravam como instituições independentes, sendo usados como instrumentos nas mãos de outras instituições, especialmente pelos partidos políticos a partir do século XIX, que começaram a publicar jornais originários do sistema de imprensa partidária. Com o advento do rádio nos anos 1920, os meios de comunicação passaram a se dirigir a um público generalizado, muitas vezes a nível nacional, o que faz com que esses meios assumam gradualmente o caráter de instituições culturais. Assim, os veículos adquirem uma distância mínima de outras instituições sociais.

Hjarvard (2012) pontua que o rádio e a televisão foram organizados historicamente em diversas partes do mundo tanto como entidades estatais como comerciais ou públicas. O autor explica que, no norte europeu, por exemplo, a difusão radiofônica e televisiva foi, de forma geral, institucionalizada como uma instituição de serviço público fora do Estado em si. Assim sendo, nesse primeiro momento, rádio e televisão deveriam representar o interesse comum da sociedade para o público, oferecendo uma representação das diversas áreas da vida comum, versando sobre temas como política, arte e ciência.

Um processo similar aconteceu com a imprensa nesse mesmo período, com o declínio e a queda da imprensa de caráter explicitamente partidária entrando em declínio ao longo do século XX. A imprensa também adotou a noção de coletividade e iniciou sua transformação em uma instituição cultural, começando a tratar de temas de diferentes instituições sociais como política, arte, família e interesses especiais a partir de uma perspectiva mais generalizada. No entanto, a dinâmica que aconteceu no âmbito da rádio e televisão foi diferente da que ocorreu na imprensa (HJARVARD, 2012).

Enquanto televisão e rádio a princípio foram estabelecidos como instituições públicas com a função de educar e instruir, a imprensa coletiva foi um passo rumo a um desenvolvimento essencialmente comercial, onde as receitas publicitárias foram uma força

motriz. Independente das motivações, os jornais também passam a figurar como instituições culturais, atrativas ao interesse público. Adquirir o status de instituições culturais foi o primeiro passo na independência dos meios de comunicação de outras instituições, implicando a profissionalização das práticas jornalísticas, estabelecendo, inclusive, o jornalismo como uma profissão. (HJARVARD, 2012).

Seguindo percurso histórico proposto pelo autor, nos anos 1980, uma série de mudanças estruturais no setor, especialmente na Europa Ocidental, foram o presságio da transição do status dos meios de comunicação como instituição cultural para uma instituição de mídia. As forças mercadológicas se fortalecem nesse momento com o fim do monopólio dos canais de serviço público e a expansão de serviços de difusão radiofônica e televisiva via satélite e a cabo, o que começa a enfraquecer a visão dos meios de comunicação como instituições culturais. Discorrendo sobre esses mesmos desenvolvimentos tecnológicos, Thompson (2011) pontua que com o progresso nos sistemas de transmissão por cabo e por satélite, os argumentos tradicionais sobre o número limitado de canais, que influíram no desenvolvimento da difusão entre os anos 20 e 70, começam a se tornar inválidos, conforme explica o autor:

Essas novas tecnologias criaram a possibilidade de uma proliferação de canais de transmissão, de tal modo que as razões para restringir o direito de transmitir a uma única organização estatal, a um pequeno número de organizações estritamente regulamentadas, começou a parecer menos plausível. Ainda mais: as organizações comerciais foram inteligentes na exploração das novas tecnologias e pressionaram fortemente a favor de um referencial mais aberto em que pudessem trabalhar (THOMPSON, 2011, p. 266).

Ainda discutindo os aspectos dos meios de comunicação que prevaleceram nas últimas décadas, Thompson (2011) aponta que a globalização das atividades das indústrias midiáticas assumiu novas formas e tornou-se muito mais ampla e com características de onipresença. Ele destaca alguns aspectos dessa tendência. Primeiramente, o teórico coloca que as indústrias da mídia são parte de conglomerados da comunicação que são cada vez mais transnacionais em termos de abrangência de suas operações e atividades; e “o processo de transnacionalização foi incentivado, até certo ponto, por associações e incorporações de grandes proporções nos conglomerados da comunicação” (THOMPSON, 2011, p. 261). Os outros dois aspectos citados, referem-se ao crescimento das exportações de bens midiáticos no mercado internacional e o desenvolvimento de tecnologias que facilitam a difusão transnacional da informação e da comunicação. Essas transformações aconteceram em consonância com os processos de desregulamentação, que passaram a acontecer principalmente nos anos 1990. Hjarvard (2012) explica as consequências advindas do processo de desregulamentação:

Muitos dos novos meios de comunicação são apenas vagamente regulamentados – se o são – quanto ao propósito e ao conteúdo. Assim, como consequência destas transformações, os meios de comunicação tornaram-se instituições muito menos culturais no sentido de instituições que, no interesse público, representam a sociedade como um todo para o público em geral. Uma orientação mais forte para o mercado levou os meios de comunicação a se centrarem mais em atender a seus próprios públicos e usuários (HJARVARD, 2012, p. 73).

Sobre a questão da desregulamentação, Thompson (2011) complementa dizendo que esse processo acontece em resposta às mudanças nas bases tecnológicas das indústrias midiáticas, que levaram alguns governos ocidentais a procurar desregulamentar as atividades de organizações de mídia e suspender legislações que eram vistas como restritivas. Segundo o teórico, embora a desregulamentação tenha sido entendida por muitos como necessária a um setor de mídia muito regulamentado, ela também foi muito criticada por outros como sendo um caminho de aceleração da concentração de indústrias midiáticas. Para o autor, “ao abrir a difusão e as novas tecnologias à exploração comercial, a desregulamentação pode fazer com que os conglomerados da comunicação aumentem seu papel de dominação na nova economia global da informação e comunicação” (THOMPSON, 2011, p. 266).

Essa concentração midiática nas mãos de poucos grandes grupos comerciais é facilmente constatável, visto que, como demonstra lista elaborada pela Forbes publicada no ano de 2015, nove das dez maiores empresas de mídia do mundo estão concentradas nos Estados Unidos¹⁸ (FORBES, 2015, n.p.). Moraes (2016) também demonstra a alta rentabilidade do mercado midiático, expondo dados sobre o *ranking* divulgado pela Fortune em 2012: da receita mundial de US\$ 1,6 trilhão com mídia e entretenimento em 2011, apenas sete megagrupos – *Disney, News Corporation, Time Warner, CBS, Viacom, CC Media Holdings e Live Nation Entertainment* – acumularam juntos US\$ 145 bilhões em 200 países. Segundo o autor supracitado, megagrupos alastraram-se pelos continentes sem submeter-se a maiores restrições legais.

2.2 Dos processos de desregulamentação à ascensão da *internet* como nova possibilidade comunicacional

Enquanto inicialmente os meios de comunicação eram mais orientados pelos interesses particulares do emissor ou pelo entendimento de concessões de difusão voltadas ao serviço público, como instituições de mídia, os meios passam a se pautar pelo interesse de seus

¹⁸ Informações disponíveis em: <https://forbes.com.br/listas/2015/05/10-maiores-empresas-de-midia-do-mundo/#foto1>. Acesso em: 20 fev. 2021.

públicos, demandas mercadológicas e poder de compra. No entanto, como continuam exercendo uma função na comunicação coletiva na sociedade, os meios de comunicação não podem ser reduzidos a uma lógica de mercado apenas (HJARVARD, 2012).

A propósito dessa relação entre pautar-se por questões comerciais e colocar-se a serviço das necessidades sociais, a esfera midiática enfrenta uma situação paradoxal, visto que nem sempre esses dois interesses são conciliáveis ou convergentes. A despeito da pressão mercadológica sobre os meios de comunicação, Moraes (2010) pontua que o aparato midiático busca atualizar programações e ofertas que visam garantir a maior fidelidade possível da audiência em consonância com suas conveniências estratégicas. Tal critério não garante que as atualizações resultem em qualidade editorial ou pluralidade de pontos de vista e ideias. Para o autor, “o fulcro de grande parte dos ajustes é seguir modelando comportamentos e consciências, bem como influenciando agendas públicas e privadas, com a meta de obter vantagens simbólicas associadas à conversão de identidades à lógica consumista” (MORAES, 2010, p. 72).

O pensamento de Fairclough (1995) ao realizar um estudo que analisa a mídia de uma perspectiva discursiva também compactua com esse entendimento, visto que o autor coloca a tensão entre a informação e entretenimento como um dos fatores que afetam a linguagem na mídia contemporânea. Para ele, uma das consequências que ocorrem a partir dessa tensão é a tendência da mídia a se mover na direção do entretenimento, visando justamente uma maior mercantilização dos seus produtos. Assim, muitas das vezes, a comunicação dos veículos midiáticos passa a atuar muito mais voltada ao entretenimento do que à informação. como explica o autor:

Esta mudança pode ser vista em termos mais gerais como parte de uma intensificada 'mercantilização' da mídia: por causa do aumento das pressões comerciais e da competição, a mídia está sendo mais completamente atraída para operar em uma base de mercado dentro da indústria de 'lazer', e uma parte disso é uma pressão maior para entreter, mesmo na produção de relações públicas. [...]A mudança econômica foi acompanhada por uma mudança cultural, o que levou alguns a se referir a sociedades contemporâneas como culturas de 'consumo' ou 'promocionais' (FEATHERSTONE, 1991; WERNICK, 1991). Como muitos outros, considero estes desenvolvimentos como questões preocupantes. No caso da mídia, por exemplo, é o imperativo comercial (especialmente na televisão) para entreter constantemente (POSTMAN, 1987), quase sem levar em conta a natureza do programa, compatível com a tradição do serviço público de radiodifusão? Se o público for construído e competido pois, como consumidor, mesmo em programas de notícias e assuntos atuais, isso não nega as alegações de radiodifusão para constituir uma esfera pública (Habermas 1989) em que as pessoas, como cidadãos, são atraídas para debate sério sobre as questões do dia? E se a mídia não sustentar uma esfera pública politizada, onde mais ela pode ser construída em nossa sociedade midiática?¹⁹(FAIRCLOUGH, 1995, p. 10-11).

¹⁹Tradução nossa de: “This shift can be seen in more general terms as part of an intensified 'marketization' of the media: because of increasing commercial pressures and competition, media are being more fully drawn into

Portanto, o dilema entre o fator econômico e a função social da mídia coloca-se como um debate relevante e necessário nos tempos atuais. O amplo acesso à informação e aos mais diversos conteúdos são partes essenciais para tornar os meios de comunicação mais democráticos e acessíveis para toda a população. A premissa da democratização da comunicação é essencial para fazer o conhecimento das mais diversas áreas circular socialmente, possibilitando a formação de pensamento crítico e o desenvolvimento da cidadania. O debate sobre a comunicação e democracia ganha novos aspectos a partir da criação e ascensão da *internet*, a rede mundial que possibilita a ligação entre os computadores e o fornecimento ao usuário a diversas fontes de informação.

Devido à expansão tecnológica, os processos de desregulamentação do setor de telecomunicações e a expansão da telefonia móvel e da *internet* foram algumas características centrais nos anos 90, tornando os sistemas comunicacionais muito mais complexos (HJARVARD, 2012). A consolidação da *internet* proporciona mais uma revolução que reconfigura as possibilidades comunicacionais em todo o globo. Sobre a ascensão da *internet*, Castells (1999) aponta seu desenvolvimento como ocorrido nas três últimas décadas do século XX, sendo consequência de “uma fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural” (CASTELLS, 1999, p. 82). Segundo o autor, no momento em que a tecnologia digital passa a permitir o empacotamento de diversos tipos de mensagens, incluindo som, imagens e dados, cria-se uma rede capaz de comunicar seus nós sem utilizar centros de controles. Assim, “a universalidade da linguagem digital e a pura lógica das redes do sistema de comunicação geraram as condições tecnológicas para a comunicação global horizontal” (CASTELLS, 1999, p. 82).

Apesar de ter sido criada inicialmente para fins militares nos Estados Unidos, essa rede de comunicação excedeu esse uso, tornando-se uma poderosa ferramenta de trocas informacionais e instrumento também nas relações interpessoais. Entusiasta da era da cibercultura, Pierre Levy (1999), acreditava que a rede possibilita a criação de uma certa “inteligência coletiva”, proporcionando aos agentes a capacidade de construir o conhecimento

operating on a market basis within the 'leisure' industry, and one part of that is greater pressure to entertain even within public affairs output. [...] Economic change has been accompanied by cultural change, which has led some to refer to contemporary societies as 'consumer' or 'promotional' cultures (Featherstone 1991, Wernick 1991). Like many others, I regard these developments as matters for concern. In the case of the media, for instance, is the commercial imperative (especially in television) to constantly entertain (Postman 1987), almost without regard to the nature of the programme, compatible with the tradition of public service broadcasting? If audiences are constructed, and competed for, as consumers, even in news and current affairs programmes, does this not negate the claims of broadcasting to constitute a publicsphere (Habermas 1989) in which people, as citizens, are drawn into serious debate on the issues of the day? And if the media is not sustaining a political public sphere, where else can it be constructed in our mediatized society??"

conjuntamente. Para Levy (1999), a virtualidade, compreendida de forma geral, constitui o traço distintivo da nova face da informação, configurada a partir do advento da *internet*, e a digitalização dos conteúdos é o fundamento técnico dessa virtualidade.

Sobre a discussão sobre o surgimento e consolidação da *internet* como uma nova possibilidade comunicacional, sua popularização trouxe alguns debates teóricos positivistas a respeito do seu uso, visto que o novo meio suscita novas possibilidades relativas ao processo de democratização da informação. Pierre Levy (1998, 1999, 2010) ao discutir aspectos da informática e da era digital, por exemplo, tem uma visão otimista das possibilidades levantadas pela utilização da *internet* como veículo de comunicação. O autor pontua o seu entendimento da cibercultura, como sendo esse espaço virtual de criação de relacionamentos e redes, possibilitado pela *internet*:

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato (LÉVY, 1999, p. 130).

Levy (1999, p.17) define a cibercultura como sendo “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Segundo o autor supracitado, com o ciberespaço surgem dois dispositivos informacionais que são originais em relação às mídias anteriores aos computadores e a *internet*: o mundo virtual e a informação em fluxo. Assim, o mundo virtual dispõe as informações num espaço contínuo e não em uma rede. A informação em fluxo resulta em dados em contínua modificação, circulando entre memórias e canais interconectados “que podem ser percorridos, filtrados e apresentados ao cibernauta de acordo com suas instruções, graças a programas, sistemas de cartografia dinâmica de dados ou outras ferramentas de auxílio à navegação” (LEVY, 1999, p. 63).

Levy (1998) já apontava que o ciberespaço situava-se como o desenvolvimento mais rápido de toda a história das técnicas de comunicação, responsável por destronar a televisão, vindo a tornar-se o centro da gravidade da nova ecologia das comunicações. Isso porque o novo sistema permite a reciprocidade na comunicação, visto que possibilita uma comunicação de “todos para todos”, interativa e coletiva, englobando e reinventando os conteúdos já veiculados por mídias anteriores como o rádio, a televisão ou o impresso.

Ao mesmo tempo que aponta para as vantagens do novo sistema, Levy (1998) entende também que o fenômeno da interconexão em curso reforça a centralidade e o poder dos centros intelectuais, econômicos e políticos já estabelecidos. No entanto, no entendimento do teórico, essas tecnologias também são apropriadas por movimentos sociais, redes de solidariedade, iniciativas desenvolvimentistas, projetos pedagógicos, vivências cooperativas e de trocas de conhecimento, propiciando experiências de democracia mais participativa. Dentro da perspectiva desse autor, o poder beneficiado pela extensão do ciberespaço não seria um poder hierárquico, burocrático ou territorial, e sim um poder que emerge da capacidade de aprender e trabalhar de maneira cooperativa.

Assim sendo, na percepção de Levy (1998), o ciberespaço criaria então uma situação de desintermediação, no qual para além dos produtos já disponibilizados pelas grandes indústrias midiáticas, ele também abriria espaço para vídeos amadores, jornalistas alternativos, atores sociais, políticos e culturais diversos daqueles já consolidados pela mídia tradicional:

Quase todo mundo pode publicar um texto sem passar por uma editora nem pela redação de um jornal. O mesmo vale para todos os tipos de mensagens possíveis e imagináveis (programas de informática, jogos, música, filmes, etc.). Passa-se assim de uma situação de seleção a priori das mensagens atingindo o público a uma nova situação na qual o cibernauta pode escolher num conjunto mundial muito mais amplo e variado, não triado pelos intermediários tradicionais (LEVY, 1998, p. 45).

Seguindo o mesmo viés otimista sobre o uso da *internet* para fins comunicacionais, Lemos e Levy (2010) diferenciam a função midiática pós-massiva da apenas massiva, ao se observar a evolução das diferentes mídias. Para os autores, a função massiva da mídia tem o papel de somente informar, enquanto a mídia pós-massiva, para além da informação, permite a interação e a colaboração entre os participantes do processo comunicativo, o que se torna possível por meio das novas mídias, principalmente no âmbito da *internet*.

Discutindo esses aspectos em outro trabalho, Lemos (2007) afirma que a cibercultura instaura uma estrutura midiática específica, que seria a pós-massiva, na qual o indivíduo pode produzir e publicar informação em tempo real, sob diversos formatos, reconfigurando a indústria cultural, vista como massiva. Segundo o autor, o modelo massivo teria predominado entre os séculos XVIII e XX, configurando mídias como o jornal, televisão e rádio, enquanto o modelo “pós-massivo”, caracterizado pelas mídias digitais, redes temáticas e processos de rearticulação de conteúdo informacional passam a emergir a partir dos anos 1970, consolidando-se cada vez mais. O autor explana as diferenciações entre os dois momentos:

Há, na cultura de massa, a possibilidade de controle apenas sobre as informações recebidas: escolha de jornais, de emissoras de televisão, de estações de rádio etc., mas não sobre a emissão. Se não há controle total do fluxo informativo, não há

território informacional. Hoje, com as mídias pós-massivas, essa liberdade existe, como vimos nos exemplos dos princípios da emissão, conexão e reconfiguração. Na atual cibercultura, podemos ter maior controle informacional, já que é possível fazer mais escolhas do que consumimos como informação e também emitir nossa própria informação (LEMOS, 2007, p. 43).

Lemos (2007) levanta a hipótese que três leis estão na base do processo cultural atual da cibercultura, sendo eles: a liberação do pólo da emissão, ou seja, qualquer um com acesso à rede pode produzir conteúdo, o princípio da conexão em rede e a consequente reconfiguração sociocultural a partir de novas práticas produtivas e recombinaatórias. Assim, sintoniza-se aos estudos de Levy, depositando no uso das novas mídias e nas possibilidades de conexão propiciadas pela *internet*, uma perspectiva da diminuição do contingente de excluídos da sociedade, a criação de uma sociedade mais justa e uma maior democratização das informações e do conhecimento.

No entanto, apesar de não negarmos os avanços, novos espaços e novas possibilidades comunicativas trazidas com o advento da *internet*, compreendemos que o acesso e utilização desses novos meios de comunicação não se dão de maneira horizontal e democrática na parcela majoritária da sociedade. Ao refletir sobre o acesso à *internet*, por exemplo. Mesmo que a rede mundial de computadores permita a disponibilização de informações e conteúdos de forma praticamente ilimitada, é necessário recordar que boa parte da população não possui acesso a mesma, seja por habitar regiões periféricas do globo onde não há acesso à rede ou pela ausência de condições econômicas. Como bem pontua Ramonet (2016), a exclusão digital ainda é a regra na maior parte do globo: 40% da população mundial vive com menos de 2 CUC (pesos conversíveis cubanos) por dia e, conseqüentemente, não tem acesso a eletrônicos; 1,5 bilhão de pessoas não possuem acesso nem mesmo à eletricidade. Trazendo para a realidade brasileira, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018 sobre acesso à tecnologias de comunicação e informação, demonstra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não possui acesso à *internet*, o que em números totais representa cerca de 46 milhões de brasileiros²⁰ (AGÊNCIA BRASIL, 2020, n.p.).

Além das questões econômicas que impactam a possibilidade de acesso aos novos meios de comunicação por grande parte da população, ainda há o fato de que, mesmo com a oportunidade de acessar conteúdos produzidos por produtores diversificados na *internet*, a presença dos veículos midiáticos que já são socialmente e economicamente consolidados tende a preponderar. A esse respeito, Ramonet (2016) explica que o mesmo fenômeno

²⁰Dados disponíveis em: Alexa - Top Sites in Brazil - Alexa. Acesso em: 04 mar. 2021.

acontece em todos os países: os meios de comunicação que controlam o mercado da imprensa tradicional, do rádio e da televisão acabam por dominar também a audiência na *internet*. Tal constatação é facilmente confirmada visto que ao acessar o portal Alexa, que fornece dados sobre os *sites* mais acessados no país, constatamos que entre os dez primeiros *sites* mais acessados do Brasil os três veículos midiáticos que figuram no ranking são portais grandes e economicamente consolidados: portal Metrôpoles em 4º lugar, O Globo em 6º, Uol em 7º e Yahoo em 8º²¹. No entanto, para Ramonet (2016), a *internet* traz uma diferenciação das mídias anteriores:

A diferença é que, na internet, outros meios atuam e podem atingir milhares de pessoas, as quais terão acesso a informações com função de contrainformação ou de correção. Antes, a guerrilha midiática era muito difícil, hoje é possível. A batalha não foi ganha – isso seria muito complicado e irrealista –, mas é indiscutível que há uma maior possibilidade de nos informarmos de maneiras diferentes (RAMONET, 2016, p. 96).

A possibilidade de acesso a uma ampla gama de opiniões e discussões sobre os mais variados assuntos confirma-se na *internet*, porém, a disponibilidade não significa que a grande massa de usuários vai acessar conteúdos diversos. Mesmo na *internet*, a lógica capitalista também tende a predominar: os veículos de comunicação dotados de maiores recursos financeiros possuirão equipes e estruturas mais preparadas na sua produção de conteúdo, além da condição de financiar anúncios e demais recursos para figurar nas primeiras colocações nos mecanismos de busca, por exemplo.

Se por um lado existe uma parte significativa da população excluída desse novo movimento comunicativo, por outro, os atores que possuem acesso a tais meios tendem a buscar informações nos veículos *online* ligados ao grande poderio capitalista. Por sua vez, o fator econômico se traduz numa pressão que interfere na produção de conteúdo desses veículos, influenciando na sua apresentação dos fatos. Os conteúdos resultantes desse processo carregam discursos, que, como pontua Fairclough (2001, p. 91), configuram-se em “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”, e que, portanto, contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Tal fator se constitui como problemático visto que os discursos midiáticos que passam a integrar a percepção dos sujeitos se constituem sob uma série de condições específicas às quais esses mesmos sujeitos não têm acesso no processo de contato com tais conteúdos. Pensando nessa percepção, na próxima seção discutiremos as formas como a mídia e sua distribuição de conteúdo simbólico acarreta efeitos discursivos e ideológicos sobre a sociedade.

²¹Dados disponíveis em: Alexa - Top Sites in Brazil - Alexa. Acesso em: 04 mar. 2021.

2.3 Mídia e discurso: o poder simbólico a serviço de ideologias

Já tornamos evidente que desde sua criação e em todas as etapas do seu desenvolvimento, a mídia, apesar de assumir diferentes formatos e funções em cada época da história da humanidade, torna-se, a cada nova etapa do seu desenvolvimento, mais central e relevante na constituição das sociedades e das relações sociais. Para além de observar sua perspectiva estrutural e sua relação com os diferentes momentos históricos, é relevante discutir alguns aspectos da sua função ideológica e simbólica, bem como os modos de relação e interação que a instância midiática produz na sociedade.

Thompson (1998,p.32) define a comunicação de massa como a “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico”. Premissas para a produção dessa mesma comunicação de massa, elencadas pelo autor, são: meios técnicos e institucionais de produção e difusão; mercantilização de formas simbólicas; dissociação estruturada entre produção e recepção; prolongamento da disponibilidade dos produtos de mídia no tempo e espaço e circulação pública das formas simbólicas mediadas (THOMPSON, 1998).

O autor considera a mercantilização das formas simbólicas como um tipo particular de "valorização". As mesmas passam por dois tipos de "valorização simbólica": uma é relativa ao valor que os objetos têm em virtude da estima, indiferença ou desprezo dos indivíduos pelas mesmas. Já a "valorização econômica" relaciona-se à atribuição do valor econômico, ou seja, por quanto elas podem ser trocadas no mercado. O autor refere-se às formas simbólicas mercantilizadas como "bens simbólicos". Em consonância com o pensamento de Thompson (1998), Bourdieu (1974, p. 102) afirma que bens simbólicos possuem “dupla face - mercadorias e significações -, cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes, mesmo nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural”.

Assim, esses bens simbólicos, ao serem produzidos e colocados em circulação na sociedade, geram uma troca de valores não somente econômicos, mas principalmente ideológicos: os conteúdos disponibilizados pela mídia impactam diretamente na percepção que as pessoas têm de si mesmas e do mundo ao seu redor. Pois, como aponta Thompson (1998), ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que tem de si mesmo e dos outros, usando-as como veículo de reflexão. Para o autor, esse movimento consiste numa espécie de "apropriação", ou seja, um processo de

conhecimento e autoconhecimento. Assim sendo, o autor discorre sobre como se dá essa relação:

Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida - um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação. É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que a vivemos; contextos e circunstâncias que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida (THOMPSON, 1998, p. 45).

De um ponto de vista discursivo, esse processo de apropriar-se das mensagens está ligado à maneira como os indivíduos vão se relacionar com os discursos com os quais possuem contato. Para Fairclough (2001), o termo discurso deve ser utilizado como forma de prática social, quando os contextos sociais e as interferências dos participantes podem alterar seu conteúdo. Assim, o discurso é um modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas, além de um modo de representação. Além disso, a relação entre discurso e estrutura social é dialética, de mútua interferência, sendo as instâncias sociais ao mesmo tempo, construídas dentro do discurso e também capazes de interferir no mesmo.

Os bens simbólicos que circulam socialmente por meio da instância midiática carregam discursos que passam a integrar a percepção dos sujeitos, visto que “os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113). Fairclough (2001) aponta que o processo de produção e interpretação textual possui dimensões sociocognitivas específicas, centralizadas na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo ao processar o texto, e o próprio texto. Segundo o autor, o processo geralmente procede de maneira não consciente e automática, o que é um fator importante na determinação de sua eficácia ideológica.

Essa eficácia ideológica, por sua vez, agrega sentidos às estruturas sociais que vão trazer consequências aos sujeitos e formas de organizações existentes na sociedade, sustentando, por vezes, situações danosas para certos grupos sociais. Ideologia, segundo Thompson (2011), refere-se às maneiras como o sentido (significado) atua estabelecendo e sustentando relações de poder que são sistematicamente assimétricas, às quais o autor chama de “relações de dominação”. Nesse entendimento, a ideologia se configura então como sentido a serviço do poder. Fairclough (2001) conceitua sobre o tema de maneira convergente ao pensamento de Thompson (2011), ao afirmar que as ideologias correspondem a

significações e construções de realidade que contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação. Para o autor, quando embutidas nas práticas discursivas de maneira eficaz, as ideologias podem ser naturalizadas, ganhando status de senso comum.

Para ilustrar de maneira mais objetiva como um produto midiático, por meio de seu discurso, pode embasar construções ideológicas que colaboram para sustentar estruturas de poder que prejudicam certos grupos sociais, podemos observar rapidamente a matéria “Bela, recatada e do lar” que foi publicada no *site* da revista *Veja* no ano de 2016 (LINHARES, 2016, n.p.). Os próprios adjetivos que figuram no título da matéria já demonstram em qual posição as mulheres estão ideologicamente situadas no entendimento do texto: elas devem ter o valor estético como primordial, zelarem pela sua reputação acima de outras questões e ficarem confinadas ao domínio doméstico. Na publicação, Marcela Temer, esposa do então vice-presidente do Brasil, Michel Temer, é classificada como educada, discreta, bonita, como alguém que gosta de cuidar do lar e anseia ser mãe mais uma vez. A matéria afirma também que Michel Temer “é um homem de sorte” por tê-la como esposa, colocando as características da mesma como desejáveis a uma mulher para que um homem por ela se interesse. Além do mais, naturaliza a posição da mulher como acessório do homem, visto que toda a vida de Marcela Temer consiste em zelar pelo marido, lar e filho. Assim, de maneira indireta, o texto carrega discursos ideológicos que posicionam as mulheres num lugar de opressão em relação aos homens. Tal exemplificação demonstra a maneira como ideologias podem estar embutidas em materiais midiáticos e, portanto, serem capazes de influir nos sistemas de conhecimento e crença das pessoas que consomem tais conteúdos.

Assim, ao atuarem como produtores de discursos, os meios de comunicação não o fazem de maneira neutra e objetiva, desprovidos de interesses particulares. Os bens simbólicos distribuídos pelos mesmos resultam em mediações que vão interferir nas relações sociais. Portanto, "o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo" (THOMPSON, 1998, p. 13). Os processos de produção de bens simbólicos são movidos por interesses particulares que, na maioria das vezes, não estão nítidos aos receptores. É o caso da questão econômica, que coloca-se como um fator relevante na atuação midiática, conforme explica Thompson (2011):

As indústrias de mídia nas sociedades ocidentais são, em muitos casos, organizações comerciais ou quase-comerciais, operando num mercado competitivo e sujeito a pressões financeiras e a incentivos de vários tipos; por isso, mudanças nas indústrias

de mídia são, até certo ponto, respostas a imperativos econômicos e pressões políticas que afetam essas indústrias enquanto interesses comerciais (THOMPSON, 2011, p. 253).

Dentro da teoria social do discurso elaborada por Fairclough (2001), o autor propõe um quadro teórico para a realização da análise do discurso em três níveis, sendo eles: texto, práticas discursivas e práticas sociais; metodologia a qual utilizaremos na realização desse trabalho e que será aprofundada mais adiante. A pressão econômica mencionada por Thompson (2011) torna-se central na produção de bens simbólicos na sociedade capitalista na qual estamos inseridos. Tal fator pode ser observado como uma variável da prática discursiva, visto que essa consiste nos processos de produção, distribuição e consumo dos discursos; a questão econômica figura como uma parte decisiva no momento da produção.

Percebendo como os meios de comunicação influem ideologicamente na sociedade por meio dos discursos que fazem circular, conseguimos compreender como a mídia se configura também em uma instância de poder. Thompson (1998, p.21) afirma que “poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”, ou seja, configura-se num fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação.

Em relação ao poder, Thompson (1998) faz uma distinção principal entre quatro tipos "econômico", "político", "coercitivo" e "cultural ou simbólico", refletindo alguns dos diversos tipos de recursos de que os seres humanos se servem no exercício do poder. A mídia se enquadra dentro do poder “cultural ou simbólico”, que nasce da atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. Atuando como poder simbólico, os meios de comunicação se organizam num campo social, o campo midiático, no qual práticas são regularizadas na manutenção do poder incorporado pela instância.

Bourdieu (1989) coloca que os campos sociais constituem num produto histórico-social que não possuem estrutura fixa, sendo limitados no tempo e no espaço. Os campos são formados por conjuntos de interesses específicos, opinião consensual (*doxa*), leis gerais de governança (*nomos*), seguindo uma lógica hierárquica e sendo constituídos por instituições e *habitus*.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

O autor entende que os campos e a estrutura social atuam na formação do próprio indivíduo, do seu *habitus*. Esse, por sua vez, integra as experiências passadas e percepções de mundo do indivíduo, em conjunto com a estrutura na qual ele se insere. A interação entre o campo e *ohabitus* que lhe integra é dialógica, ou seja, o sujeito é formado e formador em sua sociedade. Ou seja, ao mesmo tempo em que o campo midiático circula bens simbólicos que tornam-se formativos para os indivíduos, os mesmos também podem questionar os seus discursos e agirem no sentido de proporcionar o que Fairclough (2001) chama de mudança social. Para o autor, apesar das determinações discursivas e ideológicas estabelecidas previamente, há sempre uma margem para mudança capaz de ser levada adiante pelos sujeitos que forem capazes de problematizar convenções estabelecidas.

Thompson (2011) afirma que a análise da ideologia nas sociedades modernas deve conceder um papel central ao impacto da comunicação de massa, pois nesse *locus* pode-se observar de que maneira o sentido presente nas formas simbólicas serve ao estabelecimento e sustentação de relações de dominação. Afinal, o desenvolvimento da comunicação de massa na sociedade atual aumenta substancialmente o raio de operação da ideologia, visto a possibilidade de transmissão para audiências extensas e dispersas no tempo e no espaço.

Para Fairclough (1995) a mídia é vista como representação, o que significa que os elementos que são incluídos ou excluídos, colocados em primeiro ou segundo plano, demonstram escolhas que refletem identidades, discursos e relações. O autor pontua alguns passos para se promover uma Análise Crítica do Discurso de produtos midiáticos, sendo eles: observar como as mudanças na sociedade se manifestam nas práticas discursivas da mídia; (2) perceber detalhadamente a linguagem e a textura (incluindo imagens e efeitos sonoros); (3) incluir na análise do texto a análise de sua produção, distribuição e consumo; (4) mapear o contexto institucional, social e cultural da mídia, incluindo relações de poder e ideologia; (5) incluir análise linguística e intertextual em termos de gêneros discursivos e discursos; (6) Conceber a análise linguística de maneira multifuncional, orientando-a para a representação e constituição de relações e identidades como processos simultâneos em textos (7) envolver diferentes níveis como o fônico, o lexical, o gramatical e o macro-estrutural/esquemático; e (8) ver de maneira dialética as relações entre texto, sociedade e cultura.

2.4 Hegemonia e contra-hegemonia: a comunicação é um produto ou um direito?

Durante o percurso de avanços tecnológicos que conduziram o caminhar da História ao longo do século XX, a Comunicação tornou-se um elemento central na formação das

sociedades modernas, mediando os relacionamentos humanos e constituindo sujeitos. Dada a centralidade desse campo na constituição social, a possibilidade de informar e ser informado se torna uma questão crucial nas principais discussões globais. A Declaração Universal dos Direitos do Homem do ano de 1948, em seu artigo 19, pontua que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” (UNESCO,n.p.).

A compreensão da comunicação como um direito instaura a necessidade de esforços democratizantes para tornar os processos de trocas comunicativas acessíveis aos povos do globo, não apenas ampliando a discussão e suas especificidades, mas também apontando ações efetivas que possam promover as mudanças necessárias. Entender a comunicação como direito, no entanto, vai além de conceder liberdade de informação e de imprensa, o que ficou demonstrado no Relatório MacBride, documento publicado pela UNESCO em 1983 com o objetivo de analisar os problemas de comunicação no mundo. Ainda na década de 80, a formação de conglomerados midiáticos e a transformação da informação em produtos já demonstrava o problema da concentração midiática:

A industrialização tende a estimular a concentração da comunicação, mediante a formação de monopólios ou oligopólios, em matéria de coleta, armazenamento e difusão da informação. A concentração age em três direções: a) integração horizontal e vertical de empresas que agem no setor informativo e recreativo; b) participação de empresas pertencentes a ramos industriais diferentes e interessadas na expansão dos meios de comunicação social (cadeia de hotéis e de restaurantes, companhias aéreas, construtores de automóveis ou empresas de mineração interessadas na imprensa, na produção de filmes e até mesmo no teatro); c) fusão e interpenetração de diversas indústrias da informação criação de grandes conglomerados que abarcam vários meios de comunicação social (UNESCO, 1983).

A mobilização acerca do tema aponta justamente para o fato de que há caminho a ser percorrido em relação à temática, tanto pela relevância dos processos comunicativos nas sociedades modernas, quanto pelo fato de que os mesmos permanecem monopolizados por alguns poucos setores capitalistas ao redor do globo. Apesar do relatório McBride ter sido produzido décadas atrás, ainda são poucos os conglomerados midiáticos que controlam a maior parte da comunicação no mundo, visto que, como pontua Moraes (2016, p. 111), eles “detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas, o que lhes confere proeminência nos processos de produção material e imaterial”. O Grupo Globo, por exemplo, ao qual pertence o portal G1, investigado nesta pesquisa, figura como o 17º maior conglomerado midiático do mundo, segundo relatório produzido pela ZenithOptimedia, empresa especializada em marketing (O GLOBO, 2015,n.p.).

O fato de a maioria dos instrumentos comunicacionais serem dominados por um pequeno grupo de conglomerados midiáticos, configura-se num domínio hegemônico para os mesmos. Fairclough (2001), baseado nos estudos de Gramsci, caracteriza a hegemonia como a liderança e o domínio nos âmbitos econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Moraes (2016), também tendo Gramsci (2002a, 2002b) como base, complementa essa ideia afirmando que a hegemonia é obtida e consolidada em disputas que trazem não apenas questões econômicas e políticas, mas também questões do âmbito ético-cultural, saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem se tornar legítimas e universais.

Para Ramonet (2016), apesar da compreensão dos meios de comunicação como essenciais à democracia, atualmente, eles geram problemas ao sistema democrático. Isso se deve, entre outros fatores, ao fato de os mesmos se colocarem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam. No entendimento desse autor, esse aspecto unido às transformações estruturais da chegada da *internet* e da aceleração da informação, faz com que os meios de comunicação se tornem cada vez menos fiáveis e menos úteis à cidadania. O autor reforça a predominância dos grandes conglomerados:

Outra dificuldade enfrentada pelos cidadãos com respeito à credibilidade dos meios de comunicação é que eles são cada vez menos independentes. Independentes do quê? Por definição, independentes do poder político, mas, sobretudo, do poder econômico. Nestes últimos anos, os meios de comunicação entraram em crise e tiveram problemas em termos de benefícios e rentabilidade. Então foram se vendendo, foram se integrando a grupos maiores e, por meio de fusões, adquiriram a configuração atual. Apareceram grupos midiáticos gigantes, como a News Corporation, o maior conglomerado midiático do mundo, pertencente a Rupert Murdoch. O grupo possui todo tipo de empresas de imprensa escrita (diária ou semanal), rádio, televisão, edição, internet e, agora, até um jornal digital para iPad (RAMONET, 2016, p.61).

Serrano (2016) explica que o termo “quarto poder” para a mídia foi cunhado no período da Revolução Francesa, sugerindo que a mídia seria o poder cidadão que vigiaria os outros três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. No entanto, para o teórico, o poder midiático foi o que mais foi permeado e submetido pelo poder econômico. Além disso, a comunicação nas sociedades democráticas adquiriu um papel muito central, visto que nessas sociedades a formação da opinião pública é um elemento essencial para o exercício do poder. No entendimento de Serrano (2016, p.72), a mídia, enquanto quarto poder, tornou-se “um mero apêndice dos grupos empresariais”. No entanto, diferentemente dos outros poderes, o poder midiático não possui legitimidade democrática, visto que ninguém vota nele ou o elege. Assim o autor esclarece seu pensamento a respeito da questão:

Por ser composto por empresas, o poder midiático não é submetido a controles econômicos como os demais. Um deputado, um servidor público, um ministro ou

um juiz acabariam na prisão se recebessem dinheiro de um setor ou de uma pessoa em litígio. Todos os dias, a mídia recebe dinheiro (seja com publicidade ou por outra via) de setores interessados ou com vocação de influência social. Ao contrário também dos outros poderes, a mídia não tem um contrapoder. O governo tem a oposição, os empresários têm os sindicatos, as empresas têm as associações de usuários. Não há contrapoder para o poder midiático. Houve tentativas de criá-lo com os chamados observatórios de comunicação, mas eles não se consolidaram (SERRANO, 2016, p. 73-74).

Partindo dessa premissa, podemos compreender que, a maior parte dos veículos midiáticos que possuem um amplo alcance social, atuam sob pressões econômicas e outros interesses sociais, não necessariamente ligados ao entendimento da comunicação como um direito. Se, como coloca Serrano (2016), numa democracia representativa o principal poder é a opinião pública, e as mídias que atuam sobre essa opinião estão pautadas por interesses particulares, quem sofre consequências negativas é o próprio processo democrático.

Fairclough (1995) já demonstrava a preocupação com a tendência da mídia de se mover na direção do entretenimento para se tornar mais mercantilizada. O autor questionava se o imperativo comercial para entreter constantemente seria compatível com a tradição do serviço público de radiodifusão. Terminamos essa seção com um questionamento feito por Fairclough (1995, p. 11): “e se a mídia não sustentar uma esfera pública politizada, onde mais ela pode ser construída em nossa sociedade midiaticizada?²²”.

2.5 Comunicação contra-hegemônica: alternativas à grande mídia

O percurso aqui proposto demonstrou que os grandes grupos midiáticos tendem a dominar a esfera pública da comunicação e que seus interesses nem sempre estão alinhados às necessidades sociais, visto que configuram-se em grandes empresas. No entanto, como Fairclough (2001) bem pontua sobre a hegemonia, a mesma configura-se sempre num domínio instável, com focos de luta constantes entre os atores presentes. No campo midiático não é diferente: partindo de um ponto de vista comunicacional diferente dos grandes conglomerados, as mídias alternativas buscam atuar como um contraponto a tais domínios hegemônicos. Moraes (2016) explana as funções da comunicação contra-hegemônica:

Em sentido geral, eis a tarefa da comunicação contra-hegemônica: reivindicar o pluralismo e o valor das histórias e culturas e motivar-nos à reflexão sobre o mundo vivido. É isso que distingue os seres humanos como sujeitos capazes de interferir em seus próprios destinos, vergando a passividade e recusando as razões do mercado como bússolas para a vida social. Assumir a contra-hegemonia como eixo norteador da práxis jornalística não depende somente de discursos, nem de meios, mas

²²Tradução nossa de: “And if the media is not sustaining a political public sphere, where else can it be constructed in our mediatized society?”

sobretudo de ética, de compreensão real do horizonte emancipador que preconizamos (MORAES, 2016, p. 107).

Para o autor, as agências alternativas se localizam entre os segmentos da sociedade civil que buscam um sistema de comunicação pluralista, opondo-se à centralização das informações em torno de um número reduzido de corporações e dinastias familiares. Segundo ele, a mídia alternativa “significa entender a comunicação como bem comum e direito humano, que não pode ser apropriado nem distorcido pelas ambições mercantis de grupos econômicos e pretensões particulares” (MORAES, 2016, p. 108-109).

Moraes (2016) coloca que nas últimas duas décadas, a comunicação alternativa em rede se fortaleceu na América-Latina pela atmosfera de mudanças políticas, econômicas e socioculturais promovidas por governos eleitos com as bandeiras de justiça social e inclusão das massas, o que fez com que agências de notícias alternativas se destacassem em pelo menos dez países latino-americanos, dentre eles o Brasil. De maneira geral, o autor pontua alguns pontos de convergência entre essas agências: 1) exploração dos espaços proporcionados pelo ambiente descentralizado e os baixos custos de difusão da rede na propagação de dinâmicas noticiosas mais participativas e não mercantilizadas; 2) a responsabilidade assumida com a causa da democratização da informação e do conhecimento.

Downing (2002) define essas expressões diferenciadas de comunicação, como *mídia radical*. Com esse termo ele refere-se à mídia, em geral de pequena escala e atuando de formas diversas, que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas. No entendimento desse autor, o espectro total da mídia radical nas culturas modernas inclui uma gama ampla de atividades culturais populares, indo além dos usos radicais das tecnologias de rádio, vídeo, imprensa e *internet*. Para Downing,

Compartilhar com discernimento a gama de questões que flagelam a vida social, tal como percebidas a partir de inúmeros pontos de vista, e compartilhar as possíveis soluções para elas, bem como a hilaridade das tolices que diariamente surgem em torno delas, é muito mais condizente com o potencial da mídia do que qualquer outra instituição contra-hegemônica, como um partido, um sindicato, um conselho. A resistência, em outras palavras, é resistência às múltiplas fontes de opressão, mas requer, por sua vez, diálogo nos diversos setores — por sexo; por raça, etnia e nacionalidade; por idade; por categorias profissionais — para que possa efetivamente tomar forma. A mídia radical alternativa é central nesse processo (DOWNING, 2002, p. 53).

Portanto, a mídia radical alternativa seria capaz de expandir o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos colocados pelo discurso da mídia convencional. Essa mídia frequentemente “tenta ser mais sensível do que a mídia convencional às vozes e aspirações dos excluídos” (DOWNING, 2002, p. 81), além de

recorrentemente possuir vínculos estreitos com algum movimento social. O portal Brasil de Fato investigado nessa pesquisa, por exemplo, tem entre seus fundadores o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina e Pastorais Sociais. Além do mais, essa forma de mídia seria possuidora de maior liberdade, por não precisar atender aos interesses dos monopólios midiáticos, financeiros ou políticos. Outra caracterização importante seria a maior disposição em falar sobre assuntos que oprimem grupos socialmente marginalizados como o racismo, machismo, homofobia, preconceitos diversos, desigualdades sociais, entre outras (DOWNING, 2002).

Para Peruzzo (2006), a característica central do que a autora classifica como comunicação popular e alternativa seria expressar as lutas populares por melhores condições de vida. Tal demanda emerge a partir dos movimentos populares que representam um espaço para participação democrática da população. Assim, essa comunicação possui um conteúdo de viés crítico-emancipador, buscando tornar o processo democrático e educativo. Nas palavras da autora, a comunicação popular e alternativa “é um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2006, p. 4). Portanto, seria uma comunicação que se pauta pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial e/ou político-conservador (PERUZZO, 2009).

Partindo desse pressuposto, Peruzzo (2009) propõe agrupar essas formas de comunicação alternativa em duas grandes correntes que também possuem seus desdobramentos: comunicação popular, alternativa e comunitária, e imprensa alternativa. A primeira corrente, à qual a autora nomeia como comunicação popular, alternativa e comunitária, é composta por iniciativas populares e orgânicas aos movimentos sociais, segmentos populacionais organizados e/ou a organizações civis sem fins lucrativos. Essas formas midiáticas podem possuir objetivos diversos como combater os governos, ou solucionar problemas sociais, por exemplo; e terem também modos diferenciados de produção de conteúdo.

Já a segunda corrente, classificada como imprensa alternativa, engloba jornalismo alternativo praticado no contexto dos movimentos populares; ou seja, a imprensa “popular” ligada a organismos comprometidos com as causas sociais. No entanto, diferente da primeira corrente, suas publicações possuem porte mais bem elaborado e com tiragens maiores. Nesta corrente estaria localizada a imprensa político-partidária, a imprensa sindical combativa e o jornal alternativo propriamente dito, caracterizado como de informação geral, à semelhança

dos diários, semanários e mensários. Como exemplo desta corrente, a autora enquadra mais uma vez o jornal Brasil de Fato.

É consenso entre os autores apresentados que discutem o tema (DOWNING 2002; MORAES 2016; RAMONET 2016; PERUZZO 2009) que a possibilidade gerada pela *internet* facilita e impulsiona o trabalho das mídias alternativas, visto que barateia os custos de produção e facilita a disponibilização dos conteúdos para públicos amplos. Segundo Ford e Gil (2002), a *internet* representaria uma nova era para a mídia alternativa, visto ser uma infraestrutura interconectada para múltiplas formas de comunicação, capaz de promover um período de convergência das tecnologias de mídia, permitindo a distribuição de conhecimentos e recursos. No entanto, conforme já discutido anteriormente neste trabalho, as desigualdades sociais e econômicas que ordenam a sociedade, tornam o acesso a *internet* e seus recursos indisponíveis a grande parte da população.

Moraes (2016) também aponta dificuldades significativas que assolam as diversas expressões de comunicação contra-hegemônica/alternativa. Para ele, um dos desafios centrais seria a sustentabilidade dos projetos jornalísticos. Segundo o autor, “poucas são as iniciativas que conseguem se estruturar em moldes colaborativos e autônomos, sem depender de recursos ou patrocínios externos” (MORAES 2016, p. 134-135). Na concepção do teórico, a maioria das equipes trabalha por militância política, sem escala de profissionalização ou direitos decorrentes, resultando muitas vezes em rotinas jornalísticas improvisadas. Assim, numa sociedade capitalista, na qual o lucro ordena majoritariamente as relações sociais, projetos de comunicação focados na democratização da comunicação e questões sociais acabam ficando prejudicados.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A INTERFACE ENTRE TEORIAS LINGUÍSTICAS E DISCURSIVAS PARA INVESTIGAÇÕES SOCIAIS

3.1 Linguística Sistêmico-Funcional: base linguística para Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso, enquanto abordagem para estudos que consideram o uso da linguagem a partir de suas implicações sociais, se apoia nos princípios da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). A LSF tem como base de sua formulação teórica os escritos de Michael Halliday produzidos entre 1972 e 1976, compilados na obra *Language as Social Semiotic*, de 1978, conforme pontua Carmo (2014). Por sua vez, a LSF baseia-se no paradigma funcionalista da linguagem, que “se caracteriza por defender a inclusão das funções da linguagem no escopo da descrição linguística” (HIRATA-VALE; OLIVEIRA, 2017).

Para além do livro *Language as Social Semiotic*(1978), o próprio Halliday e outros autores continuaram produzindo estudos sobre a teoria que discutem diversos aspectos relacionados à concepção de linguagem proposta pela abordagem, inclusive no Brasil. No entanto, como nosso principal interesse consiste em elucidar os pontos focais da literatura que serve de base para análise textual proposta por Fairclough (2001, 2003) em sua ACD, faremos um apanhado das ideias centrais da perspectiva sistêmico-funcional, baseado no estudo de alguns autores que já discutiram ou utilizaram essa abordagem em seus trabalhos.

Halliday compreendia a linguagem como produto do processo social no qual os sujeitos estão envolvidos, tendo como foco as trocas de significado que ocorrem por meio dos signos linguísticos (CARMO, 2014). Partindo desse princípio, a linguagem seria entendida como uma partilha de significados potenciais que derivam da experiência e da interpretação intersubjetiva da mesma. Entender a linguagem como semiótica social implica que sua interpretação deve passar pelo contexto sociocultural de sua produção. Carmo (2014) explicita o entendimento de linguagem em relação direta com a estrutura social, que é proposto por Halliday:

Como um diferencial de outras abordagens, para o autor, a língua não consiste de orações, mas de textos — sua categoria base de análise — ou o discurso entendido por ele como a troca de significado em contexto interpessoal. Ele chama atenção para o fato de que o que é feito é muito mais que trocar bens e serviços, pois as pessoas agem sobre a estrutura social, a qual, no funcionalismo, de forma geral, “pode ser compreendida como um jogo de relações entre instituições” (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p.112), refletindo seu status, estabelecendo valores sociais e constituindo sistemas de valores e conhecimentos partilhados. Nesses termos, Halliday faz uma ligação inseparável entre língua(agem) e estrutura social (CARMO, 2014, p. 49).

Fuzer e Cabral (2014) complementam aspectos gerais sobre a teoria, abordando a questão epistêmica, explicando o porquê de sua nomeação: ela é *sistêmica* porque vê a língua como redes de sistemas linguísticos interligados, das quais nos servimos para construir significados, fazer coisas no mundo. Os sistemas linguísticos consistem em conjuntos de alternativas possíveis que podem ser semânticas, léxico-gramaticais ou fonológicas e grafológicas. É também *funcional*, porque explica as estruturas gramaticais em relação ao significado, às funções que a linguagem desempenha em textos.

Assim, o objeto de interesse da LSF, denominado “texto”, é entendido como unidade de significados que se utiliza de recursos semióticos verbais, orais ou escritos, que serão analisados como um evento levando em consideração seu contexto sociocultural e histórico de produção, de distribuição e de consumo (MAGALHÃES, 2006). Magalhães (2006) resume alguns pontos da proposta de Halliday (1978), explicando que em sua concepção de linguagem como semiótica social, o autor sugere um modelo de descrição da linguagem em uso em diferentes níveis: fonológico, léxico-gramatical e semântico. A perspectiva abrange também o contexto social, em dois níveis diferentes:

O primeiro, o contexto específico de uso da linguagem, denominado “contexto de situação” e relacionado por Halliday ao conceito abstrato de “registro” que abrange as variáveis de “campo, relações e modo”, as quais, por sua vez, inter-relacionam-se com as funções do extrato semântico da linguagem. O segundo, o contexto mais amplo das instituições sociais em que a linguagem é usada, denominado “contexto da cultura”. O poder e a ideologia são noções das quais o pesquisador não pode prescindir se pretende descrever o texto de modo a abranger seu contexto de cultura e, para tanto, a noção de “gênero” (para alguns do texto, para outros do discurso) se faz necessária (ver descrições abrangentes de HALLIDAY; HASAN, 1985, sobre registro e gênero). (MAGALHÃES, 2006, p.20).

Observando as categorias de descrição da linguagem, o nível semântico idealizado por Halliday propõe as chamadas metafunções da língua: a ideacional, referente às ideias, conceitos e representações de mundo contidos nos textos; a interpessoal, referente às relações entre os participantes no discurso; e a textual, referente às relações presentes nos próprios componentes textuais, considerando o ponto de vista da coesão, ou como a forma da mensagem é organizada (CARMO, 2014).

Essa classificação nos interessa para o desenvolvimento deste trabalho por duas instrumentalizações que faremos relativas a essas categorias. Primeiramente, partindo do significado textual da linguagem, faremos da coesão uma categoria analítica de base, observando os processos coesivos realizados por meio da utilização do termo “feminicídio”, definido como palavra-chave para essa pesquisa, nos termos de Raymond Williams (1976).

Investigadas as relações diretas com o termo, num próximo patamar analítico, utilizaremos a analogia que Fairclough (2003) faz das metafunções de Halliday (ideacional, interpessoal e textual), colocando-as como três tipos de significados do discurso: o acional, ligado a gêneros, o representacional, ligado a discursos, e o identificacional ligado a estilos.

Nosso foco estará sobre o significado representacional, com o intuito de investigar, por meio dos entornos do termo feminicídio (colocados e linhas de concordância) a quais discursos o tema está sendo relacionado. Tal investigação foca-se então nas ordens do discurso que apareceram vinculadas ao termo feminicídio. Fairclough define o conceito de ordem do discurso como “a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e rearticulação das ordens do discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 129).

A LSF corresponde a uma teoria da linguagem que se coaduna com a ACD, visto que “aborda a linguagem como um sistema aberto, atentando para uma visão dialética que percebe os textos não só como estruturados no sistema, mas também potencialmente inovadores do sistema” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 56). O próprio Fairclough afirma que “a LSF está profundamente preocupada com a relação entre a linguagem e outros elementos e aspectos da vida social, e sua abordagem à análise linguística de textos é sempre orientada ao caráter social dos textos” (FAIRCLOUGH, 2003, p.5), e que, por isso, ela se torna um recurso valioso para a ACD. Para o autor, é necessário o desenvolvimento de abordagens para a análise de texto que estabeleçam um diálogo transdisciplinar com perspectivas que versem sobre linguagem e discurso na teoria social, propiciando o desenvolvimento da capacidade de analisar textos como elementos de processos sociais.

Assim, ACD e LSF se fazem, de um ponto de vista teórico e metodológico, interessantes para análises e investigações sobre aspectos da nossa sociedade que envolvam fenômenos linguísticos e discursivos. Como pontuam Resende e Ramalho (2011) a perspectiva crítica da ACD assenta-se no diálogo com a Ciência Social Crítica, que compromete-se com o questionamento de aspectos políticos e morais da vida social. No caso da ACD desenvolvida pelo Fairclough, sobretudo no diálogo com o Realismo Crítico.

Em outro trabalho Resende e Ramalho (2006) explicam que o Realismo Crítico entende a vida social como um sistema aberto, constituído por várias dimensões — física, química, biológica, psicológica, econômica, social, semiótica —, que têm suas próprias estruturas distintivas, seus mecanismos particulares e poder gerativo. Na produção da vida,

social ou natural, a operação de um mecanismo é mediada por outros, de forma que nunca se excluem ou se reduzem um ao outro. Conforme explicam as autoras:

De acordo com Bhaskar (1989, p. 12), a realidade é estratificada, logo, a atividade científica deve estar comprometida em revelar esses níveis mais profundos, suas entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis) que existem e operam no mundo (RESENDE; RAMALHO, p. 35, 2006).

Baseada nesse preceito epistemológico, a ACD considera a organização da vida social em torno de práticas, ações habituais da sociedade institucionalizada, traduzidas em ações materiais e em modos habituais de ação historicamente situados. Dentro desse entendimento, o discurso atua como constituído e constituinte dentro dessa rede de práticas organizadoras da sociedade.

3.2 Análise Crítica do Discurso, Linguística Sistêmico-Funcional e Linguística de *Corpus*: interface metodológica para investigações discursivas

A Análise Crítica do Discurso emerge no campo dos estudos linguísticos e discursivos como uma teoria e metodologia interdisciplinar por excelência, dialogando com áreas como Sociologia, Filosofia, Psicologia e Comunicação para responder aos seus questionamentos de pesquisa. Sua característica central é que o interesse não recai no estudo da linguagem pela linguagem, e sim em entender como a língua é parte constituinte dos processos sociais e culturais. Wodak (2004, p. 236) discute como a teoria alia a análise linguística a investigações sociais:

Dessa forma, a LC [Linguística Crítica] e a ACD podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso).

A ACD pode ser enquadrada como uma teoria crítica do discurso (TCD), visto que, partindo de um texto, extrapola o patamar linguístico e engloba questões sociais mais amplas, oferecendo uma contribuição significativa no entendimento de questões culturais, políticas e econômicas; atentando-se principalmente ao uso da linguagem que favorece o estabelecimento de relações assimétricas de poder. Devido à diversidade de questões sociais que a teoria se propõe a investigar, as abordagens em ACD são variadas. Dentre a gama de possibilidades existentes, trazemos para a execução desta pesquisa, alguns pressupostos teóricos desenvolvidos por Fairclough (2001, 2003). Para além de uma ferramenta de

investigação sobre questões sociais, os textos também são capazes de agir sobre estruturas já consolidadas, conforme aponta o autor:

Os textos como elementos dos eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeitos de longa duração – poderíamos argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar as identidades das pessoas como ‘consumidores’, ou suas identidades de gênero. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante.²³ (FAIRCLOUGH, 1995, p. 33)

A ACD considera a vida social como “redes interligadas de práticas sociais de diversos tipos” (FAIRCLOUGH, 2001.). A vida social se organiza então por meio de práticas, formas de atividades sociais dotadas de certa estabilidade, compostas de diversos elementos; dentre eles, o discurso. As práticas sociais incluem, para além do discurso, ações, sujeitos e suas relações, instrumentos, tempo, lugar, formas de consciência e valores. As práticas são “entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23). Estruturas sociais, “como raça, gênero, classe, parentesco, língua, determinam um conjunto de possibilidades que podem ou não concretizar-se nos eventos sociais, como a aula, a reunião acadêmica ou o culto religioso” (MAGALHÃES, 2004, p.115). Os textos, como elementos dos eventos sociais, contribuem para a manutenção ou construção de novos sentidos nas práticas sociais.

Para Fairclough (2001), o termo discurso deve ser utilizado como forma de prática social, dentro da qual os contextos sociais e as interferências dos participantes podem alterar seu conteúdo. O discurso é um modo de ação sobre o mundo e as pessoas, e também um modo de representação, sendo a relação entre o mesmo e a estrutura social dialética. Assim, as estruturas sociais são constituídas por meio do discurso e também são capazes de interferir no mesmo. É possível afirmar ainda que o discurso é responsável por configurar as identidades sociais e posicionar os sujeitos, contribuindo para a construção das relações entre pessoas e sistemas de conhecimentos e crenças.

Para investigar fenômenos discursivos e suas implicações na sociedade, Fairclough (2001) propõe um quadro tridimensional, no qual três instâncias são analisadas: texto, práticas

²³Tradução nossa de: “Texts as elements of social events [...] have causal effects – i.e. they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth. They also have longer-term causal effects – one might for instance argue that prolonged experience of advertising and other commercial texts contributes to shaping people’s identities as ‘consumers’, or their gender identities. Texts can also start wars, or contribute to changes in education, or to changes in industrial relations, and so forth.”

discursivas e práticas sociais. A prática do procedimento focada na análise textual seria denominada descrição, e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da prática social seriam denominadas de interpretação. Nessa proposta, o autor se propõe a reunir então três tradições analíticas:

Essas são a tradição da análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104).

O primeiro nível analítico observado seria o texto, no qual o autor sugere que sejam investigados aspectos como vocabulário, léxico, gramática, coesão e estrutura. Dentro da proposta do nível analítico textual, traremos alguns pressupostos da Linguística de *Corpus* (LC), não utilizada como uma disciplina que possui em si todos os meios para chegar à resposta de um questionamento de pesquisa, mas sim como uma metodologia dotada de categorias analíticas²⁴ que, em articulação com a teoria da ACD, podem se fazer produtivas para os questionamentos discursivos que propomos.

Berber-Sardinha (2000) explica que no século XX já existiam muitos autores que se dedicaram à descrição da linguagem por meio de *corpora*, como o levantamento manual feito por Thorndike, datado de 1921, contendo 4,5 milhões de palavras. O uso do computador e seus constantes avanços tecnológicos a partir dos anos 60 tornam as pesquisas por meio desse tipo de abordagem mais eficazes e complexas.

No entanto, o mesmo autor pontua que a ênfase nesses trabalhos era em geral o ensino de línguas. Atualmente, o que prepondera na literatura é a descrição de linguagem e não a pedagogia. Assim, a Linguística de *Corpus* foi utilizada para produzir pesquisas importantes sobre o estudo de linguagens e dialetos, tendo uma trajetória marcada por uma série de *corpora* históricos de reconhecida relevância: o de Brown, considerado o pioneiro, o Birmingham, primeiro a ultrapassar a marca de 1 milhão de palavras, e o BCN, por ter sido o primeiro a conter 100 milhões de palavras, sendo o único disponível para compra dentro da comunidade europeia. Voltando a atenção para trabalhos em língua portuguesa, o autor destaca alguns *corpora* eletrônicos como o *Corpus* de Araraquara, o de São Carlos (NILC), o CRPC (*Corpus* de referência do português contemporâneo), o Banco de Português, o

²⁴No artigo Linguística de *Corpus*: Histórico e Problemática, Berber-Sardinha (2000) discute se a LC seria uma metodologia, uma disciplina ou abordagem, expondo ideias de diferentes autores que tratam da questão entendendo a LC sobre essas diferentes perspectivas. O autor conclui que depende da forma que o pesquisador se utiliza dos seus conceitos. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01024450200000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 jun. 2019.

PORTEXT, o Tycho-Brahe (português histórico) e o *Corpus* Natura. Para definir o conceito de *corpus*, Berber-Sardinha (2000) busca uma série de diferentes definições para o mesmo, e encontra em Sanchez (1995) uma proposição que reúne os elementos centrais de uma conceituação adequada:

Um conjunto de dados lingüísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso lingüístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise (SANCHEZ, 1995, *apud* BEBER-SARDINHA, 2000).

Propondo tipologias que classifiquem os *corpora*, o autor postula sete critérios determinados: modo (falado ou escrito); tempo (sincrônico, diacrônico, contemporâneo ou histórico); seleção (de amostragem, monitor, dinâmico/orgânico, estático ou equilibrado); conteúdo (especializado, regional/dialetal, multilíngue); autoria (de aprender ou de língua nativa); disposição interna (alinhado ou paralelo); e finalidade (de estudo, de referência ou de treinamento/teste).

Em relação à representatividade do *corpus*, Berber-Sardinha (2000) entende que devido ao *corpus* ser considerado representativo de uma linguagem, idioma ou variedade dele, ele deveria ser o mais extenso possível. Isso se justifica pela compreensão da linguagem como um sistema probabilístico, ou seja, quanto maior o material reunido no *corpus*, mais provável será a verificação de estruturas repetitivas que gerem um padrão léxico-gramatical. Nesse ponto, precisamos nos afastar da proposta da LC relativa ao conceito de *corpus* exaustivo, visto que nossos objetivos de pesquisa não se alinham com as metas da LC enquanto disciplina voltada à descrição de uma língua.

O *corpus* aqui proposto, composto por textos jornalísticos que possuam o termo feminicídio em sua estrutura, pretende avaliar os sentidos depreendidos a partir das associações lexicais e coesivas ligadas ao termo que serão encontradas nos materiais. Aproximamo-nos então da posição de Sinclair (2001), trazida por Carmo (2018). Sinclair aponta que “não é a quantidade de dados que torna um *corpus* representativo, mas a metodologia e o tipo de intervenção humana utilizados na pesquisa” (SINCLAIR *apud* CARMO, 2018). Assim, os *corpora* de pequena dimensão podem atender a outros objetivos de pesquisa para além da descrição da língua:

De acordo com Sinclair (2001, p. xi), há *corpus* de pequena e de grande dimensão. Um *corpus* de pequena dimensão, segundo o autor, precisa constituir um corpo de evidências relevante e confiável, e ser também pequeno o suficiente para ser analisado manualmente ou processado por computador com ferramentas específicas. Os chamados *corpora* de pequena dimensão são, dentro dessa perspectiva, projetados para intervenção humana inicial (EHI – early human intervention) e os

corpora de grande dimensão projetados para intervenção humana tardia (DHI – late ordelayedhumanintervention). (CARMO, 2018, p. 101).

Assim, os *corpora* de pequena dimensão se distinguem dos grandes especialmente pelos objetivos e pela metodologia utilizada no processamento e análise dos dados. A metodologia, a intervenção e o desenvolvimento da pesquisa trazem outros pressupostos. Não obstante as diferenciações propostas em relação à configuração de *corpora* e a diversidade de trabalhos em LC, algumas características comuns sincronizam os estudos: são empíricos, analisam padrões reais do uso em textos naturais, utilizam de *corpora* como base de análise, fazem uso extensivo de computadores para analisar e dependência de técnicas quantitativas e qualitativas (BIBER; CONRAD; REPPEN, 1998 *apud* CARMO 2018, p. 82).

Partindo desses pressupostos e da utilização de um *corpora* de pequena dimensão, propomos conduzir uma pesquisa discursiva que inicia-se num nível textual baseada no léxico, especialmente nas relações de coesão estabelecidas a partir do uso da palavra “feminicídio”. O *corpus*, classificado como de pequena dimensão, será composto por 100 textos, 50 do veículo Brasil de Fato e 50 do Portal G1, escolhidos pelo critério de serem as ocorrências colocadas nas primeiras posições no *site* e conterem o termo “feminicídio” em seu corpo. Léxico e coesão funcionarão como categorias centrais para análise discursiva a ser realizada. Na seção metodologia serão detalhadas as etapas de realização da análise. Por agora, nos preocuparemos em estabelecer a perspectiva da LC e da LSF dos conceitos que são utilizados no patamar textual.

3.3 A coesão na perspectiva da LC e da LSF

As categorias léxico e coesão são propostas por Fairclough (2001) como possibilidades de análise no nível textual. O estudo da coesão pode ser definido como a observação dos mecanismos utilizados para criação da textura em um texto falado ou escrito (CARMO, 2005). A coesão pode ser considerada um processo a ser analisado na observação de um texto, que, de certa forma, pode ser considerado como um produto desse mesmo processo (HALLIDAY, 1994 *apud* CAETANO 2007). Halliday e Matthiessen (2004, p. 533) afirmam que “existem quatro maneiras pelas quais a coesão é criada em inglês: por (i) conjunção, (ii) referência, (iii) elipse e (iv) organização lexical²⁵”. No entanto, enquanto “conjunção, referência, substituição e elipse são recursos de coesão dentro da zona gramatical

²⁵Tradução nossa de: "There are four ways by which cohesion is created in English: by (i) conjunction, (ii) reference, (iii) ellipsis and (iv) lexical organization."

da coesão léxico-gramatical, a coesão lexical opera dentro do léxico e é alcançada por meio da escolha de itens lexicais²⁶”(HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 535). Na perspectiva da LSF, o fenômeno da coesão está ligado à composição da textura do texto, pois a coesão compõe-se das relações não-estruturais responsáveis por compor essa mesma textura.

Conforme explica Carmo (2005), o elemento que ocorre em relação semântica com outro num texto, depende e remete a outro elemento, em outro local do texto. Nas palavras do autor, “é essa relação que cria os chamados elos coesivos que vão possibilitar a classificação e a análise dos diferentes padrões de textura apresentados no texto” (CARMO, 2005, p. 86). A partir deste entendimento, Carmo (2005) aponta que Halliday e Hasan (1976) realizam uma análise cuidadosa dos mecanismos linguísticos que podem ser utilizados pelos interlocutores para criar textura e produzir textos:

Esses mecanismos estariam nestes dois grandes grupos: (1) gramatical – onde se encontra a coesão referencial (pronominal – anáfora e catáfora –, artigo definido, demonstrativa e comparativa), a substituição, a elipse e as conjunções; e (2) lexical – onde estariam a reiteração (por repetição, sinônimo, hiperônimo/hipônimo e palavras de sentido geral) e a colocação(CARMO, 2005, p.87).

Carmo (2005, p. 87) continua explicando que, em termos de vocabulário, “à relação existente entre dois elementos num texto que ocorre pela utilização do mesmo lexema ou item lexical (repetição) ou pelo uso de outros lexemas dá-se o nome de coesão lexical”. A parte mais complexa da coesão lexical pode ser considerada a coesão por colocação. Nela, duas palavras são coesivas a partir do momento em que, “não tendo um referente comum ou não tendo sido empregadas com o propósito de serem coesivas, tenderiam a co-ocorrer nos mesmos ambientes” (CARMO, 2005, p. 87). Carmo (2005) explica que no entendimento de Halliday e Hasan (1976), a colocação pode ser identificada estatisticamente no léxico de um texto, e por meio dessa observação podemos perceber a tendência de um determinado item lexical a co-ocorrer com outros.

Já partindo da perspectiva da Linguística de *Corpus*, lembramos que seu foco está na coleta e exploração de corpora de maneira criteriosa com o intuito de se realizar uma pesquisa sobre uma língua ou determinada variedade linguística (BERBER-SARDINHA, 2000). Assim, a teoria compreende a linguagem enquanto sistema probabilístico, e, justamente por essa compreensão, entende-se que embora vários traços sejam possíveis, eles não ocorrerão com a mesma frequência (BERBER-SARDINHA, 2000.). Assim sendo, a variação não seria aleatória e sim padronizada, o que poderia ser verificável na recorrência de padrões como, por

²⁶“While conjunction, reference and substitution and ellipsis are cohesive resources within the grammatical zone of lexicogrammar, lexical cohesion operates within the lexis and is achieved through the choice of lexical items.”

exemplo, a colocação, coligação ou estruturas significativamente repetidas que gerem determinado padrão léxico-gramatical (CARMO, 2005.). Isso implica, conforme pontua Berber-Sardinha (2000), na existência de um espaço comum formado por léxico e sintaxe, no qual a escolha de um item lexical em específico implica na redução das escolhas de outros e de categorias gramaticais que a ele podem se associar.

Carmo (2005) coloca que a área da LC responsável por analisar padrões lexicais de um certo item e seus sentidos associados, leva o nome de ecologia linguística ou área de descrição. Em outro trabalho, Carmo (2014) explica que o termo ecologia linguística foi cunhado por Kennedy (1998), sendo uma das quatro áreas da LC, que, por meio da análise das aparições de um item lexical, investiga as estruturas nas quais o termo aparece, observando a correlação existente entre o uso que se faz dele e o sentido a ele atribuído. O autor busca em Berber-Sardinha a categorização dos fenômenos dos quais se ocupa a área:

Para Berber-Sardinha (2000a, p. 359; 2004, p. 40-41), grande parte desse trabalho de descrição centraliza-se em três fenômenos, quais sejam: (1) a colocação ou associação entre itens lexicais, ou entre o léxico e campos semânticos; (2) a coligação ou associação entre itens lexicais e gramaticais; e (3) a prosódia semântica ou associação entre itens lexicais e a conotação (negativa, positiva ou neutra) de campos semânticos (CARMO, 2005, p. 95).

Por meio da observação desses fenômenos torna-se possível a análise das relações entre itens lexicais específicos, relacionando questões de forma e significado. Partindo desses princípios, a concordância, que corresponde à listagem das co-ocorrências de um item lexical específico, torna-se uma ferramenta importante para o estudo dos padrões linguísticos. As palavras e seus significados, assim como a forma como são encadeadas textualmente, criam um ritmo e texturas específicos que ocasionam efeitos de sentidos, contribuindo para a construção, manutenção ou transformação de discursos.

Conforme pontua Fairclough (2001, p. 239), “a relação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de um-para-um”, sendo ‘lexicalizadas’ de maneiras diversas. Ou seja, como produtores, possuímos certas escolhas para a utilização das palavras para expressar significados por meio delas, assim como ao compreender um texto, também optamos por determinadas interpretações: escolhas estas que não são individuais, visto que os significados de itens lexicais são variáveis socialmente. Por fim, Carmo (2005) resume a caracterização dos aspectos da coesão dentro de ambas as perspectivas, LSF e LC, demonstrando suas similaridades e diferenças:

As diferentes posições apontam também para uma diferença sobre a percepção do fenômeno colocacional na perspectiva da LSF e da LC. Para a primeira, o fenômeno depende de fatores nem sempre contidos no próprio léxico, uma vez que parte do princípio de que a colocação é uma propriedade textual ligada à proximidade no

sistema lexical, à proximidade no texto e também à raridade de emprego. Isso significa que não há em si uma prioridade do léxico por si só na análise do fenômeno, ou seja, é preciso uma expansão ao texto para a investigação da colocação. Para a segunda, como se verá posteriormente, ela é um fenômeno lexical e estatístico, razão pela qual é computável. Na análise do fenômeno, dentro da LC, a base é lexical e, em primeira instância, não necessita da expansão para a categoria textual, nos moldes da LSF, embora admita certa expansão como no caso da prosódia semântica ou associação entre itens lexicais e a conotação (negativa, positiva ou neutra) de campos semânticos a qual pode ser analisada com base nas relações entre os itens e nas valorações nelas impressa (CARMO, 2005, p.89-90).

Apesar de a natureza analítica das duas perspectivas apontar para questões diferentes, texto e léxico, as perspectivas podem ser convergentes e contribuir para as análises textuais e, conseqüentemente, discursivas.

Partindo desses pressupostos e da utilização de um *corpus* de pequena dimensão, propomos conduzir uma pesquisa discursiva que se inicia num nível textual com uma pesquisa em nível lexical e coesivo, por meio do estudo das colocações com a palavra-chave “feminicídio”. Pretende-se tomar o léxico como uma categoria central a ser observada, por meio da busca da palavra-chave “feminicídio” e a observação de seu entorno, observando fatores como os colocados que a cercam, a lematização - uso de palavras de mesma raiz - e as linhas de concordância relacionadas ao termo. Essas categorias podem ser levantadas por meio da computação dos dados no programa *AntConc*²⁷, configurando o primeiro nível de análise textual que permitirá o avanço para os níveis mais amplos da prática discursiva e social.

Justificamos a opção por essa metodologia a partir de outros trabalhos em ACD que apoiaram-se em pressupostos da LC e LSF para a realização de estudos sobre questões culturais importantes na realidade brasileira que obtiveram resultados produtivos. Podemos trazer aqui para exemplificar o trabalho de Magalhães (2004), que mescla ACD, teorias sociais brasileiras e LC para investigar a mudança nos discursos mediados sobre raça em reportagens; Caetano (2007), que trabalhou a palavra-chave “racismo” e suas relações lexicais a partir de um *corpus* de jornais impressos, observando o domínio da coesão lexical e a natureza ideológica da construção dos significados por meio das relações lexicais estabelecidas com o termo; e Carmo (2018), que, entendendo o termo “sincretismo” como uma ideia de produção de consenso na sociedade brasileira capaz de mascarar as profundas diferenças raciais históricas ainda existentes, investiga a utilização da palavra em conteúdos de jornais e revistas semanais.

²⁷O *AntConc* é um software livre para computador, de autoria de Laurence Anthony (2012), do Center for EnglishLanguageEducation in Science andEngineering da Universidade de Waseda, no Japão. A ferramenta é comumente utilizada em pesquisas em Linguística de Corpus, podendo ser aproveitada para qualquer pesquisa ou análise em qualquer área que envolva grandes quantidades de texto.

Outro trabalho que uniu o arcabouço teórico da ACD, especificamente a teoria da Representação de Atores Sociais proposta por Theo van Leeuwen (1996; 2008), aos princípios da LC, foi a pesquisa realizada por Diniz e Novodvorski (2014), que objetivou mostrar como foi construída para a sociedade, em termos contrastivos, a figura do portador de necessidades especiais e/ou deficiente, perante um quadro contextual de inclusão escolar, num *corpus* de textos jornalísticos brasileiros e argentinos. Já o trabalho realizado por Fonseca (2014), investigou relatos de mães brasileiras e norte-americanas sobre suas experiências de parto normal após terem passado por cesáreas, fazendo análise crítica discursiva dos relatos, apoiando-se também na LC na compilação do *corpus* investigado. Essa pesquisa buscou investigar como as identidades e a experiência do nascimento são representadas nos relatos de mulheres brasileiras e americanas, intencionando chegar a elementos que elucidem problemas sociais que envolvem a questão. A análise foi direcionada pelas palavras-chave que correspondem aos sujeitos envolvidos e pelos colocados mais estatisticamente relevantes dessas palavras.

Vale ainda um comentário sobre a pesquisa realizada por Camilo (2019) sob orientação de Carmo (2019), que utilizando-se mais uma vez dos pressupostos da ACD em conjunto com a LC, observaram as relações lexicais construídas a partir do nóculo ódio, para investigar as representações sociais de grupos minoritários e as relações ideológicas fundamentadas de maneira odiosa, em um *corpus* de textos midiáticos coletados na *internet* através do *site* de pesquisa Google. Um dos resultados interessantes observados por essa pesquisa é que o terceiro grupo minoritário que mais frequentemente é associado ao nóculo “ódio” é justamente o grupo “mulheres”, dado esse que se relaciona significativamente com a pesquisa aqui desenvolvida, visto que o feminicídio pode ser compreendido como um crime de ódio contra as mulheres.

Observando brevemente algumas pesquisas já realizadas com uma metodologia similar, podemos ver que tal caminho pode ser mostrar profícuo para investigações que partem de questões linguísticas e culturais. Entendendo a realidade do feminicídio no Brasil, compreendemos que a carga semântica da palavra e as relações estabelecidas com o termo podem ser elucidativas da questão do ponto de vista discursivo e social, utilizando uma metodologia que já se mostrou frutífera, para estudar uma realidade brasileira relevante que ainda não foi investigada a partir desses pressupostos teóricos e metodológicos.

Além disso, as metodologias linguísticas e discursivas, especialmente associadas a ACD, também já se mostraram frutíferas para investigações sobre a realidade social da

mulher no Brasil em seus diversos aspectos. Afirmamos isso com base no trabalho desenvolvido por Barros (2019) que, estudando a obra da rapper KarolConká, identificou caminhos traçados no rap para apontar desigualdades de gênero e desconstruir paradigmas, e também no trabalho de Souza (2021), que realizou uma análise multimodal do conteúdo imagético relacionado ao conteúdo verbal da campanha “Música: uma construção de gêneros”, realizada pela Secretaria de Políticas para Mulheres, na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Elucidada a nossa forma de trabalho no patamar linguístico, partimos para a explicação de como se darão os próximos passos da nossa pesquisa, que, a partir dos dados linguísticos passa a investigações mais amplas referentes às práticas discursivas.

3.4 Práticas discursivas: condições de produção discursiva e discurso como representação

A partir da organização de elementos textuais que serão analisados — no caso, o levantamento das aparições do termo “feminicídio”, seus entornos e sua lexicalização —, partimos para um nível interpretativo da análise, o que demonstra o imbricamento do nível textual e do segundo patamar analítico proposto por Fairclough, classificado como práticas discursivas. Neste nível, as linhas de concordância, ou seja, enunciados que circundam o termo investigado, passam a ser contempladas na observação como forma de elucidar a quais discursos o termo “feminicídio” tem se relacionado ao ser debatido pelos veículos noticiosos. Fairclough (2001) define as práticas discursivas como os processos de produção, distribuição e consumo de textos.

Várias particularidades envolvem esse processo, como por exemplo, o fato de que produtores em instâncias especializadas produzem textos de modo a mensurar os possíveis efeitos de sentido que irão repercutir socialmente. Os textos, pensados tanto no aspecto da produção quanto do consumo, também são produzidos com propósitos individuais ou coletivos, o que se relaciona diretamente com o impacto social dos mesmos (FAIRCLOUGH, 2001).

Um texto jornalístico é direcionado ao consumo de um amplo número de interlocutores, orientado por questões como a linha editorial e o público-alvo da publicação. Diferentemente de uma carta pessoal, por exemplo, é um texto que circula socialmente e passa a fazer parte do imaginário de uma grande quantidade de pessoas que, partindo do pressuposto do papel social do jornalismo, podem levar em consideração os sentidos ali

expostos na formação de suas próprias maneiras de significar o mundo. É por isso que na observação do patamar das práticas discursivas, voltamos a atenção aos processos que envolvem os veículos midiáticos na produção dos textos, para entender numa esfera mais ampla os possíveis sentidos que são interessantes àqueles veículos (de acordo com sua estrutura, ideologia, linha-editorial, pretensões), avaliando a produção, distribuição e consumo. Mesmo no momento atual, da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), onde há uma enorme possibilidade de horizontalidade na produção de informações, os veículos midiáticos consolidados socialmente ainda possuem autoridade e maior notoriedade na divulgação de conteúdos.

Ao voltarmos nossa atenção às questões ligadas ao processo de produção, podemos partir de certos elementos do texto para entender quais tipos de discursos estão relacionados às construções textuais ali encadeadas. Assim, criamos um caminho analítico que chega a possíveis efeitos sociais que podem ser provocados pelos textos. Se o que nos interessa são as representações discursivas sobre o feminicídio nos jornais eleitos para a nossa investigação, elegemos a categoria da interdiscursividade — também chamada por Fairclough (2001, 2003) de intertextualidade constitutiva — para avaliar os discursos ligados ao termo “feminicídio”. A partir da observação das estruturas lexicais que estão no entorno do termo “feminicídio”, para a realização de uma análise mais elucidativa dos sentidos colocados a partir do termo, expandimos a análise para as linhas de concordância onde o termo se localiza, ou seja, o enunciado que o cerca, observando a quais discursos a palavra-chave investigada tem se relacionado.

A intertextualidade é descrita por Fairclough (2001) como a capacidade que um texto possui de ser cheio de fragmentos de outros textos. Essa alusão a outros textos pode ser delimitada explicitamente como em citações, caso em que chamamos de ‘intertextualidade manifesta’, ou pode ser expressa de uma maneira não delimitada ou marcada, quando é chamada de ‘intertextualidade constitutiva’ ou ‘interdiscursividade’, ligada mais diretamente ao conceito de ordem do discurso. Fairclough (2003) ressalta como podemos observar os discursos por meio da maneira a qual eles se interligam na formação de ideias e textos:

Vejo os discursos como formas de representar aspectos do mundo - os processos, relações e estruturas do mundo material, o "mundo mental" dos pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social. Aspectos particulares do mundo podem ser representados de maneira diferente; portanto, geralmente estamos na posição de ter que considerar a relação entre diferentes discursos.²⁸ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124)

²⁸Tradução nossa de: “I see discourses as way so representing aspects of the world – the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social

Relembrando a recontextualização que Fairclough (2003) faz das funções da linguagem propostas pela LSF, adaptando-as à noção de significados da linguagem, assumimos a investigação dos discursos associados ao termo feminicídio como uma faceta do significado representacional da linguagem. Conforme pontuam Resende e Ramalho (2006, p. 60) “o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo — físico, mental, social — em textos, aproximando-se da função ideacional”.

Fairclough (2003) pontua que ao colocarmos os discursos como maneiras diferentes de representar, implicamos um certo grau de repetição e comunalidade nas representações, o que significa o compartilhamento por um certo grupo de pessoas e estabilidade ao longo do tempo. Para ele, os discursos não somente representam o mundo como ele é visto, “mas também são imaginários, imaginativos, representando mundos possíveis diferentes do mundo real e ligados a projetos para mudar o mundo em direções particulares²⁹” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124).

Assim, as relações entre diferentes discursos se tornam um elemento participante das relações entre as pessoas, e podem ser relações completantes, competitivas, uma pode se sobrepor a outra e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003). Tudo isso pode e deve ser investigado numa análise discursiva, visto que os discursos são recursos valiosos utilizados pelas pessoas na forma de se relacionarem e agir no mundo de diferentes maneiras.

Elucidando aspectos relativos às práticas de produção, distribuição e consumo dos textos, partimos para um terceiro nível analítico, quando o espectro da avaliação social se amplia. A partir dos resultados encontrados nos níveis analíticos anteriores, comentaremos de que forma as construções discursivas encontradas podem configurar sentidos que remetam a ideologias e hegemonias específicas, adentrando no nível das práticas sociais.

3.5 Práticas sociais: ideologia e hegemonia como categorias de análise

As práticas sociais vão ao encontro da estruturação social relativa ao tema investigado num nível superior ao texto e seu contexto de produção, distribuição e consumo. Fairclough (2001) aponta que elas têm várias orientações — econômica, política, cultural e ideológica —

world. Particular aspects of the world may be represented differently, so we are generally in the position of having to consider the relationship between different discourses.”

²⁹Tradução nossa: “Discourses not only represent the world as it is (or rather is seen to be), they are also projective, imaginaries, representing possible worlds which are different from the actual world, and tied in to projects to change the world in particular directions.”

e o discurso pode estar embutido em todas elas. Faz-se interessante observar as práticas sociais em termos de sua relação com as estruturas e lutas sociais.

Do ponto de vista deste trabalho, pretende-se estabelecer uma reflexão especialmente sobre dois pontos que interligam linguagem e efeitos sociais: a possível tensão gerada no campo midiático no tratamento do tema feminicídio a partir da emergência dos veículos alternativos que trabalham a comunicação de um ponto de vista social, em contraponto aos veículos tradicionais pautados de maneira central por questões empresariais e capitalistas. Os conceitos de ideologia, tidos por Fairclough (2001) como poderosas significações e construções de mundo, e de hegemonia, relacionado ao exercício da dominação hegemônica e da liderança construída por meio de alianças em todas as esferas sociais, são observados nesse terceiro nível. Para tornar mais nítido o percurso de análise ligado aos dois conceitos, discorreremos sobre tais categorias de análise embasados nos autores dos quais Fairclough se aproxima para tratar do tema.

Entender o discurso como prática social o aproxima de estruturas existentes nas macroesferas da sociedade, abarcando o universo da política, economia, as mídias, governanças, ou seja, todos os campos sociais existentes e o que neles se insere. Para compreender esse âmbito e utilizar-se de aparatos para refleti-lo, Fairclough (2001) recorre ao marxismo clássico de Althusser e Gramsci.

Em Althusser (1971), o autor busca primeiro um embasamento para o conceito de ideologia e o que ela representa dentro da prática social. A ideologia faz parte de todas as instituições tomando forma material nas práticas discursivas que ocorrem no interior das mesmas, sendo capaz de interpelar os sujeitos e interferir em sua constituição (FAIRCLOUGH, 2001). São poderosas construções e significações da realidade, sendo utilizadas de maneira hegemônica para produzir relações de dominação na sociedade. Além disso, quando são naturalizadas e ganham status de senso comum, causam apagamento das percepções de dominante e dominado, podendo gerar desigualdades sociais difíceis de serem revertidas (FAIRCLOUGH, 2001).

Entretanto, diferente da ideia de Althusser (1971), que imaginava a ideologia como imposição unilateral, cimento imóvel que controla a sociedade, Fairclough (2001) a observa como potenciadora de campos de disputa, força capaz de promover mudanças sociais. Para ele, a luta ideológica, como dimensão da prática discursiva, busca remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas, podendo reestruturar e transformar as relações de dominação existentes. Quando há contrastes profundos nas posições dos sujeitos, estes

podem ter se estabelecido segundo viés ideológico, e por meio de luta hegemônica os modelos vigentes de dominação podem ser remodelados.

Cabe ressaltar também que as ideologias que vigoram predominantemente na sociedade, localizam-se principalmente nos campos detentores do poder, que Thompson (1998) classifica em quatro espécies: poder econômico, poder coercitivo, poder político e poder simbólico ou cultural. Sendo os veículos midiáticos importantes representantes do poder simbólico, eles são capazes de influir significativamente na construção do pensamento individual e coletivo através da circulação de seus produtos midiáticos, por meio das construções ideológicas que legitimam.

Complementando a ideia, arriscamos dizer que os meios de comunicação e a consolidação de suas estruturas na modernidade são o canal por excelência de dispersão de diferentes formas de ideologias na sociedade. Afinal, conforme pontua Thompson, o desenvolvimento dos meios de comunicação é fundamentalmente a reelaboração do caráter simbólico da vida social, “uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (THOMPSON, 1998, p. 19). Os meios de comunicação já integram as redes de relação entre as pessoas de forma estrutural, aumentando o raio de atuação da ideologia na sociedade.

A conceituação de Fairclough a respeito da ideologia sincroniza-se com as noções propostas por Thompson (2011) relativas ao tema, que assim a define:

O conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas que eu chamarei de "relações de dominação". Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, *é sentido a serviço do poder*. Consequentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até as imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas (THOMPSON, 2011, p. 16),

O autor propõe conceitualizar ideologia em termos da maneira como o sentido, ao ser mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação, o que se sincroniza com a visão de Fairclough (2001) sobre esse aspecto, que interessa-se em como certos grupos detentores de poder social podem mobilizar essas mesmas formas por meio da linguagem, usando-a em proveito próprio. Estabelecer relações de dominação diz respeito a habilidade de criá-las e instituí-las, já sustentá-las implica que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação a partir de um contínuo processo de produção e distribuição das formas simbólicas (THOMPSON, 1998). Por formas simbólicas, o autor

entende “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 2011, p. 79).

Ao nos centrarmos no ponto do estabelecimento de relações de dominação, aproximamo-nos do conceito de hegemonia, visto que a manutenção dessas relações depende diretamente do estabelecimento da mesma. A construção de hegemônias na contemporaneidade cada dia mais apoia-se em disputas ideológicas e culturais que influenciam o imaginário social, os sentidos de compreensão da realidade. Conforme pontua Moraes (2016, p. 15), a conquista de consenso em torno de certas visões de mundo passa a ser “alvo central das batalhas de ideias, travadas entre classes, frações de classes, instituições, grupos e organismos representativos de múltiplos interesses no interior da sociedade civil”.

É em Gramsci (1971) que Fairclough (2001) vai se apoiar na busca por um conceito de hegemonia alinhado à sua concepção do discurso, sintonizada com a teorização sobre a evolução das relações de poder e a mudança discursiva. O autor discorre sobre a definição do termo:

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 127).

Depois de se estabelecer por meio de vários elementos sociais articulados - dentre eles, o discurso - a hegemonia constitui-se sempre em um equilíbrio instável, do que resulta que em seu interior sempre haverá divergências e tentativas de insurgências. Assim, é parte crucial de um processo hegemônico o foco constante de luta sobre pontos de instabilidade entre classes e blocos para “construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 127). O domínio hegemônico é geralmente estabelecido por forças que possuem destaque e prestígio social nas mais diversas áreas, como cultural, religiosa, econômica, política e sua atuação pode se manifestar de dois modos:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados (GRAMSCI, 2002, p. 62).

Sobre a relação entre os grupos dominantes e dominados, Alves (2010) afirma que Gramsci ressalta como é comum um grupo social em situação de subordinação adotar a concepção de mundo do grupo que o subordina, mesmo que ela esteja em contradição com

sua atividade prática. Em sua leitura de Gramsci, Alves (2010) explica que para o autor, a “concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional” (ALVES, 2010, p. 74). Portanto, a partir de uma adoção acrítica de uma concepção do mundo pertencente a outro grupo, resultaria um contraste entre o pensar e o agir, a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam em palavras e ações.

Para Gramsci (1978), a consciência crítica pode ser obtida por meio da disputa de hegemonias contrastantes. Essas disputas começariam no campo da ética, passariam ao âmbito político, terminando numa elaboração superior de uma concepção do real. Em todas essas etapas o discurso se coloca como fio condutor dos processos. Por isso, o conceito de hegemonia pode auxiliar no processo de análise discursiva, visto que pode ser um critério para análise da prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, e também possibilitando a investigação da própria prática discursiva com um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens do discurso vigentes (FAIRCLOUGH, 2001).

Assim sendo, a hegemonia vai além de ser uma articulação em nível superior da ideologia, não podendo ser considerada somente como formas de manipulação ou doutrinação. Refere-se sim a todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida, envolvendo sentidos que perpassam a percepção de nós mesmos e do nosso mundo. Configura-se assim em “um sistema vívido de significados e valores - constitutivo e constituidor - que, experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente” (WILLIAMS, 1979, p. 113).

4 DOMÍNIOS METODOLÓGICOS E DE ANÁLISE

Após discutirmos os aspectos sociais relacionados à questão discursiva que pretendemos analisar e os pressupostos teóricos que serão utilizados, neste capítulo vamos trazer a metodologia que norteou a pesquisa e os principais dados da análise para a discussão.

4.1 Metodologia

Partindo dos preceitos e categorias da Análise Crítica do Discurso, Linguística Sistêmico-Funcional e Linguística de *Corpus*, propomos um caminho analítico que agrega os pressupostos dessas teorias em busca do objetivo central de analisar as representações discursivas acerca do tema *feminicídio*. A pesquisa possui natureza lexical, partindo do estudo das colocações com a palavra-chave *feminicídio* num *corpus* constituído por 100 textos, sendo 50 pertencentes ao portal *online* G1, e os outros 50 ao portal Brasil de Fato.

Os textos utilizados são os 50 primeiros resultados obtidos por meio de uma pesquisa do termo *feminicídio* no mecanismo de busca desses portais, sendo selecionados os cinquenta primeiros resultados que apareceram após a busca que de fato continham o termo; o processo de coleta foi realizado no mês de junho de 2020. A escolha por esses portais deve-se ao seu prestígio, reconhecimento e amplo alcance social nas duas nuances da comunicação que nos interessam para a investigação das representações acerca do *feminicídio*: um portal de comunicação de massa, pertencente a um grande conglomerado midiático (representado pelo G1), e um portal que, segundo sua proposta editorial, busca fazer uma comunicação voltada aos ideais de uma comunicação popular, democratizante, focada nas lutas sociais (portal Brasil de Fato). Nosso interesse é observar se essas duas formas de comunicação, hegemônica e contra-hegemônica, demonstram contrastes ou similaridades no tratamento do tema.

Vale lembrar que o conceito de palavra-chave aqui utilizado não é o proposto pela Linguística de *Corpus*, teoria na qual buscamos alguns pressupostos metodológicos para nos apoiar. Usamos palavra-chave conforme define Williams (1976, p.15), ou seja, “palavras significativas, que ligam certas atividades a sua interpretação; palavras significativas e indicativas de certas formas de pensamento”. Para tanto, nosso *corpus* também não se configura num *corpus* exaustivo, ou seja, não possui como objetivo estudar determinado padrão linguístico falado ou escrito esgotando padrões lexicais da linguagem. Nosso *corpus*, classificado como de pequena dimensão, configura-se num *corpus* para intervenção humana inicial, conforme aponta Sinclair (2001).

Isso significa que não faz parte da nossa pretensão esgotar o padrão lexical da ocorrência da palavra *feminicídio*, e sim elucidar certos padrões de ocorrência que demonstrem a quais discursos estão atrelados em seu uso nas mídias brasileiras escolhidas para análise. Desta forma, esperamos que os resultados encontrados sirvam de embasamento para discussão sobre como a questão do feminicídio, que tem se demonstrado como uma realidade em triste avanço e crescimento no Brasil, vem sendo tratada no debate social promovido pelo jornalismo. Para tanto, nos propomos a realizar essa análise por meio dessas etapas, que são consideradas as principais:

- (1) coleta do *corpus* nos portais *online* G1 e Brasil de Fato, via *internet*, dos 50 primeiros resultados de notícias nos quais aparecem pelo menos uma vez o termo *feminicídio*;
- (2) confecção de tabela de frequência da palavra *feminicídio*,
- (3) confecção da listagem de agrupamentos lexicais, a fim de se examinarem possíveis padrões das quais a palavra *feminicídio* faça parte no *corpus*;
- (4) confecção de tabela de colocados e padrões de colocados para a observação dos padrões colocacionais da palavra *feminicídio*, com o intuito de investigar a quais campos semânticos o uso do termo está majoritariamente ligado;
- (5) produção, a partir das tabelas de colocados e padrões de colocados das principais relações lexicais e colocações, construídas a partir da palavra *feminicídio*;
- (6) confecção da lista de concordâncias com a palavra-chave *feminicídio* para análise do contexto típico de sua ocorrência;
- (7) confecção de uma tabela com as palavras mais frequentes no *corpus*, para verificação da relação delas nos textos;
- (8) busca das principais relações lexicais formadas com a palavra *feminicídio*;
- (9) verificação, a partir das linhas de concordância, dos campos a ela associados;
- (10) análise do aspecto discursivo da representação do feminicídio como uma questão relacionada à cultura machista que vigora na sociedade brasileira, partindo das relações lexicais e dos campos associados, seguindo os padrões da Análise Crítica do Discurso;
- (13) análise das práticas discursivas que norteiam o funcionamento dos veículos estudados, os portais G1 e Brasil de Fato, possibilitando o cruzamento entre os pressupostos de produção, distribuição e consumo dos seus conteúdos e as representações discursivas sobre o feminicídio veiculada pelos mesmos;
- (14) após a investigação realizada sobre as representações discursivas e os aspectos dos veículos que as distribuem socialmente, ampliação para uma discussão mais ampla sobre os

aspectos ideológicos e hegemônicos encontrados no processo de análise, contemplando o nível da prática social.

Os processos de análise no nível linguístico serão facilitados pelos instrumentos disponibilizados pelo programa *AntConc* (ANTHONY, 2019), que terá vários de seus recursos utilizados na análise textual. Vale ressaltar que os procedimentos aqui descritos foram retirados e adaptados da metodologia utilizada por Carmo (2018) no estudo da utilização do termo *sincretismo* em veículos midiáticos, por ter se mostrado um procedimento frutífero para trabalhos realizados a partir de palavras-chaves. A partir das listas levantadas, intentamos compreender de que maneira a observação da palavra *feminicídio*, seus colocados e linhas de concordância, constroem uma representação discursiva sobre este fenômeno na sociedade brasileira a partir da distribuição de conteúdo jornalístico pelos veículos estudados.

4.2 Análise crítica das construções de feminicídio

4.2.1 Análise do contexto de produção, distribuição e consumo do corpus: quem são os portais G1 e Brasil de Fato?

Antes de iniciarmos as discussões sobre a análise das construções discursivas com o termo feminicídio no *corpus*, é necessário contextualizar quem são os veículos midiáticos dos quais retiramos os textos utilizados na investigação. Por isso, nesta seção, será feita a análise do contexto de produção e consumo do *corpus*, baseada nas perspectivas a respeito de cada *subcorpus* para subsidiar a análise (con)textual baseada em *corpus*. Partindo da importância do patamar analítico das práticas discursivas, explorar quem são esses veículos midiáticos nos permite compreender como se dá o processo de produção, distribuição e consumo dos discursos por eles produzidos na sociedade, o que é essencial para entender quais impactos esses discursos podem ter. Assim, iremos traçar um breve percurso sobre as características centrais dos portais G1 e Brasil de Fato, escolhidos para essa investigação.

4.2.1.1 O Portal G1

O Portal G1 é um portal de notícias brasileiro *online* mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo. Foi lançado em 18 de setembro de 2006, ano em que a TV Globo fez 41 anos. Para caracterizar o portal G1, tomaremos como base os estudos

sobre o veículo jornalístico realizados por Muniz (2019), que discute os principais pontos deste portal desde sua criação.

Segundo Muniz (2019), já em sua estreia, o portal cobriu as eleições de 2006, e possibilitou a união, em um único endereço, do conteúdo de jornalismo da Globo. Ou seja: o portal possibilitou o acesso à GloboNews, às rádios Globo e CBN, aos jornais O Globo e Diário de São Paulo, às revistas Época e Autoesporte, entre outras, através de um único *link*, o “g1.globo.com”. O mesmo *link* englobava, portanto, informações locais de estados do Brasil e sub-regiões, contabilizando mais de 50 regiões cobertas pelo jornalismo da Globo. Assim, a autora define a atuação do veículo da seguinte maneira:

O G1 se enquadra na categoria multimídia do jornalismo, ao englobar conteúdos jornalísticos nos mais diversos formatos: texto, fotos, áudios, infográficos, vídeos, etc. Possui diversas redações em São Paulo, no Rio de Janeiro e Brasília que são alimentadas pelas afiliadas da Rede Globo e pelas agências de Notícias Estado, Agencia France Presse, Associated Press, EFE, New York Times, Reuters e Valor Econômico (MUNIZ, 2019, p. 64).

O portal dispõe de um plantão de notícias atualizado 24 horas por dia, possuindo um grande grupo de colaboradores na produção de seus conteúdos. O portal em si conta com sua própria redação, mas é alimentado também com produtos das redações de outras mídias. O acesso ao *site* pode acontecer também pelo portal “Globo.com”, por meio da aba “G1”. É importante notar que as editorias presentes na página principal do G1 não são apenas aquelas produzidas pela própria redação do G1, mas também de outras redações. Por exemplo, ao clicar em matérias que se encontrem na editoria Esporte, o leitor pode ser redirecionado ao *site* “globoesporte.globo.com”. Observamos também, na coleta das notícias sobre feminicídio, que alguns textos direcionam para páginas do G1 que são regionais, como, por exemplo, a notícia “Acusado de feminicídio é assassinado a facadas dentro de Unidade de Apoio Prisional no PI”³⁰, que é oriunda do portal G1 no estado do Piauí.

Por meio dessa observação podemos concluir que o portal G1 é alimentado com conteúdos advindos das inúmeras afiliadas da TV Globo espalhadas pelo país e também com conteúdos que vêm de outros produtos jornalísticos do grupo Globo. Ou seja, sua disponibilidade e variedade de conteúdos é bastante ampla, sendo até difícil acompanhar suas constantes atualizações.

De maneira muito lógica, essa capacidade de produção e atualização de conteúdos do portal está ligada ao seu poderio capitalista, visto que o G1 pertence ao Grupo Globo, que figura como o 17º maior conglomerado midiático do mundo, segundo relatório produzido

³⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/06/13/acusado-de-feminicidio-e-assassinado-a-facadas-dentro-de-unidade-de-apoio-prisional-no-piaui.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2021.

pela ZenithOptimedia, empresa especializada em marketing (O GLOBO, 2015, *on-line*). Esse nível de interconexão entre portais e conteúdos diversos só é possível de ser realizado pela concentração de recursos financeiros da qual dispõe a empresa detentora do G1.

Dentro do portal G1 há uma página na qual está alocado um documento intitulado “Princípios Editoriais do Grupo Globo³¹”, assinado pelos irmãos Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, no qual podemos observar o próprio veículo pronunciando quais seriam seus princípios.

Em um dos tópicos, o veículo versa sobre os atributos da informação de qualidade, colocando como sendo três os principais pilares a serem seguidos: isenção, correção e agilidade. Ao tratar do tópico “isenção” o portal afirma que, sem ela, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Entretanto, admite ser impossível que alguém possa desfazer-se totalmente do seu subjetivismo. Porém, nas palavras dos irmãos Marinho, isso não significa que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção.

Segundo os princípios editoriais do documento, esse elevado grau de isenção deve ser um dos objetivos dos veículos jornalísticos do Grupo Globo, e, na apuração, edição e publicação de qualquer reportagem, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. No entanto, apesar de declararem tais princípios formalmente, ao analisarmos de um ponto de vista crítico, devemos avaliar outros fatores que não foram levantados em tal declaração. Para exemplificar, podemos pensar nas pressões pela produção acelerada de conteúdo para manter os ritmos de atualização do portal, que, em muitas circunstâncias, impede a observação de todos os ângulos da questão ou o aprofundamento no tema.

Outra questão que também precisa ser considerada é que o grupo Globo é uma empresa, que, como qualquer outra, sobrevive do lucro e existe em função do mesmo. Boa parte desse lucro vem dos patrocinadores e anunciantes da empresa; na própria página dos princípios editoriais há um *link* que diz “anuncie conosco”, que demonstra a existência dessa pressão capitalista. Por isso, apesar de na carta editorial serem citados fatores como “o Grupo Globo é apartidário”, “não podem haver assuntos tabus”, fica o questionamento se, no caso de um grande anunciante da empresa estar envolvido num escândalo, por exemplo, isso seria devidamente retratado pelo jornalismo da empresa.

Por todas as características aqui listadas e também pelo estudo teórico prévio realizado no capítulo 02 de nossa pesquisa, podemos concluir que o portal G1 se configura numa mídia

³¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 09 jun. 2021.

massiva, hegemônica, e que possui grande alcance social em nosso país. O G1 configura-se num veículo que nasceu numa plataforma *online* cuja principal característica é a descentralização da produção das notícias. Segundo o próprio Mídia Kit da globo.com, o portal possui cerca de 52.8 milhões de visitantes únicos, sendo um dos maiores *sites* noticiosos do Brasil.

4.2.1.2 O portal Brasil de Fato

Segundo o próprio *site* do veículo³², o Brasil de Fato (BdF) é um *site* de notícias e também uma radioagência, além de possuir jornais regionais em diversos estados brasileiros. Segundo o estudo sobre o BdF realizado por Cassol (2010), a iniciativa da criação do jornal parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em consonância com as ideias do Movimento Consulta Popular do qual o MST faz parte. Lançado em 25 de janeiro de 2003, o BdF circulou por mais de dez anos com uma versão impressa nacional. Ainda na atualidade, o Brasil de Fato mantém versões impressas circulando em várias cidades de diversos estados brasileiros, distribuindo os exemplares de maneira gratuita.

Segundo a página “Quem Somos” do portal, movidos pela luta por uma sociedade justa e fraterna, e entendendo a democratização dos meios de comunicação como essencial para se alcançar essa sociedade, movimentos sociais populares criaram o Brasil de Fato. O objetivo principal do veículo de comunicação seria contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais no Brasil. Sobre a razão de existir do veículo, Cassol (2010), pontua em seus estudos:

Embora tenha nascido num momento de expectativas com a posse de Lula, e com ela esperar um rápido crescimento do jornal, o Brasil de Fato possuía, no fundo, o objetivo de reorganizar uma esquerda que estaria dispersa e em crise, promovendo valores humanistas e socialistas, subsidiando a militância com a análise dos fatos e contribuindo para a sua reorganização. A vocação de veículo massivo convivia também com a leitura de que o jornal deveria servir como um instrumento para a reorganização das forças populares, na medida em que, entre os objetivos apontados no projeto editorial, constavam os de subsidiar a militância e estimular as lutas sociais e os movimentos de massa, além de evitar o sectarismo, sendo plural dentro do espectro político das organizações de esquerda brasileiras (CASSOL, 2010, p. 92).

A página do “Quem Somos” conta ainda que o primeiro veículo da rede Brasil de Fato foi o semanário nacional, lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2003. Em seguida, foi lançado o *site* do Brasil de Fato, com coberturas das lutas sociais, entrevistas e notícias sobre política, economia, direitos humanos e cultura, sob uma visão

³² Informações disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. Acesso em: 10 jun. 2020.

popular das cidades, do Brasil e do mundo. Já as edições regionais, que existem em algumas regiões do Brasil, surgiram a partir de maio de 2013 para promover uma aproximação com os leitores e leitoras, dialogando com as realidades locais.

Ainda na página do "Quem Somos", há o expediente da direção da edição geral/nacional do jornal, e também os expedientes das edições dos seguintes estados: Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro. No expediente da edição geral, podemos observar os seguintes cargos: direção geral, direção de jornalismo, direção de rádio e tv, coordenação redação e redes, coordenação internacional, coordenação de rádio, coordenação de audiovisual, projetos especiais, publicidade, tecnologia da informação, direção administrativa. Já para as edições regionais observamos menos cargos e uma equipe reduzida.

O estudo realizado por Cassol (2010), demonstra que a versão impressa nacional do jornal Brasil de Fato, no ano de 2010, mantinha uma periodicidade semanal, possuindo tiragem em torno de dez mil exemplares, circulando com 12 páginas. O jornal funcionava sob personalidade jurídica de "sociedade editorial", sem fins lucrativos. Na mesma época, o jornal contava com 3.101 assinantes, e era enviado principalmente para entidades, sindicatos e "militantes", e os profissionais liberais eram a maior parte do seu quadro de assinantes. No ano de 2009, o corpo editorial passa a se dedicar mais ao portal *online* do jornal, especialmente pelas dificuldades financeiras com os gastos da versão impressa (CASSOL, 2010). Segundo Cassol (2010), a linha editorial da edição impressa e *online* são bem similares, com a diferença que na *internet* há mais facilidade para se produzir maior quantidade de conteúdo.

Ao observarmos o expediente das edições dos estados, para além dos nomes responsáveis pela edição e redação, nos estados de Minas Gerais e Pernambuco há uma lista com nomes de uma série de colaboradores. No entanto, não está explicitado na página se esses colaboradores atuam de maneira voluntária ou são remunerados para atuarem no veículo. Apesar de não se equiparar no quesito porte ao portal G1, que possui uma estrutura e capacidade de produção de conteúdos muito maior, o Brasil de Fato apresenta uma estrutura organizacional consideravelmente significativa, especialmente por se enquadrar na categoria de mídia alternativa.

De fato, o veículo foi escolhido para integrar essa pesquisa por ter sido, dentre as possibilidades de comunicação contra-hegemônicas encontradas, a opção que era mais bem estruturada para se desenvolver o presente trabalho. Como bem foi discutido no capítulo 02, que versa sobre a mídia, muitos desafios se colocam para a sustentabilidade dos projetos jornalísticos alternativos, e a maioria das equipes acaba por trabalhar por militância política,

sem escala de profissionalização (MORAES, 2016), o que ocasiona que as equipes sejam pequenas e precarizadas na maioria das vezes.

Essa configuração dos veículos alternativos foi constatada no processo de busca pelos portais; a grande maioria não possuía periodicidade nas postagens e dispunha de pouquíssimo conteúdo sobre o tema pesquisado (*feminicídio*). Mesmo o Brasil de Fato, mais bem estruturado que outros canais, possuía apenas 50 resultados de conteúdos com a palavra *feminicídio* na ocasião da montagem do *corpus*, motivo pelo qual escolhemos esse número de notícias para serem analisadas nos dois veículos.

Tal fato já se configura num dado relevante para a nossa análise: enquanto o portal G1 possui dezenas de páginas com resultados sobre *feminicídio*, advindos de sua página central e de notícias dos portais regionais do G1, o Brasil de Fato tinha, ao todo, apenas 50 notícias. Essa configuração nos permite constatar o quanto um canal hegemônico, detentor de capital econômico, possui uma capacidade produtiva muito maior do que um veículo alternativo, o que vai impactar diretamente na sua capacidade de alcance e penetrabilidade social.

Obviamente, essa maior quantidade de conteúdos não necessariamente significa que as discussões também possuem mais qualidade. De um ponto de vista qualitativo, é necessário adentrarmos na análise discursiva dos excertos que versam sobre o *feminicídio* para ver os sentidos que podem ser apreendidos dos conteúdos produzidos, o que faremos nas próximas seções. Apesar das diferenças em relação ao G1, dentre os veículos alternativos levantados, o Brasil de Fato é um portal que possui um tempo de circulação considerável no país, contando com uma equipe organizada, com jornalistas profissionais, editores, revisores, entre outros fatores que o fazem um veículo de comunicação alternativo relevante.

Entretanto, de acordo com as análises produzidas pelo estudo de Cassol (2010) sobre o BdF, percebemos que, apesar do foco em questões sociais, relacionadas a diversas formas de desigualdade e opressão, a linha editorial do veículo é voltada a um viés mais marxista, baseado na luta de classe e organização dos trabalhadores. Cassol (2010) expõe que, ao observar as manchetes das versões impressas entre os anos de 2007 e 2009, há um padrão que as orienta: oposição entre o mundo positivo do “nós” (movimentos sociais, pobres, povos, massacrados pela elite se organizando para luta) e o mundo negativo do “eles”, a direita, as transnacionais, o imperialismo, inimigos a serem combatidos. Ou seja, a questão de gênero, e consequentemente, o *feminicídio*, por exemplo, não se colocariam como causas centrais para o Brasil de Fato.

Outra questão observada é sobre o público a quem se dirige os conteúdos do BdF. Dentro do portal online, há uma página intitulada “Publicidade³³”, com dados sobre o perfil de quem são os leitores do Brasil de Fato. O sentido da página parece ser o de prover, possíveis patrocinadores, de conhecimento de quem consome o Brasil de Fato. Isso nos faz deduzir que a propaganda também é uma das fontes que sustenta financeiramente o jornal, para além dos assinantes e colaboradores.

Outra questão interessante sobre essa página é a estatística sobre quem são os principais consumidores do Brasil de Fato: as maiores porcentagens do público que consome conteúdo do *site* possui ensino Superior Completo (28%) ou Pós-Graduação (29%). Ou seja, isso nos induz a acreditar que as discussões realizadas pelo veículo são voltadas a pessoas mais instruídas, o que já torna questionável se o Brasil de Fato dialoga com o grande público geral, visto que a maioria dos brasileiros não possui grau de escolaridade elevado. Outra observação sobre o público do Brasil de Fato consta nos estudos de Cassol (2010). O autor conta que os editoriais do jornal deixam claro a quem ele se dirige: o leitor é o militante de movimento social, partido ou sindicato, ou ainda, pessoas com ideias de esquerda mas que não militam organicamente em nenhuma organização.

A breve exposição de alguns aspectos centrais sobre o Brasil de Fato nos permite concluir algumas questões. Para começar, a capacidade produtiva é muito reduzida se comparada a um portal hegemônico como o G1, por exemplo. Mesmo que haja a possibilidade da publicidade nas versões impressas e *online*, por ser um veículo com menor alcance e orientação política à esquerda, o empresariado, que atua ao lado do capitalismo, não terá interesse em anunciar em uma mídia com tal perfil.

Outra questão é que, apesar de afirmar ter “uma visão popular do Brasil e do mundo”, pelo público ao qual se dirige e pelos objetivos que possui, o conteúdo do portal não se direciona a um amplo espectro popular. Isso ocorre pois pautas políticas, sobre lutas de classe, agronegócio, reforma agrária, entre outros assuntos centrais ao veículo, acabam por não dialogar com a grande massa dos brasileiros, ficando mais no âmbito de interesse de intelectuais, militantes e etc.

Tendo em mente quem são os veículos dos quais extraímos os conteúdos a serem analisados, podemos partir para a observação das questões discursivas relativas ao *corpus* compilado.

³³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/publicidade>. Acesso em: 12 jun. 2021.

4.2.1.3 Considerações gerais sobre a padronização da palavra-chave *feminicídio* no *corpus*

Antes de iniciarmos a análise discursiva a partir da padronização do uso da palavra *feminicídio*, vamos trazer alguns dados estatísticos sobre o *corpus* e os *subcorpus*. As tabelas a seguir, trazem alguns dados sobre o *corpus* geral (junção dos textos do Brasil de Fato e G1), e sobre os *subcorpus* (textos do G1 e do Brasil de Fato analisados individualmente). As informações contidas nas tabelas são as seguintes: Caracteres, *Word Types* (tipos de palavras), *Word Tokens* (quantidade de palavras, ocorrências), número de aparições do termo “*feminicídio*” e número de aparições do termo “*feminicídios*”.

TABELA 1 – Dados gerais sobre o *corpus*

Dados gerais sobre o <i>corpus</i>	
Caracteres	490717
Word Types	7607
Word Tokens	78936
Palavra “ <i>feminicídio</i> ”	456
Palavra “ <i>feminicídios</i> ”	128

Fonte: Elaborada pela autora.

TABELA 2 – Dados gerais sobre o *subcorpus* G1

Dados sobre o <i>subcorpus</i> G1	
Caracteres	246556
Word Types	3068
Word Tokens	40064
Palavra “ <i>feminicídio</i> ”	252
Palavra “ <i>feminicídios</i> ”	68

Fonte: Elaborada pela autora.

TABELA 3 – Dados gerais sobre o *subcorpus* Brasil de Fato

Dados sobre o <i>subcorpus</i> Brasil de Fato	
Caracteres	244155
Word Types	6217
Word Tokens	38872
Palavra “feminicídio”	204
Palavra “feminicídios”	60

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme mostra a tabela, o *corpus* todo possui 78936 ocorrências de palavras, distribuídas em 7607 tipos, no total dos 100 textos selecionados. No caso do *subcorpus* do portal G1, são 40064 ocorrências, em 3068 tipos, nos 50 textos selecionados. Já o *subcorpus* do portal Brasil de Fato possui 38872 ocorrências, 6217 tipos, em seus 50 textos. No que desrespeito a utilização da palavra-chave investigada nessa pesquisa, constatamos que o termo “feminicídio” apareceu 456 vezes no *corpus* total, enquanto “feminicídios” ocorreu 128 vezes. No *subcorpus* do G1 a palavra “feminicídio” aparece 252 vezes, enquanto “feminicídios” ocorre 68 vezes. Já no *subcorpus* do portal Brasil de Fato a palavra “feminicídio” aparece 204 vezes, enquanto o plural do termo aparece 60 vezes.

4.2.2 *Análise a partir das palavras semanticamente constituídas que mais aparecem no corpus*

Os pressupostos teóricos que foram mobilizados para a realização desse estudo nos fazem compreender o valor coesivo das palavras na criação de um texto, e, conseqüentemente, nos efeitos de sentido que os discursos ali articulados poderão proporcionar. Para além da observação do palavra-chave que norteia a nossa pesquisa, analisar quais são as palavras semanticamente constituídas que mais se repetem no *corpus* também auxilia na investigação dos sentidos que mais figuram no texto, visto o potencial coesivo dessas palavras. Portanto, abaixo vamos trazer uma tabela que demonstra as 10 palavras que possuem valor semântico que mais aparecem no *corpus* total, e nos *subcorpus* do G1 e do Brasil de Fato. A partir dessas tabelas, faremos observações sobre algumas palavras específicas que as compõem que revelam aspectos interessantes de serem analisados

antes de partirmos para a análise das principais colocações realizadas com o termo *feminicídio*.

TABELA 4 – Corpus geral

<i>CORPUS GERAL</i>	
Palavra	Número de aparições
Mulheres	621
Feminicídio	456
Violência	442
Mulher	401
Polícia	279
Crime	261
Anos	226
Ano	224
Casos	221
Vítima	202

Fonte: Elaborada pela autora.

TABELA 5 – Subcorpus G1

<i>SUBCORPUS G1</i>	
Palavra	Número de aparições
Polícia	266
Feminicídio	252
Mulher	218
Crime	216

Suspeito	186
Homem	168
Vítima	168
Caso	164
Mulheres	158
Ano	152

Fonte: Elaborada pela autora.

TABELA 6 – *Subcorpus* Brasil de Fato

SUBCORPUS BRASIL DE FATO	
Palavra	Número de aparições
Mulheres	463
Violência	252
Feminicídio	204
Mulher	183
Brasil	146
Casos	91
Lei	85
Vítimas	83
Estado	80
País	78

Fonte: Elaborada pela autora.

A tabela número 4 demonstra as palavras que mais aparecem que são semanticamente constituídas quando observamos o *corpus* como um todo, enquanto as tabelas 5 e 6 trazem as palavras que mais aparecem no *subcorpus* do G1 e do Brasil de Fato, respectivamente.

Observando essas palavras e suas utilizações, conseguimos fazer algumas observações sobre à quais campos discursivos as notícias estão principalmente ligadas. Assim, discutiremos excertos que contém algumas dessas palavras para ilustrar aspectos da discussão proposta na pesquisa.

4.2.2.1 O uso da palavra *feminicídio*

Primeiramente, podemos observar as similaridades entre as tabelas dos dois *subcorpus*, com algumas palavras que se repetem: mulheres, mulher e feminicídio. A aparição da palavra-chave feminicídio entre as palavras que ocorrem em maior quantidade, ainda nas primeiras posições (2º no G1, e 3º no Brasil de Fato), demonstra que o assunto é tratado de maneira central no *corpus* investigado, e não algo tangencial ou colocado em segundo plano.

Aqui, portanto, cabe destacar a relevância da possibilidade linguística de se nomear fenômenos socialmente relevantes. É o que demonstra o estudo realizado por Muniz (2019), que realizou uma pesquisa qualitativa para analisar o conteúdo do G1 de temática feminista durante a cobertura das eleições de 2014 e de 2018. Na pesquisa foram buscados os temas “feminicídio”, “aborto” e “feminismo” nos dois anos investigados. Segundo a autora, o item “feminicídio” não entrou na análise no ano de 2014, visto que a Lei do feminicídio³⁴ passou a vigorar só no ano de 2015. Essa lei foi sancionada em março de 2015 pela então presidenta Dilma Rousseff. Antes disso, os homicídios de mulheres eram tratados como homicídios comuns. O projeto de lei foi elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher e estabeleceu que existem razões de gênero quando o crime envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher³⁵.

Assim, na pesquisa acima mencionada, conteúdos com o termo feminicídio só apareceram 3 vezes no ano de 2014, enquanto em 2018 foram encontrados 232 resultados. Tal observação revela não somente o impacto de uma Lei que direciona penas mais duras para os casos de feminicídio, mas também da importância da possibilidade linguística de se ter um termo específico que qualifica, descreve e identifica um ato violento como um tipo específico de crime.

³⁴ A lei altera o Código Penal (art.121 do Decreto Lei nº 2.848/40), incluindo o feminicídio como uma modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos.

³⁵ Informações disponíveis em: <https://invest.exame.com/me/lei-que-tipifica-crime-de-feminicidio-e-sancionada>. Acesso em: 10 jul. 2021.

4.2.2.2 O uso da palavra-chave feminicídio no portal G1

Partindo da percepção que a palavra-chave definida para a pesquisa figura como tema central do *corpus*, podemos observar quais tipos de discussões estão sendo realizadas sobre o feminicídio para compreender melhor os sentidos atrelados ao mesmo. A partir da visão da palavra-chave, ao voltarmos nossa atenção aos conteúdos, percebemos que o acontecimento de um feminicídio, ou fatos subsequentes ao mesmo (como a prisão do assassino, o desenrolar do seu processo na justiça, o que ocorreu com o criminoso na prisão, entre outros fatores) são o foco central da grande maioria das notícias do *subcorpus* do G1, sendo o tipo de conteúdo que predomina no portal.

Para exemplificar, podemos elencar aqui os títulos de algumas dessas notícias: “Acusado de **feminicídio** é assassinado a facadas dentro de Unidade de Apoio Prisional no PI”; “Homem suspeito de matar mulher com tiro na cabeça durante discussão se entrega e é indiciado por **feminicídio** no AC”; “Homem preso por tentativa de **feminicídio** asfixiou companheira com travesseiro, diz polícia”; “Caso Jamile: família pede que Justiça cearense reveja decisão e considere morte de empresária como crime de **feminicídio**”; são alguns deles.

Fora os resultados que dizem respeito aos crimes e suas consequências, o segundo tema mais recorrente são as notícias que versam sobre o resultado de pesquisas sobre o feminicídio, como podemos notar por títulos como: “22 mulheres são vítimas de **feminicídio** nos quatro primeiros meses em MT; casos aumentaram 47%”; “Paraíba registra quatro **feminicídios** em abril de 2020”; “Exclusivo: número de **feminicídios** cresce durante pandemia do coronavírus no Brasil”, entre outros.

Apesar da noção de gênero³⁶ não ter sido mobilizada como um aspecto central para a discussão proposta nesta pesquisa, é válido ressaltar que os 50 textos do portal G1 se enquadram no gênero notícia, ou seja, são textos que tem como principal objetivo informar fatos do dia-a-dia considerados relevantes para a sociedade. Dentro do campo da Análise do Discurso, vários autores discutem a noção de gênero de diferentes perspectivas. Para esse trabalho, vamos tomar como gênero a definição proposta por Fairclough (2003, p. 16): “Um gênero é uma maneira de agir e interagir linguisticamente — por exemplo, entrevista, palestra e reportagem são todos gêneros.”

³⁶ Apesar de o campo da Comunicação Social/Jornalismo possuir outras definições para o conceito de gênero, seguindo a linha teórica e metodológica da ACD que foi escolhida para a realização dessa pesquisa, mobilizamos a noção de gênero de Fairclough (2003) para a execução da análise.

Assim sendo, podemos identificar o gênero "notícia" como um acontecimento pontual em contraste com a "reportagem", por exemplo, que discorre sobre um tema, apresentando uma interpretação sobre situações ou fatos relacionados a este (LAGE, 2005, p. 61). Assim sendo, a notícia tem a função social de relatar, descrever, de forma breve e objetiva fatos que aconteceram, sendo relativamente curta e objetiva.

De fato, o *subcorpus* G1 apresenta textos bastante objetivos, que não discutem ou aprofundam nos diferentes aspectos do feminicídio no Brasil, focado em apresentar os acontecimentos de maneira factual, relatando a prisão de suspeitos, processos judiciais, atualizações de casos policiais, resultados de pesquisas sobre o tema.

Fora as notícias sobre crimes e suas consequências e as que tratam sobre pesquisas que dizem respeito ao número de casos, somente um outro tipo de conteúdo aparece no *subcorpus* G1. Duas ocorrências são notícias que versam sobre ações de instâncias políticas (Câmara dos deputados e Ministério Público Estadual), visando combater o feminicídio no país, sendo elas: “Câmara aprova projeto com ações de combate à violência doméstica durante a pandemia da Covid-19” e “Campanha 'Máscara Roxa' possibilita denúncia de violência doméstica em farmácias do RS; saiba como funciona”. Ainda assim, são textos noticiosos, apenas relatando a ação de órgãos públicos.

Assim, a ótica pela qual se compreende o feminicídio dentro do *subcorpus* do G1, demonstra um ponto de vista principalmente factual, ao constatarmos que todos os textos figuram em notícias. Para discutirmos possíveis efeitos discursivos, podemos pensar primeiro sobre o efeito de sentido do gênero notícia. Tal gênero, ao mesmo tempo que revela que falar do assunto é algo relevante socialmente, trata a questão de forma objetiva e rápida sem discutir ou aprofundar o tema, apenas constatando os acontecimentos. Uma possível interpretação é de que o que está sendo tratado — no caso a morte das mulheres, os processos de seus assassinos — é algo corriqueiro, cotidiano, que não necessita de discussão ou aprofundamento. É algo que está dado, como se as coisas de fato fossem daquela forma.

Apesar de o G1 ter uma aba intitulada Blogs e colunas, onde para além do conteúdo noticioso especialistas discutem temas relevantes de diversas áreas, todos os textos que entraram para o *corpus* da pesquisa eram notícias. Isso não quer dizer que não haja editoriais, textos opinativos, que tratem o tema do feminicídio dentro do portal de maneira mais aprofundada, mas sim que a produção de conteúdo factual sobre feminicídios é tão grande, que, mesmo que existam outros formatos, eles não chegaram a aparecer dentro do espectro dessa pesquisa.

Com os altos índices de feminicídio do país, partindo do pressuposto de se noticiar novos casos que ocorram, esse tipo de texto sobre o tema acaba se sobrepondo a quaisquer outros. O excesso de notícias relatando feminicídios e acontecimentos que derivam dos mesmos pode levar a duas interpretações que, em certa medida, podem ser consideradas até mesmo paradoxais: 1) de que o acontecimento representa uma ruptura com a normalidade, ou seja, é algo incomum, por isso é noticiado; 2) ocorre tão frequentemente, e é tão frequentemente retratado como “algo que acontece” na mídia, que pode ter um efeito de sentido nos interlocutores de ser algo corriqueiro.

Essa premissa relaciona-se, em certa medida, à lógica das mídias massivas como o G1, baseadas na agilidade em noticiar o máximo de fatos possíveis tidos como “socialmente relevantes”. Uma crítica que pode ser feita a partir dessa lógica de produção, é se o excesso de informação factual não acaba por suprimir o espaço para discussões mais aprofundadas sobre os temas.

4.2.2.3 O uso da palavra-chave feminicídio no portal Brasil de Fato

Já no portal Brasil de Fato, o feminicídio também figura como assunto principal dos conteúdos, e prevalecem os textos baseados em acontecimentos, ou seja, com um formato noticioso. Porém, os acontecimentos relacionados ao tema do feminicídio escolhidos para serem noticiados são diferentes daqueles do portal G1, e não se baseiam em tratar de feminicídios ocorridos ou tentativas de feminicídio. Nesses conteúdos noticiosos, são levantadas principalmente questões como ações de combate, legislações em defesa das mulheres e pesquisas relacionadas ao feminicídio.

Para exemplificar, podemos trazer alguns títulos de notícias que fazem parte do *corpus*: “**Feminicídio** continua crescendo na Paraíba, aponta Anuário da Segurança Pública”, “Força-tarefa de Combate aos **Feminicídios** do RS lança campanha contra violência”, “PL que garante casas abrigo a vítimas de violência avança na Assembleia Legislativa”, “‘Magó presente’: ato em SP repudia **feminicídio** e violência contra as mulheres”, “Um estuprador em seu caminho’: intervenção feminista é realizada em Porto Alegre”, entre outras. A similaridade nos conteúdos noticiosos do G1 e Brasil de Fato reside principalmente nas notícias que versam sobre pesquisas que discorrem sobre porcentagens em relação ao feminicídio no Brasil e em suas regiões. Já a diferença entre as notícias dos dois portais, está no fato de que, enquanto o foco do G1 é tratar de feminicídios que aconteceram, o Brasil de

Fato opta majoritariamente por noticiar passeatas, atos, e ações focadas no combate a esse tipo de crime.

Assim, podemos interpretar que os discursos que circundam a palavra-chave nos dois portais, apontam dois possíveis efeitos de sentido diferente para os leitores: para o G1, o feminicídio corresponde principalmente a algo que acontece com frequência no Brasil e deve ser relatado, enquanto para o Brasil de Fato é algo que precisa ser combatido visto que o foco do conteúdo noticioso recai sobre ações, atos, intervenções e passeatas voltados para o seu combate.

Para ilustrar essa percepção, podemos observar algumas escolhas lexicais e seus sentidos nos próprios títulos de notícias nos dois portais. No *subcorpus* do Brasil de Fato, trazemos o título da seguinte notícia para pontuar algumas questões:

(1) “Magó presente’: ato em SP repudia **feminicídio** e violência contra as mulheres” (*Brasil de Fato*).

O verbo “repudia”, no presente do indicativo, demonstra a que se destina o ato e qual a visão sobre o feminicídio. Repudiar significa manifestar recusa, rejeitar, reprovar³⁷. Assim, o texto enfatiza a importância de atitude combativa perante o feminicídio, visto que destaca o ato em combate ao mesmo ao escolher noticiá-lo. Já no *subcorpus* G1, temos textos como a notícia intitulada:

(2) “Homem preso por tentativa de **feminicídio** asfixiou companheira com travesseiro, diz polícia”. (*G1*)

Analisando o tema desse texto, é perceptível a abordagem constativa da notícia, que apenas adiciona novos fatores a uma tentativa de assassinar uma mulher. Além disso, é interessante analisar a forma como o título da notícia foi construído. Primeiramente, observamos o uso de discurso direto, no qual o G1 atribui a fala à “polícia” gerando, portanto, um efeito de não comprometimento com o conteúdo ali exposto, visto que não é o portal que está dizendo, transmitindo a impressão de distanciamento do fato.

Outra observação importante pode ser feita a respeito do sintagma nominal da frase, composto pelo sujeito “Homem preso por tentativa de feminicídio”. A palavra “preso”

³⁷Informações disponíveis em: <https://www.dicio.com.br/repudiar/#:~:text=Significado%20de%20Repudiar,o%20aos%20cuidados%20de%20outros>. Acesso em: 15 jul. 2021.

consiste numa nominalização que apaga o fato de que o homem foi aprisionado pelo cometimento de um crime. O termo é utilizado de maneira a qualificar o homem, e não como algo que ocorreu a este mesmo homem. O sujeito “Homem preso por tentativa de feminicídio”, de certa forma, traz em si duas ações “embutidas”: o homem foi preso e tentou assassinar uma mulher. O elemento central fica sendo a maneira como ocorreu a tentativa, que constitui o predicado da oração: “asfixiou companheira com travesseiro”. Tal construção, utilizando o recurso da nominalização, ameniza a ação em si e enfatiza o “como” (asfixiada com travesseiro), fazendo com que a ação central (a tentativa de feminicídio) fique em segundo plano.

Dessa maneira, fica perceptível que o Brasil de Fato opta por focar em ações que visam combater o feminicídio, algo que merece ser “repudiado”, enquanto o G1 traz um relato de fatos ligados a um crime, enfatizando aspectos que causam, de certa maneira, um efeito de enfraquecimento da gravidade do acontecimento. Apesar de as duas notícias representarem um recorte do *corpus*, essa tendência se repete em boa parte dos *subcorpus*, e, por isso, ilustra bem as maneiras como as discussões circundam a palavra-chave.

Partindo da perspectiva das observações desse recorte de aspectos, compreendemos que do ponto de vista da mudança discursiva que favorece lutas sociais, conforme propõe Fairclough (2001, 2003), o ângulo de discussão apresentado pelo Brasil de Fato se faz mais interessante, visto que enfatiza a possibilidade de combater, repudiar, ou seja: demonstrar a gravidade do assunto e apontar para a ação que possa promover mudanças. Já o G1 vai para uma lógica noticiosa de narrar acontecimentos ligados a crimes de feminicídio, ressaltando aspectos que não se fazem de grande valia para discussões mais críticas, aprofundadas ou que auxiliem na transformação dessa realidade social.

Para além da questão das temáticas predominantes, outra diferenciação entre os dois portais é que o Brasil de Fato apresenta outros formatos textuais que não sejam notícias. Os gêneros entrevista e artigo de opinião aparecem algumas vezes nesse *subcorpus*: três textos são entrevistas e oito são artigos de opinião, nos quais algum fator relacionado ao feminicídio é discutido de maneira crítica. Começando nossa observação pelas entrevistas, podemos recordar algumas características centrais desse gênero: a entrevista consiste basicamente num diálogo entre entrevistador e entrevistado no qual o principal objetivo é extrair declarações e informações sobre determinado assunto³⁸.

³⁸ Informações disponíveis em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/entrevista>. Acesso em: 17 jul. 2021

Em seguida, voltamos nossa atenção para quem são as personagens entrevistadas: Marília Campos, deputada estadual em Minas Gerais e presidenta da Comissão de Mulheres na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Ariane Leitão, coordenadora da Força-Tarefa Interinstitucional de Combate aos Femicídios, advogada feminista e especialista em Direitos Humanos; Fátima Bezerra, governadora do Rio Grande do Norte. Assim, percebemos que mulheres que são representativas e engajadas na luta contra o feminicídio e violência contra a mulher foram selecionadas como entrevistadas para discutir o tema. Tal fator demonstra que, no entendimento do portal, é relevante colocar mulheres para falar sobre a questão e que a contribuição das mesmas para o assunto se faz significativa. Afinal, ao realizar a escolha de entrevistar alguém, o portal afirma que é interessante o que aquela personagem tem a dizer. Além do mais, pelo tamanho extenso das entrevistas e a discussão mais ampla de aspectos políticos, econômicos e sociais ligados ao tema, o efeito de sentido proporcionado é o de demonstrar a relevância do assunto, da necessidade de se aprofundar no mesmo.

Observando os títulos das notícias é possível compreender melhor os sentidos atrelados aos textos. Na entrevista com a deputada Marília Campos, o título do texto é o seguinte:

(3) “‘Lutamos contra uma cultura que acha que violência é algo natural’, diz deputada” (Brasil de Fato).

Primeiramente podemos observar o uso do discurso direto logo no título da matéria, que, desde a abertura do conteúdo enfatiza a voz da deputada, dando relevância ao seu discurso. Na expressão “Lutamos contra”, ao usar a primeira pessoa do plural, a deputada ressalta não somente a importância do combate mas como também ela faz parte do mesmo, o que reforça o argumento da necessidade de se combater a violência. Por outro lado, o termo “violência” está, de maneira interdiscursiva, ligado ao feminicídio, visto que o assassinato de uma mulher é o último grau de violência que pode ser cometido contra a mesma. Ao ler o conteúdo da entrevista esses argumentos são confirmados, visto que a motivação da entrevista é ressaltar o dia 23 de agosto, instituído em Minas Gerais Dia de Combate ao Femicídio, a partir de projeto da deputada Marília Campos, que é a entrevistada.

Outro título que merece ser observado é o da entrevista com a Ariane Leitão, coordenadora da Força-Tarefa Interinstitucional de Combate aos Femicídios, advogada feminista e especialista em Direitos Humanos:

(4) “**Feminicídio:** A pandemia de violência contra as mulheres no RS segue elevada.”

A motivação para a entrevista se deu justamente pela alta de feminicídios no estado do Rio Grande do Sul. O interessante no título é a maneira como o mesmo adjetiva o feminicídio: pandemia de violência. A palavra pandemia é utilizada aqui num sentido metafórico, como se o feminicídio se proliferasse de maneira contagiosa e descontrolada, ou seja, de modo pandêmico. O texto da entrevista destaca a força-tarefa de combate ao feminicídio liderada pela entrevistada, Ariane Leitão, especialmente perante aos números em crescimento no estado. Ou seja, mais uma vez é reforçado quão danoso é o feminicídio (espalha-se de modo pandêmico) e a necessidade do seu combate (ações como a força tarefa).

Para além das entrevistas, temos também oito ocorrências de textos que se enquadram no gênero artigo de opinião. Esse tipo de texto tem como principais funções apresentar e defender um ponto de vista sobre assuntos socialmente relevantes, sendo um gênero argumentativo³⁹. Vamos analisar a coluna inserida nesse formato argumentativo, intitulada:

(5) “O que eu quero que meus meninos saibam sobre ser mulher” (Brasil de Fato).

O texto foi escrito por Aline Kerber, que é uma das colunistas do portal Brasil de Fato e também é socióloga, especialista em Segurança Pública, e Presidenta da Associação Mães&Pais pela Democracia. No artigo, a autora reflete sobre a educação que quer deixar para os seus filhos especialmente no âmbito das questões de gênero, trazendo nuances de sua experiência pessoal enquanto mãe, feminista, militante em causas sociais pela educação e direitos das mulheres, mesclando também informações sobre pesquisas e acontecimentos políticos. Analisando o título podemos observar o protagonismo da mulher ao afirmar em primeira pessoa “o que eu quero”, discutindo o tipo de educação que pretende passar aos seus filhos e que considera relevante. A utilização da expressão “ser mulher”, também traz uma pressuposição de que algumas condições específicas delimitam a mulher na sociedade, e que a autora entende que é necessário que os filhos dela compreendam essa realidade.

Podemos observar o trecho no qual a colunista comenta especificamente o feminicídio:

³⁹ Informações disponíveis em: <https://www.portugues.com.br/redacao/artigo-opiniao-.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.

(6)“Os **feminicídios** chegaram no ápice em 2019, 1314 casos, conforme o Monitor da Violência no G1, incluindo o aumento das situações com uso de arma de fogo – mérito da política de flexibilização de posse e porte de armas do atual presidente. No RS, em janeiro de 2020, houve um aumento de 300% dos feminicídios. Se a reflexão desse problema não for objeto das aulas do meu filho, eu não vejo sentido dele estar na escola e nem ele.” (*Brasil de Fato*)

No trecho, a autora utiliza dados concretos para chamar atenção para a realidade alarmante do feminicídio, mas ultrapassa o âmbito de apenas expor dados para estabelecer relações de causa e consequência dentro do discurso: no entendimento dela, o aumento de feminicídios tem relação com a flexibilização no porte e posse de armas. Aqui dois discursos se entrelaçam: o discurso da segurança pública com o político, visto que decisões políticas acabaram influenciando no aumento da violência na sociedade. Essa articulação tem como efeito um aprofundamento do debate, que começa a estabelecer contato entre as diferentes facetas da questão do feminicídio. Outra articulação interessante é com o campo da educação, quando ela cita a necessidade de se tratar o assunto na escola dos filhos, no seguinte trecho: “Se a reflexão desse problema não for objeto das aulas do meu filho”. Com o uso dessa oração subordinada adverbial condicional, a autora eleva a necessidade da discussão do feminicídio na escola dos filhos a um alto patamar de relevância, colocando-a como condição para a permanência do mesmo no ambiente escolar possuir sentido. Ao concluir a sentença afirmando que “nem ele” (se referindo ao filho) vê sentido em estudar onde o feminicídio não seja discutido, uma outra ideia implícita vem à tona, a de que seu filho já foi educado para uma outra compreensão das questões de gênero.

O relevante desse excerto, é que ele constrói, por meio das ordens do discurso que articula, uma relação de causa e efeito sobre o aumento dos feminicídios (a flexibilização do acesso à armas influi no aumento dos crimes) e ao mesmo tempo evidencia uma possível ação que pode ajudar a solucionar a triste realidade do feminicídio, ao tratar da necessidade de discussão do tema no âmbito educacional. O texto em primeira pessoa também traz proximidade para o leitor, especialmente pela colocação da experiência educacional da autora com o próprio filho.

Assim, o que pode-se concluir a partir da presença de outros gêneros textuais no *subcorpus* do Brasil de Fato é que os novos formatos possibilitam outras interpretações sobre o tema, apresentando outras facetas da discussão para além do factual. Se, de acordo com Fairclough (2003), os gêneros são uma maneira de agir sobre o mundo e estruturam os textos de maneiras específicas, esses dois formatos (entrevista e artigo de opinião) levam a efeitos de

sentido diferentes da notícia. Parece-nos que “a maneira de agir no mundo” desses textos induzem a reflexões, aprofundamentos e a apresentação da complexidade da questão.

4.2.2.4 O uso das palavras “homem” e “mulher” no *subcorpus* e sua relação com o feminicídio

Outras duas palavras semanticamente constituídas que estão entre as que mais aparecem nos *subcorpus* e despertam a nossa atenção são o substantivo comum “homem” e “mulher”. Se faz relevante observar a utilização desses substantivos visto que “homem” e “mulher” são justamente os personagens envolvidos num crime de feminicídio, sendo, respectivamente, quem executa e quem sofre a ação. Observando a utilização desses dois substantivos, podemos estabelecer algumas observações analíticas.

O termo “mulher” aparece 218 vezes no G1 e 183 vezes no Brasil de Fato; já “homem” aparece 168 vezes no G1, enquanto no Brasil de Fato o substantivo nem encontra-se entre as 10 palavras de valor semântico que mais aparecem. Uma possível análise desse fato é que o foco dos textos do Brasil de Fato não se encontra no “homem”, ou seja, no criminoso por trás do feminicídio, e sim nas mulheres, as vitimadas pelo crime. A seguir vamos observar alguns excertos que trazem não somente os termos “homem”, “mulher”, ou o plural desses termos, mas também a palavra-chave que norteia a pesquisa, “feminicídio”, e algumas das palavras semanticamente constituídas das tabelas acima. Para análise, trouxemos o título dos textos e trechos do seu conteúdo. Para organizar melhor os excertos, no caso do texto possuir subtítulos, optamos por colocar os títulos dos textos em negrito e os subtítulos em itálico.

(7)**Violência contra a mulher em época de pandemia: você pode salvar uma vida**

[...]Historicamente, a **mulher** é vítima preferencial da violência contra o corpo. Essa pandemia existe há muito tempo. No Brasil, a cada ano, mais de 1.300 mulheres morrem **vítimas de feminicídio**, ou seja, são mortas pelo fato de serem mulheres.

A violência contra a **mulher** sempre foi uma pandemia no Brasil. [...]A cada hora, no Brasil, 536 mulheres são agredidas por **homens violentos**, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Isso é muita coisa. Isso é uma pandemia fora de controle (*Brasil de Fato*).

No título do trecho (7), a “violência contra a mulher” referida no título está em relação interdiscursiva com o feminicídio, o que fica evidente na frase seguinte: “você pode salvar uma vida”, ou seja, a violência a qual o texto faz menção é o feminicídio, visto que o título afirma a possibilidade de “salvar a vida”. O texto refere-se ao momento da pandemia de

Corona-vírus que estamos enfrentando, na qual os números de feminicídio aumentaram, especialmente pelo confinamento das mulheres com seus agressores (ver capítulo 1).

O interessante é mais uma vez a possibilidade de ação diante dessa realidade, por meio da oração afirmativa que interpela o interlocutor para a ação: “você pode salvar uma vida”, ou seja, não se deve cruzar os braços diante de uma realidade dessas. Outra palavra do texto apresentado que pode ser destacada é o termo “Brasil”, visto que aparece na tabela das palavras semanticamente constituídas do Brasil de Fato. As palavras “Brasil” e “país”, aparecem respectivamente 146 e 78 vezes. Tal dado nos faz pensar que uma das preocupações desse portal é enfatizar como tem se configurado a realidade do feminicídio no país, demonstrando uma visão mais ampla do problema, não focando apenas em acontecimentos locais isolados, mas demonstrando como o crime tem acontecido de forma sistêmica no Brasil, tal como demonstram os trechos de texto acima exposto. Além de trazer um dado concreto da quantidade de mulheres assassinadas no país anualmente, o texto afirma que “A violência contra a **mulher** sempre foi uma pandemia no Brasil”, enfatizando que essa realidade é algo que acontece há tempos no país de forma sistemática.

No trecho, a mulher é colocada como personagem central, aquela que é vitimada pelo feminicídio em números crescentes. A subjetividade do autor do texto e o julgamento que ele faz da situação ficam evidentes em dois momentos: na adjetivação dos homens que agridem as mulheres como “violentos” e nas seguintes afirmações, nas quais o pronome demonstrativo “isso” refere-se ao feminicídio: “Isso é muita coisa. Isso é uma pandemia fora de controle”. Mais uma vez o aspecto reflexivo perante a realidade do feminicídio é ressaltado, com as expressões adjetivas “muita coisa” e “fora de controle” trazendo um sentido de urgência para o tema. O teor crítico e a expressão da opinião no texto são condizentes com o formato do texto, que figura como um dos artigos de opinião do sub *corpus* Brasil de Fato.

(8) **Mães com idades entre 21 e 40 anos são as principais vítimas de feminicídio no RJ.**

Levantamento da Defensoria Pública aponta que ex e atuais companheiros são os principais responsáveis pelos crimes

[...] A pesquisa, que foi realizada a partir da análise de processos judiciais envolvendo casos de **feminicídio**, constata que a maioria das vítimas já havia relatado episódios anteriores de violência doméstica. No entanto, as vítimas deixam de fazer o registro formal da ocorrência “em razão de medo ou coação praticada pelo réu”, como explica a coordenadora de Defesa dos Direitos da **Mulher** da Defensoria, Flavia Nascimento. [...] “O objetivo primordial dessa pesquisa é compreender as circunstâncias que envolvem a prática do feminicídio, especialmente no que se refere à realidade da **mulher** vítima desse tipo de violência”, acrescenta a defensora pública (*Brasil de Fato*).

O interessante deste trecho é que, para além de citar os atores “homem” e “mulher” e comentar aspectos dos “casos de feminicídio”, ele possibilita uma caracterização maior dessa realidade. Apesar de não haver o termo “homem” ou “homens” nesse excerto, a expressão “ex e atuais companheiros” torna claro a presença desse personagem, sendo utilizada como sinônimo de “homens”. Assim, esses homens agressores são caracterizados como sendo principalmente parceiros ou ex-parceiros. O fato do parceiro ou ex-parceiro amoroso serem principais responsáveis pelo crime está em consonância com os estudos sociológicos apresentados no capítulo 1 desta pesquisa, os quais revelam a sociedade patriarcal no qual os homens sentem-se na posse das mulheres, não aceitando conflitos ou términos, o que culmina no crime de feminicídio.

Já o termo “mulher” aparece no cargo de “coordenadora de Defesa dos Direitos da **Mulher** da Defensoria”, o que demonstra mais uma vez a preocupação em trazer a voz de uma mulher especializada no combate a esse tipo de crime para o conteúdo, e aparece novamente na expressão “realidade da mulher”, o que interdiscursivamente, remete às condições sociais, econômicas e psicológicas que levam uma mulher a se colocar numa situação de violência. A palavra “mães” que encontra-se logo no início do título também corresponde à uma caracterização de quem são essas mulheres vítimas de feminicídio. O aspecto relevante deste conteúdo é que a notícia apresentada não traz uma pesquisa que apenas demonstra números sobre o feminicídio, mas sim aprofunda em quem são os envolvidos nesse crime: mulheres, mães, jovens, que não denunciam a violência doméstica por medo, e homens que são parceiros ou ex-parceiros. As mulheres são mais uma vez o foco da notícia, visto que a intenção é ilustrar os dados da pesquisa que esclarecem as principais vítimas de feminicídio no Rio de Janeiro, o que pode facilitar o combate a esse crime.

(9) **Homem é preso por tentativa de feminicídio em Araguaína**

De acordo com a polícia, suspeito também responde por furtos qualificados e homicídio em outro estado. Ele era considerado foragido.

Um **homem** de 44 anos foi preso pela Polícia Civil em Araguaína, no norte do Tocantins, nesta quarta-feira (10) por tentativa de **feminicídio**. Além de tentar matar a companheira com golpes de faca, o suspeito também era procurado por furto qualificado e homicídio que teria praticado no Maranhão. [...] A prisão foi feita pela Delegacia Especializada de Atendimento da **Mulher** (DEAM) de Araguaína, na Vila Norte. De acordo com a polícia, o suspeito tentou matar a **mulher** no dia 26 de outubro de 2019, quando deu vários golpes de faca na vítima (G1).

O que percebemos logo no princípio dessa matéria é que o personagem principal da mesma, que ganha ênfase e destaque, é o “homem”, ou seja, o criminoso que cometeu o crime. A palavra “tentativa” atenua a gravidade do seu feito, visto que a mulher não chegou a ser assassinada. A construção do título pode nos fazer refletir sobre quais informações o G1 considera que devem ser destacadas: o fato de que “foi uma tentativa” e o local do acontecimento. O fato de o homem já responder por homicídio e furto, conforme é apresentado no sub-título, por exemplo, não é enfatizado.

Na construção, o termo “mulher” aparece duas vezes: no nome da delegacia especializada que realizou a prisão, o que demonstra a ação de órgãos de combate a esse tipo específico de crime, e citando a mulher que foi vitimada pela violência.

Nesse excerto, a mulher não é enfatizada, figurando apenas como objeto direto de uma oração na qual o homem (classificado aqui como “suspeito”) é o sujeito: “De acordo com a polícia, o suspeito tentou matar a **mulher** no dia 26 de outubro de 2019, quando deu vários golpes de faca na vítima.” Nessa mesma frase, outro termo que vale ser destacado é “polícia”, que por meio de discurso indireto é o ator que faz essa afirmação.

Retomando a tabela das palavras semanticamente constituídas que mais aparecem no *subcorpus* G1, percebemos que o termo “polícia” figura em primeiro lugar, aparecendo 266 vezes, enquanto no *subcorpus* Brasil de Fato o termo não aparece entre as dez palavras semanticamente constituídas que mais ocorrem. Observando esse dado, os textos e alguns trechos selecionados, podemos interpretar que nos textos do G1 a polícia se faz um ator de destaque, enquanto no Brasil de Fato a polícia não possui a mesma importância, já que não aparece entre as dez palavras semanticamente constituídas mais utilizadas.

A polícia é o órgão público que executa as ações ligadas ao crime de feminicídio e também aquela que assume a voz em relação aos fatos de muitas das notícias do *subcorpus*, tal como o exemplo acima em “de acordo com a polícia”. Assim, vemos as notícias serem majoritariamente ligados à um discurso policial e criminal, e também à um discurso punitivista, ou seja, no âmbito da ação policial coercitiva contra aqueles que cometem crimes, discorrendo sobre as ações e consequências ligadas à esfera criminal.

(10) Suspeito de tentativa de feminicídio é preso no bairro Minascaixa, em Belo Horizonte

A mulher foi atingida com facão na cabeça, nariz e mão direita. O suspeito que já tinha passagem por tráfico, roubo e posse ilegal de arma foi preso em flagrante

A Polícia Militar prendeu, na noite desta quinta-feira (4), Mateus Henrique, de 24 anos, suspeito de tentar matar a esposa, Pamela de Barros, de 27 anos, no bairro Minas Caixa, Região de Venda Nova, em Belo Horizonte. [...] A **mulher** contou que tinha união estável com o suspeito há 6 anos e tem dois filhos com ele. Disse que tinha terminado o relacionamento e que nesta quinta-feira Mateus a chamou para ir na casa de um amigo. Quando estavam passando por um campo de futebol o suspeito a agrediu com um facão (G1).

Mais uma vez, o homem foi destacado como sendo o foco do conteúdo da notícia, figurando logo no início do título sob a alcunha de “suspeito”. Na realidade, o texto destacado não utiliza o termo “homem” em momento algum, usando ou o nome próprio do agressor ou senão o termo “suspeito” para adjetivá-lo. Esse termo é utilizado para nomear os homens que cometeram feminicídios ou tentativas de feminicídio na maior parte do *subcorpus* G1, aparecendo, inclusive, na tabela de palavras mais utilizadas no portal G1, com 186 aparições. Assim como “polícia”, o termo “suspeito” também faz parte do léxico de um discurso policial, voltado para uma esfera jurídica e criminal.

O termo “suspeito”, em notícias nas quais a mulher relatou a agressão ou até mesmo tiveram testemunhas do acontecimento é muito comum. Essa denominação dos homens que cometeram crimes de violência contra a mulher ou feminicídio como “suspeitos” se faz correta de um ponto de vista jurídico, mesmo que pela narrativa do acontecimento todas as evidências apontem para o homem como criminoso de fato. Do ponto de vista jurídico, só é considerado culpado/criminoso aquele que é condenado na sentença criminal. Até que se prove o contrário, todos são inocentes, de acordo com a legislação. Assim, mesmo que o homem em questão, de acordo com a notícia, tenha passagem por tráfico, roubo e posse ilegal de arma e tenha sido preso em flagrante, ele ainda é considerado suspeito perante o crime cometido contra a mulher.

Para além da esfera jurídica e criminal, se levarmos em conta o ponto de vista social da questão, podemos pensar no efeito discursivo de se estar sempre enfatizando o homem que comete o crime de feminicídio ou uma tentativa de feminicídio como “suspeito”. Numa sociedade na qual a mulher é majoritariamente descredibilizada pelas posições sociais a ela destinada, ressaltar seu agressor ou assassino sempre como “suspeito”, pode minimizar os efeitos das violências cometidas por esses homens. Por mais que seja o termo juridicamente adequado, a impressão ocasionada pelo termo descredibiliza o sofrimento feminino perante essas agressões e reforça o padrão social existente de questionar a veracidade das acusações da vítima.

A relação entre o “homem” e a “mulher” envolvidos nesse crime de acordo com o exposto pelo excerto também pode ser observada, por trazer características que conversam

diretamente com alguns dos aspectos sociais sobre a realidade da mulher no Brasil que já foram discutidos no capítulo 1 deste trabalho. Segundo a notícia, a vítima possuía união estável com seu agressor, tendo inclusive filhos com o mesmo, e o relacionamento dos dois havia acabado. Fazendo uma ligação interdiscursiva entre esse caso e os estudos sociológicos sobre a situação da mulher na sociedade, podemos nos lembrar que o patriarcado, sistema no qual os sujeitos que se diferem de um adulto do sexo masculino dentro do seio da família são subordinados às ordens da figura paterna (SILVA, 2015), representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência (SAFFIOTI, 2004).

Assim, mesmo não tendo acesso por meio da notícia a todos os detalhes sobre a relação entre os dois, uma possível interpretação é que a não aceitação do término, partindo do entendimento de que estamos inseridos numa sociedade patriarcal, pode ter sido uma motivação para a agressão, visto que essas estruturas discursivas permeiam toda a vida em sociedade e estão por trás da mentalidade que motivam esse tipo de crime. Afinal de contas, como bem pontua Saffioti (2004), numa sociedade patriarcal com relações desiguais de gênero, é no momento da vivência da impotência diante de suas vontades que os homens costumam praticar atos violentos.

Para concluir essa etapa da análise, podemos afirmar que observar não somente os sentidos atrelados a palavra-chave feminicídio, mas também a utilização das outras palavras de valor semântico que mais aparecem nos *subcorpus*, nos ajuda a entender a potência coesiva das palavras e como a utilização das mesmas também possibilita a construção de sentidos. As palavras, seus sentidos e as maneiras como são utilizadas nos textos, ajudam a delinear a quais discursos o feminicídio está ligado.

Assim, podemos observar, por exemplo, que a palavra semanticamente constituída que mais aparece no Brasil de Fato é “mulheres”, e o substantivo comum no plural nos ajuda a entender que os textos deste portal falam de maneira mais abrangente das mulheres enquanto classe que está sendo vitimada pelo feminicídio. Já no G1, o termo “mulher”, aparece antes de “mulheres” na tabela, confirmando mais uma vez as nossas percepções analíticas de que os conteúdos são voltados para casos individuais de feminicídio, narrando as situações de crime na qual uma “mulher” específica é vitimada, o que ajuda a construir um efeito de sentido do feminicídio como acontecimentos isolados, visto que retrata os casos separadamente e não foca em abranger principalmente como um problema de grandes proporções que atinge as mulheres enquanto classe no país. O fato da tabela do G1 apresentar a palavra “caso” e “vítima”, enquanto a tabela do Brasil de Fato apresenta o termo “casos” e “vítimas”, confirma essa percepção.

O fato de o termo “polícia” aparecer em primeiro lugar na tabela do G1, reafirma mais uma vez o enfoque em ressaltar casos policiais e, principalmente, dar à polícia a voz para narrar os acontecimentos sobre o fato. Assim, no *subcorpus* G1, pensando sobre as ordens do discurso articuladas, observamos o predomínio de um discurso policial, punitivista, voltado a um espectro jurídico e criminal. Outros termos que mais aparecem nos ajudam a confirmar essas percepções são palavras como: “crime”, “suspeito”, “vítima”, e “caso”, que estão na tabela de palavras do G1.

Já no portal Brasil de Fato, para além das palavras que são similares às que mais aparecem no G1 (“mulher”, “mulheres”, “feminicídio”), as palavras diferenciadas também nos ajudam a entender os diferentes vieses pelo qual o assunto é tratado: “Brasil”, “país”, “estado” e “lei”, demonstram que o portal enfoca em caracterizar o feminicídio como um problema em âmbito regional e nacional, que precisa ser discutido e trabalhado por meio de legislações específicas para o seu combate. Assim, os sentidos levantados apontam para um discurso com teor mais crítico sobre o feminicídio, o caracterizando como um problema social do país e não apenas como incidentes criminais isolados.

4.2.2.5 Análise a partir de colocados mais frequentes

Nesta seção vamos trazer uma tabela que apresenta os colocados à esquerda da palavra-chave feminicídio que mais aparecem nos dois *subcorpus*, para, a partir dos mesmos, realizar uma análise sobre alguns aspectos que mais se destacam. Entre parênteses, antes do colocado, destacamos o número de vezes que o mesmo aparece.

TABELA 7 – Colocados em G1 e Brasil de Fato

Colocados G1	Colocados Brasil de Fato
(30) por tentativa de feminicídio	(7) foram vítimas de feminicídio
(12) de casos de feminicídio	(5) a lei do feminicídio
(10) de tentativa de feminicídio	(5) de combate ao feminicídio

Fonte: Elaborada pela autora.

Apenas a observação dos colocados com a palavra-chave feminicídio já tornam possível uma certa compreensão dos sentidos discursivos ligados ao termo. No entanto, para analisar, vamos expandir do colocado para a linha de concordância, começando por trechos do G1:

(11) Homem é preso **por tentativa de feminicídio** em Oriximiná; 'Era só uma brincadeira', diz suspeito (G1).

(12)O Maranhão tem registrado aumento no número **de casos de feminicídio** nos cinco primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período de 2019. Os dados são da Secretaria de Segurança Pública (SSP) (G1).

(13)Homem suspeito **de tentativa de feminicídio** é preso no Piauí: 'tinha um dossiê da vítima em casa' (G1).

No excerto 12, podemos observar um trecho de uma das notícias do *subcorpus* G1 que possuem o intuito de apresentar dados sobre pesquisas que apontam o crescimento dos feminicídios. Conforme já havia sido discutido na seção anterior, esse tipo de notícia ocorre várias vezes no portal G1, especialmente relatando o aumento em regiões específicas do país. A crítica apontada a esse conteúdo é o seu caráter meramente estatístico, apontando o crescimento dos crimes sem discutir motivações ou soluções para essa realidade.

Já nos excertos 11 e 13, queremos destacar o uso da palavra “tentativa” dos colocados em questão. Ambas as notícias falam sobre atentados contra a vida de mulheres que não foram concretizados, o que nos faz perceber que esse tipo de crime é muito comum e é noticiado muitas vezes no *subcorpus*. Interessa-nos observar o que está oculto por trás da palavra “tentativa”. O primeiro efeito de sentido proporcionado pela palavra, o qual já discutimos anteriormente, é o fato de ela amenizar a gravidade do crime, visto que foi “só uma tentativa”, não resultando na morte da mulher.

Para além dessa amenização, é interessante pensarmos o que oculta o termo “tentativa”, visto que essa tentativa é na verdade uma forma de violência de gênero, mais especificamente, de violência doméstica, que é algo criminoso. Segundo propõe Saffioti (2004, p. 79) “a violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo.” Assim, subjugada a uma posição de menos poder e aceitando suas condições de gênero, muitas das vezes as mulheres acreditam que só tem como opção ceder e consentir a essa violência, até que a agressividade se torne uma “tentativa” ou até mesmo um feminicídio concretizado. As inúmeras notícias que apresentam essas tentativas revelam como o discurso machista, no qual o homem acredita possuir superioridade e domínio sobre as mulheres ainda reverbera na sociedade, resulta em práticas sociais que atentam contra a vida das mulheres.

Retratar de maneira genérica e objetiva essas “tentativas” por meio do formato noticioso não nos parece uma maneira efetiva de contribuir para uma mudança social sobre a

realidade do feminicídio no Brasil. Como bem pontua Hooks (2018), mesmo a violência doméstica sendo representada em abundância nas mídias massivas, o público raramente conecta o fim da violência masculina ao fim da dominação masculina e à erradicação do patriarcado. Assim, a impressão que fica é a de que existe um efeito, o feminicídio, sem a causa, que seriam as inúmeras circunstâncias sociais e discursos que corroboram com esse tipo de comportamento masculino.

Por outro lado, podemos observar também alguns excertos que contém os colocados que mais aparecem no portal Brasil de Fato:

(14) De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, em 2017, 1.151 mulheres **foram vítimas de feminicídio** em todo o Brasil. Em 2018, o número passou para 1.206. (*Brasil de Fato*)

(15) É a primeira, segunda, terceira violência, e quando ela decide fazer a denúncia, e tem que voltar para esse lugar, ela possivelmente será morta. As pessoas dizem, denuncie, vem a campanha de conscientização, denuncie, não fique calada, ela vai lá, denuncia e morre. Por que? Porque o Estado não está cumprindo a Lei Maria da Penha, não está cumprindo **a Lei do Feminicídio** (Lei n. 13.104/2015), o Estado não cumpre a Constituição. Não temos recursos investidos em políticas públicas para mulheres como deveria, não temos a criação nem formação das redes atendimentos, conforme diz a Lei Maria da Penha. E nós temos ainda subnotificação dos feminicídios, ao contrário do que diz **a lei do feminicídio**, que obriga ter uma notificação específica para que se possa também entender esse crime e estudá-los nas áreas de segurança pública. (*Brasil de Fato*)

(16) Artigo | 23 de agosto: Dia Estadual **de Combate ao Feminicídio**

Nenhuma a menos! Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! (*Brasil de Fato*)

Começando nossa análise pelo excerto 14, temos um dado de um documento oficial que demonstra o crescimento dos casos de feminicídio no país de um ano para o próximo. Apesar do trecho ser similar ao excerto 12 do portal G1 que fala sobre o aumento do feminicídio no Maranhão, os textos são bem diferentes. O texto do G1 enfoca apenas em relatar o aumento dos casos no Maranhão, enquanto a notícia da qual esse excerto foi extraído no Brasil de Fato tem o seguinte título e subtítulo (em itálico): “O caso Magó e o aumento dos números de feminicídio a cada ano. *A tipificação “feminicídio” é recente no Brasil. Por muito tempo, leis consideraram a mulher um objeto de posse do homem”*.

Assim, a notícia se utiliza de um caso emblemático de feminicídio, o assassinato da bailarina Magó que gerou uma série de atos feministas pelo país no ano de 2020, para discutir aspectos centrais sobre o crescimento dos feminicídios no Brasil. Como podemos constatar logo no subtítulo da matéria, o trecho “Por muito tempo, leis consideraram a mulher um objeto de posse do homem”, demonstra que esse aspecto machista e patriarcal de considerar a mulher posse do homem foi sustentado por legislações do país por um longo período. Tratar esses aspectos na notícia é uma forma de aprofundar no debate sobre o assunto, apresentando argumentos que ajudam a estabelecer uma ligação entre a realidade do feminicídio no Brasil e o discurso machista/patriarcal que a sustenta, introjetado até mesmo em instâncias do poder público, como o sistema judiciário.

Já o excerto 15, que traz o colocado “a lei do feminicídio”, demonstra um trecho da entrevista com a coordenadora da Força-Tarefa Interinstitucional de Combate aos Feminicídios, advogada feminista e especialista em Direitos Humanos, Ariane Leitão. Observamos aqui um discurso argumentativo que demonstra vários porquês relacionados aos índices de feminicídio. A entrevistada começa falando sobre as sucessivas violências que a mulher sofre antes de denunciar e que a partir da denúncia possivelmente será morta, comprovando mais uma vez o argumento de Safiotti (2004) de que, antes de ser assassinada a mulher é vítima constante da violência doméstica e encontra-se num ciclo do qual possui dificuldade de sair.

Em seguida, Ariane elenca causas para a violência e o feminicídio: o não cumprimento das leis específicas para a defesa das mulheres e a falta de recursos investidos em políticas públicas, carência de redes de atendimento e subnotificação dos feminicídios. Aqui é evocada a esfera política, tanto o poder legislativo ao serem citadas as leis que deveriam proteger as mulheres, quanto o poder executivo, ao serem mencionadas a falta de recursos para ações efetivas que poderiam transformar a realidade do feminicídio. É evocado também um discurso sociológico e social no início da fala da especialista, quando ela cita como ocorre o ciclo da violência, com inúmeras violências até que se concretize uma denúncia, que acaba por se tornar o risco de ser assassinada. Mais uma vez, observamos o aprofundamento do debate e a interconexão entre áreas diversas no intuito de explicar a lógica perniciosa do feminicídio no Brasil.

Por fim, o excerto 16 foi extraído de um artigo de opinião que tem como motivação para a sua escrita a comemoração do dia Estadual de Combate ao Feminicídio. O item lexical “combate” deste colocado evoca mais uma vez o discurso da luta, do campo de batalha, da militância, enfatizando a gravidade do problema do feminicídio e qual deve ser a ação perante

o mesmo. A frase do subtítulo “Nenhuma a menos!”, pode ser compreendida como uma espécie de grito de guerra que reforça o anseio de dar um basta nessa realidade, a partir do momento que proclama que “nenhuma” mulher a mais deve ser subtraída dessa existência vítima de um feminicídio. Ao se incluir no “nós”, afirmando que “seguiremos em marcha”, a autora cria o efeito de proximidade com a causa, demonstrando o seu engajamento pessoal com o assunto, atribuindo uma marca de subjetividade ao texto que gera um efeito de sentido de proximidade e emotividade no leitor.

Para concluir, o que percebemos principalmente a partir da observação dos colocados de maior ocorrência e os seus entornos, é a confirmação das análises já elaboradas anteriormente, que partiram da observação das palavras semanticamente constituídas que mais aparecem nos dois *subcorpus*. Os colocados “por tentativa de feminicídio” “de casos de feminicídio” e “de tentativas de feminicídio” e seus entornos observados reafirmam o teor factual dos textos do G1, a abordagem de relatar os crimes e os números ligados ao crime, a ligação com as ordens dos discursos policial e criminal e uma ausência de aprofundamento no assunto, tratando a temática de forma objetiva.

Já os colocados principais do Brasil do Fato, sendo eles “foram vítimas de feminicídio”, “a lei do feminicídio” e “de combate ao feminicídio” e seus entornos, demonstram uma visão mais abrangente sobre a questão buscando compreendê-la em âmbito nacional, a ligação com uma ordem discursiva da militância reforçando a necessidade de se lutar e promover resistência contra esse tipo de crime, trazendo também um discurso de âmbito legislativo, por meio da ênfase nas leis em defesa das mulheres e como elas estão sendo - ou não - empregadas no país, acionando assim a responsabilidade do poder público no que tange a questão do feminicídio.

4.2.3 Mulheres negras e trans: a inclusão de aspectos interseccionais nos discursos sobre o feminicídio no portal Brasil de Fato

Para encerrar nossa análise, queremos destacar alguns aspectos sobre o feminicídio que, apesar de não terem aparecido nas tabelas anteriores, são relevantes para discutir o tema no Brasil. No capítulo 1 deste trabalho, no qual buscamos caracterizar a realidade da mulher no nosso país e na sociedade de maneira geral, discutimos o conceito de interseccionalidade, que fala sobre as maneiras como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam diferentes formas de discriminação para grupos de mulheres diversos (KRENSHAW, 2002).

As pesquisas apresentadas também no capítulo 1, demonstraram que as mulheres negras são estatisticamente mais vitimizadas pelo feminicídio do que as brancas. Segundo dados do Atlas da Violência 2020⁴⁰, as mulheres negras representam 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não-negras. Assim, por fatores sociais, econômicos e históricos do nosso país (ver capítulo 1) as mulheres negras se tornaram o alvo central das mais diversas formas de violência.

Pensando na relevância desse fator racial ao se tratar do feminicídio no Brasil, buscamos as palavras “negra” e “negras” nos dois *subcorpus* para averiguar a existência de alguma discussão ligada à questão racial. No *subcorpus* G1, nenhum resultado foi encontrado, demonstrando a ausência dessa discussão. Já no *subcorpus* do Brasil de Fato, encontramos 21 ocorrências, sendo 3 da palavra “negra” e 18 da palavra “negras”. A seguir vamos expor alguns desses trechos para análise:

(17)Para o dirigente nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), Marcelo Dias, a lei vai reforçar cientificamente algo que se tornou evidente aos olhos da população, o fato de que morrem mais jovens negros e **negras** no estado e no Brasil. “É importante porque vai confirmar tudo o que temos denunciado, o extermínio e o genocídio da juventude **negra**. Essa lei contribui com as bandeiras e denúncias do movimento negro”, apontou Dias (Brasil de Fato).

O trecho 17 faz parte de uma notícia intitulada “Governo do Rio terá que divulgar dados sobre homicídio e feminicídio de jovens”, que fala sobre uma lei sancionada pelo governador que passa a determinar a divulgação pública anual de dados específicos sobre a juventude no estado. Vemos mais uma vez um discurso ligado ao poder legislativo ganhar destaque pelo portal, ressaltando agora a importância da lei, que determina o registro dos casos de violência, permitindo então um diagnóstico efetivo que possa resultar em ações. O discurso da militância mais uma vez se faz presente, pela inserção da fala do dirigente nacional do Movimento Negro Unificado, que reforça quem são as vítimas fatais da violência no país: jovens negros e negras.

⁴⁰INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da Violência 2020 - Principais Resultados. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>. Acesso em: 13 dez. 2020.

A outra utilização da palavra “negra” refere-se à juventude como um todo, o que inclui as mulheres negras mais jovens. Algumas escolhas lexicais do dirigente reforçam o discurso da luta e da militância como: denunciado, bandeiras, denúncias do movimento negro. Apesar de nesse trecho específico ser levantada a violência de maneira geral, o corpo da matéria também fala especificamente sobre o feminicídio, ao trazer uma fala do procurador da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Rodrigo Mondego, afirmando que o levantamento desses dados permitirão um avanço qualitativo nas políticas de combate ao feminicídio. Assim, a matéria destaca os jovens negros como maiores vítimas da violência de maneira geral, e as jovens negras como potenciais vítimas de feminicídio.

(18) Segundo ela, a autonomia financeira das mulheres ainda é muito restrita no Brasil, principalmente entre as **mulheres negras**, o que as coloca em um patamar de vulnerabilidade ainda maior. "Não à toa os dados mais recentes no Brasil demonstram que o índice de violência contra mulheres brancas diminuiu, enquanto o índice de violência de **mulheres negras** aumentou. A crise política e econômica que o Brasil vive atingiu (e ainda atinge) primeiro as mulheres. Elas seguem perdendo empregos, entrando no trabalho informal. Com isso, as mulheres vão cada vez perdendo mais sua autonomia e por isso acabam se mantendo em relações abusivas, que podem resultar no feminicídio", explica Clarissa. (*Brasil de Fato*)

O trecho 18 foi retirado da notícia intitulada “Feminicídio: uma inaceitável epidemia brasileira”, que parte do caso do espancamento da paisagista Elaine Caparróz, de 55 anos, para discutir aspectos da violência contra a mulher e o feminicídio no Brasil. O pronome “ela” no início do excerto refere-se a advogada criminalista Clarissa Nunes, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), o que demonstra mais uma vez o empenho do portal Brasil de Fato em recorrer a especialistas que possam aprofundar o debate do tema.

A advogada expõe um argumento que explica um dos motivos das mulheres ficarem tão expostas a situações de violência: a falta de autonomia financeira. Destaca ainda que essa vulnerabilidade financeira e consequentemente as situações de violência, atingem majoritariamente as mulheres negras, o que liga o conteúdo do texto às pesquisas apresentadas no capítulo 1 do nosso trabalho sobre a situação da mulher negra no país. O texto apresenta uma caracterização maior do feminicídio como sendo um fenômeno que atinge principalmente as mulheres negras.

Percebemos também diferentes campos discursivos serem articulados na fala da advogada, um discurso que trata sobre situação econômica ao se falar em “autonomia financeira” e “crise econômica”, um discurso político ao se falar em “crise política”, e também um discurso sociológico, ao se levantar as diferentes formas que a violência atinge mulheres negras e brancas. O trecho evoca também aspectos interseccionais dos crimes de violência contra a mulher no país, ao destacar que as mulheres negras e de classe baixa (ou seja, em vulnerabilidade financeira) são mais vitimadas por esses crimes.

Observamos o feminicídio ser interligado a questões macroestruturais da sociedade, como um fenômeno diretamente relacionado ao contexto das crises políticas e econômicas. Mais uma vez são estabelecidas relações de causa e efeito: as crises políticas e econômicas prejudicam os empregos femininos, o que pode tornar as mulheres mais dependentes de parceiros agressores, o que eventualmente pode culminar num feminicídio. Apresentar causas e consequências da questão, além de trazer as macro estruturas sociais que influem no fenômeno do feminicídio, gera um efeito de sentido de uma compreensão aprofundada sobre a questão, facilitando possíveis ações de combate.

Um outro termo ligado ao feminicídio que também versa sobre questões interseccionais por englobar outras possibilidades de gênero é o termo “transfeminicídio”, que refere-se ao assassinato de mulheres trans. O termo não apareceu nenhuma vez no portal G1, mas é o tema de uma notícia do portal Brasil de Fato. Nesta notícia, o termo “transfeminicídio” aparece 3 vezes no plural e 1 vez no singular. Abaixo vamos trazer 2 excertos do texto para discussão:

(19) Um levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) apontou que o Brasil é o país que mais mata por transfobia no mundo. Dos casos de **transfeminicídios** registrados em 74 países, cerca de 40% ocorreram no Brasil. Além do elevado número de mortes, o assassinato de transexuais chama atenção ainda em razão da brutalidade de suas circunstâncias. Foi assim que o caso de Quelly Silva, mulher transexual que residia em Campinas (SP), chamou atenção da mídia. O assassino confesso, chamando-a de demônio, arrancou seu coração.

Os trechos que discutem o transfeminicídio foram retirados da matéria intitulada “40% dos casos de transfeminicídios no mundo acontecem no Brasil”. O primeiro excerto afirma que o Brasil é o país que mais mata por transfobia no mundo, o que se configura numa expressão metafórica para demonstrar que o maior número de assassinatos de pessoas trans do

planeta ocorre em terras brasileiras. O termo transfobia versa sobre o preconceito e discriminação contra pessoas transgêneros. As pessoas transgêneros são indivíduos que se identificam com um gênero diferente do seu sexo biológico. Sabemos que esse entendimento que diferencia sexo como sendo biológico e gênero como social é questionado na atualidade por algumas correntes teóricas (como a proposta de Butler, exposta brevemente no capítulo 1 dessa pesquisa), mas, essa definição é a que circula mais comumente na sociedade, sendo então funcional para a nossa discussão. A escolha por performar (BUTLER, 2003) outro gênero que não seja aquele correspondente ao biológico gera exclusão e preconceito perante a sociedade que não aceita pessoas que não se enquadram nos estereótipos do que seria masculino ou feminino.

Ao ilustrar a notícia sobre a porcentagem de transfeminicídios no Brasil com a história do assassinato da Quelly, gera-se um efeito de sentido de maior proximidade com a questão, visto que a personaliza, tirando-a da dimensão dos dados estatísticos e trazendo-a para uma realidade mais palpável. Ao adjetivar o crime como “brutalidade”, a autora da matéria (no caso, a advogada criminalista Clarissa Nunes), demonstra mais uma vez um aspecto de subjetividade e o julgamento negativo perante a realidade do transfeminicídio.

A última frase do trecho, que traz a maneira como a mulher foi assassinada, merece ser observada: “O assassino confesso, chamando-a de demônio, arrancou seu coração”. Adjetivar o assassino como “confesso” gera um efeito de sentido de que esse homem deve ter orgulho de seu feito, visto que ao invés de se esquivar da culpa, procurou assumi-la. Essa percepção é confirmada logo em seguida, quando a autora da matéria expõe que no ato do assassinato, o criminoso chamou a mulher de “demônio”. A palavra “demônio” remete a um discurso religioso cristão, que tem no demônio a figura de todo o mal. Assim, a mulher trans é associada a esse mal, e, por isso, merece ser assassinada de maneira cruel.

De forma interdiscursiva, o discurso da violência patriarcal une-se ao preconceito contra a diversidade sexual do espectro religioso cristão para servir de argumento ao cometimento de um crime. De maneira geral, as religiões cristãs não aceitam a diversidade de gênero e opções sexuais que sejam diferentes da lógica heteronormativa, pois, segundo as mesmas, quaisquer exercícios da sexualidade que não sigam um padrão heterossexual são considerados pecados. Dessa maneira vemos um imbricamento das faces opressoras e preconceituosas de dois campos discursivos: o religioso e o das relações de gênero. Assim podemos constatar a atuação de discursos que resultam em práticas sociais cruéis para grupos excluídos da sociedade. Para completar a análise, observamos o trecho seguinte da notícia:

(20) Nos registros de ocorrência dos crimes, os nomes que as vítimas rejeitaram a vida toda estampam cruelmente a negação de suas identidades trans seja pela Polícia, seja pela mídia. São casos de ódio expresso em métodos ritualísticos e que o Estado – e a sociedade – insistem em categorizar como simples homicídios, agarrados a uma interpretação transfóbica e binária sobre o que é ser mulher a fim de permitir e compactuar com a sistemática eliminação da população trans no Brasil, motivada pela repulsa e pelo ódio. Lutar pelo reconhecimento do **transfeminicídio** para casos de assassinatos de mulheres e homens trans é avançar na pauta contra a transfobia.

No segundo excerto, a autora da notícia, a advogada Clarissa Nunes, imprime a marca da subjetividade logo na primeira frase por meio de uma expressão adjetiva. Ela usa o advérbio “cruelmente” para classificar a ação da Polícia e da mídia de usar os nomes rejeitados pelas vítimas do transfeminicídio, o que simboliza mais uma forma de violência contra essas vítimas. A autora evoca também conceitos próprios do discurso sociológico de discussão das questões de gênero como “interpretação transfóbica e binária”, “transfeminicídio”, “transfobia”, demonstrando engajamento com essas discussões sociais voltadas para a problemática do gênero. O discurso da militância também é evocado por meio de expressões como “lutar pelo reconhecimento”, e “avançar na pauta contra a transfobia”. Ao falar em “métodos ritualísticos”, mais uma vez temos a presença de um discurso religioso, visto que o ritual é algo inerente às práticas religiosas.

As marcas de subjetividade que imprimem a opinião da autora sobre a questão do transfeminicídio no país, em conjunto com os dizeres que evocam discursos socialmente engajados nas questões de gênero e no combate a violência, levam a um efeito de sentido de uma percepção crítica sobre o transfeminicídio, demonstrando que há uma tendência clara no conteúdo em se posicionar ao lado das pessoas trans que são vitimadas por esse tipo de crime.

É interessante enfatizar que o Brasil de Fato tenha trazido a discussão do assassinato de pessoas trans para o seu conteúdo noticioso, quando percebemos que a questão é pouco discutida apesar de ser uma realidade gritante no país. Discutindo sobre o transfeminicídio e sobre mulheres trans, Bento (2019) nos lembra que o feminino é aquilo que é desvalorizado socialmente. Portanto, quando este mesmo feminino se manifesta em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que se estrutura na crença de que a identidade de gênero expressa o desejo dos cromossomos e hormônios. A autora decorre sobre o que seria esse transbordamento:

O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifique a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística

corporal mais próxima ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados (BENTO, 2019, p.1).

Assim, a argumentação proposta por Bento (2019) está em conformidade com o que expõe o excerto 20, ao afirmar que sociedade e estado agarram-se a uma interpretação binária dos sexos que compactua com a morte da população trans no País. A questão do transfeminicídio traz uma nova complexidade para os problemas que envolvem o feminicídio e relações entre gêneros na sociedade, levantando questionamentos passíveis de serem discutidos em outros trabalhos de pesquisa. Para o debate aqui apresentado, ressaltamos a presença do tema no *subcorpus* do Brasil de Fato e a maneira como o mesmo foi discutido: sobre um viés crítico, num tom de denúncia, ao qualificar o transfeminicídio como “casos de ódio expresso” e alertar sobre o descaso da sociedade, estado e mídias em relação ao assunto, o que resulta na “sistemática eliminação da população trans no Brasil, motivada pela repulsa e pelo ódio”. Assim sendo, vemos mais uma vez relações de causa e efeito serem estabelecidas no conteúdo do Portal, resultando no aprofundamento do debate de uma questão que tem sido negligenciada.

Para concluir, observamos como a metodologia tridimensional proposta pela ACD e os aspectos linguísticos, discursivos e sociais, se fizeram úteis para traçarmos o percurso investigativo desta pesquisa na análise do fenômeno do feminicídio. Partindo do primeiro patamar analítico proposto por Fairclough (2001), a dimensão textual, tomamos o léxico como categoria ao elegermos o termo “feminicídio” como palavra-chave, e a coesão por colocação, ao observamos os principais colocados que circundam o termo. A coesão também foi um aspecto ressaltado ao nos atentarmos ao uso das palavras semanticamente constituídas que mais aparecem no *corpus*. Ao analisarmos os veículos midiáticos e seus processos de produção, distribuição e consumo, assim como as ordens discursivas às quais o uso da palavra feminicídio, seus colocados e linhas de concordância estavam associados, levantamos aspectos relativos às práticas discursivas, segundo patamar proposto por Fairclough (2001). Discutindo essas ordens discursivas e os aspectos ideológicos e hegemônicos ligados às mesmas, ampliamos a nossa análise para o nível da prática social.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa partiu de uma inquietação a respeito da questão do feminicídio no Brasil, visto que esse crime de violência contra mulher tem se demonstrado uma realidade em crescimento no país. Partindo de um pressuposto discursivo, linguístico e social, acreditou-se que pesquisar essa problemática tomando o termo *feminicídio* como palavra-chave, poderia ser uma maneira produtiva de compreender a quais palavras ela se associa, como acontecem essas associações, a que práticas discursivas e sociais essas construções estão atreladas, e de que forma os discursos derivados dessa rede podem gerar efeitos de sentido na sociedade.

Para investigar o termo, foi compilado um *corpus* de pequena dimensão composto por 50 textos do portal online do jornal Brasil de Fato e 50 textos do portal *online* G1, pensando na relevância da esfera jornalística na construção da opinião pública. Assim, pretendeu-se relacionar essas construções discursivas a estruturas sociais perniciosas que atingem negativamente todas as mulheres como o machismo, o patriarcado e os papéis sociais de gênero.

Intencionamos investigar a existência de um padrão ou não de ocorrência para a palavra-chave *feminicídio*, com quais palavras ela se associa, e também se haveria diferenças e/ou similaridades entre o uso da palavra-chave nos portais G1 e Brasil de Fato. Partindo desses questionamentos, pretendeu-se trabalhar a ideia do feminicídio a partir da padronização desta palavra na mídia dos dois portais jornalísticos e verificar a relação da palavra-chave com questões sociais que dizem respeito à realidade das mulheres no país. Intentou-se também contribuir com os estudos ligados à linha de pesquisa em Discurso e Representação Social do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, assim como com o campo de estudos da Análise Crítica do Discurso, em sua interface com estudos de *corpus* de pequena dimensão.

A escolha dos veículos jornalísticos que integrariam a pesquisa também fez parte de um dos objetivos da nossa investigação, visto que os portais G1 e Brasil de Fato, são relevantes veículos jornalísticos no país que representam, respectivamente, uma mídia hegemônica e uma mídia contra-hegemônica. Assim, ao analisar o uso da palavra-chave *feminicídio*, seus principais colocados e linhas de concordância, procuramos compreender também as similaridades e diferenças no tratamento do tema nos dois veículos. Desta maneira, a investigação de quem são essas mídias e como se posicionam ideologicamente na sociedade integraram o patamar analítico das práticas discursivas, ajudando na compreensão de como os discursos sobre o feminicídio produzido por esses dois veículos são produzidos, distribuídos e

consumidos na sociedade. Como o feminicídio consiste num crime de violência motivado pela questão do gênero, foi também essencial adentrarmos em estudos que discutem o lugar da mulher na sociedade e os conflitos resultantes de uma sociedade patriarcal e machista, que delimita papéis sociais para homens e mulheres, ocasionando desigualdades e opressões.

Partindo deste cenário, os principais objetivos que conduziram essa pesquisa foram I) levantar as relações lexicais estabelecidas com a palavra-chave “feminicídio” em todo o *corpus*; II) demonstrar as relações discursivas estabelecidas com o termo e a quais ordens do discurso às mesmas remetem; III) investigar as possíveis similaridades e/ou divergências nas representações discursivas sobre o feminicídio encontradas nos dois veículos; IV) discutir a quais princípios ideológicos e hegemônicos as representações discursivas encontradas remetem, buscando entender quais sentidos estão sendo majoritariamente circulados socialmente sobre o tema pelos veículos.

Ao realizarmos um levantamento sobre as principais relações lexicais estabelecidas a partir da palavra-chave *feminicídio* nos dois veículos selecionados foi possível a observação de uma determinada tendência a certos colocados, visto que ambos os portais demonstraram a aparição majoritária de colocados específicos, e as possibilidades encontradas no total não foram muito numerosas. Foi constatado também que os colocados mais recorrentes no portal G1 e no portal Brasil de Fato não são semelhantes, e apontam para efeitos de sentido sobre o tratamento do tema feminicídio bastante diversos entre si. Os próprios colocados que mais apareceram em cada um dos *subcorpus* demonstraram diferenças discursivas entre os dois veículos. No entanto, a análise foi estendida às linhas de concordância e trechos onde se encontravam os agrupamentos lexicais para que a análise ficasse mais completa.

Dessa forma, a observação dos principais colocados com a palavra-chave *feminicídio* no portal G1 e dos excertos que os cercavam demonstraram uma ligação com um discurso policial e criminal, focado principalmente no relato dos crimes e suas consequências, apontando para uma falta de aprofundamento no assunto. Foi dado ao tema um tratamento objetivo e factual dos atos criminosos contra as mulheres, se utilizando, por vezes, de uma construção linguística que ameniza e suaviza os acontecimentos criminais, como quando percebemos o constante uso da palavra “tentativa”, para classificar crimes de violência contra a mulher que, apesar de não terem se concretizado num assassinato, não deixam de ser um crime.

Para além dos colocados principais com o termo feminicídio e seus entornos, foi observado que praticamente todo o *subcorpus* do portal G1 é composto por notícias curtas e objetivas que relatam casos de feminicídio, criando um efeito de sentido de que a realidade do

feminicídio é algo que está dado e consolidado no país, cuja a única atenção concedida é a de um relato noticioso. O não aprofundamento na discussão do tema e nos seus aspectos críticos não contribuem para a possibilidade de mudanças discursivas e sociais, o que corrobora com a continuidade das estruturas que submetem, oprimem e violentam mulheres como o machismo e o patriarcado.

Ao observarmos a questão do gênero no portal G1, constatamos também que todos os textos do *corpus* enquadram-se no gênero notícia, gênero focado em registrar um acontecimento pontual de forma breve e objetiva. Compreendendo o gênero como ação (FAIRCLOUGH, 2003) e considerando o efeito de sentido da notícia, mais uma vez foram reforçadas as percepções de que o portal G1 não aprofunda no debate do tema, apenas relatando de maneira acrítica os crimes de feminicídio e seus desdobramentos, em acordo com as características do texto noticioso.

Já os colocados principais do Brasil do Fato e seus entornos, demonstram uma visão mais abrangente sobre a questão do feminicídio, buscando compreendê-la como um problema social grave estruturado a nível nacional. Foi observada a ligação com uma ordem discursiva da militância reforçando a necessidade de se lutar e promover resistência contra esse tipo de crime, trazendo também um discurso de âmbito legislativo, por meio da ênfase nas leis em defesa das mulheres e como elas estão sendo - ou não - empregadas no país, acionando assim a responsabilidade do poder público no que tange a questão do feminicídio.

Para além dos colocados principais com o termo *feminicídio* e seus entornos, o restante do *corpus* apontou em sua maioria conteúdos noticiosos, porém a temática das notícias focava em outros tipos de acontecimento como passeatas, protestos, movimentos em combate ao feminicídio, reforçando o discurso militante e combativo do portal perante a realidade do feminicídio. Percebemos também que os textos do Brasil de Fato levantaram questões interseccionais em seus conteúdos, mostrando a ligação entre feminicídio e fatores como situação econômica, raça e diversidade de gênero, levantando até mesmo a pauta do transfeminicídio. Já o portal G1 não levantou esses aspectos da caracterização do feminicídio no Brasil em momento algum, mesmo com os dados que demonstram os altos índices de assassinato de pessoas trans no país e que as mulheres negras são mais vitimadas pelo feminicídio que as brancas.

Assim, podemos interpretar que os discursos que circundam a palavra-chave nos dois portais, apontam dois possíveis efeitos de sentido diferentes para os leitores: para o G1, o feminicídio corresponde principalmente a algo que acontece com frequência no Brasil e deve ser relatado, enquanto para o Brasil de Fato é algo que precisa ser combatido visto que o foco

do conteúdo noticioso recai sobre ações, atos, intervenções e passeatas voltados para o seu combate. Em outros momentos do *subcorpus* do Brasil de Fato foram constatadas também a articulação da temática do feminicídio com outros campos discursivos como o campo da educação, campo político (citando tanto o poder legislativo como o executivo), campo sociológico. Portanto, constatamos a preocupação do Brasil de Fato em articular a questão do feminicídio a outras estruturas sociais, demonstrando a complexidade do problema e promovendo um aprofundamento temático.

Ao observarmos a questão do gênero no *subcorpus* do portal Brasil de Fato, percebemos que, para além da notícia, o portal também traz outros gêneros, sendo eles entrevista e artigo de opinião. Tais formatos permitem um maior aprofundamento e discussão de aspectos críticos sobre o tema. Se, de acordo com Fairclough (2003), os gêneros são uma maneira de agir sobre o mundo e estruturam os textos de maneiras específicas, esses dois formatos (entrevista e artigo de opinião) levam a efeitos de sentido diferentes da notícia. Parece-nos que “a maneira de agir no mundo” desses textos induzem a reflexões, aprofundamentos e a apresentação da complexidade da questão.

Para além da observação da palavra-chave feminicídio, suas principais colocações e os discursos a ela ligados, a observação das características institucionais dos veículos investigados também revelam questões que envolvem poder e ideologia, que são relevantes para a compreensão sobre como esses veículos produzem sentidos sobre a questão do feminicídio. O portal G1 pertence a um grande conglomerado midiático, aliado ao poderio capitalista e, conseqüentemente, a uma visão hegemônica de mundo. Pela sua grande capacidade econômica, tem uma produção noticiosa sobre o feminicídio incomparavelmente maior que o Brasil de Fato, entretanto, não se aprofunda na discussão, permanecendo numa lógica de retratar o factual sobre os crimes de feminicídio.

Já o Brasil de Fato, funciona numa escala produtiva muito menor, contando inclusive com apoio de colaboradores e voluntários para manter seu funcionamento, visto que configura-se em uma mídia contra-hegemônica, mantida por meio de assinantes, movimentos populares e patrocinadores interessados no veículo. Apesar de possuir um volume muito menor de textos que versam sobre o feminicídio que o G1, o portal Brasil de Fato busca aprofundar-se no tema, trazer a voz de mulheres especialistas para discutirem a questão do feminicídio em seus conteúdos, fazer interconexões entre o feminicídio e condições sociais, econômicas e educacionais do país. Assim sendo, as discussões sobre o feminicídio promovidas pelo Brasil de Fato, de um ponto de vista do discurso enquanto ferramenta de

construção de mudanças sociais, contribuem muito mais para que a sociedade se movimente perante a realidade do feminicídio.

No entanto, sua estrutura também apresenta questões problemáticas. Primeiramente, sabemos que numa sociedade capitalista, um veículo contra-hegemônico que não tem os atores econômicos mais influentes ao seu lado, dificilmente terá o mesmo alcance de um veículo como o G1, por exemplo. Mesmo que a *internet* se configure num local mais democrático, pela facilidade de produção e circulação dos conteúdos, sabemos que aqueles que dispõem de recursos financeiros têm condições de se utilizar de anúncios pagos para possuir maior visibilidade. Em segundo lugar, apesar de alegar possuir uma visão “popular do Brasil e do mundo”, os estudos feitos por Cassol (2010) e a segmentação do público exposta pelo próprio Brasil de Fato em seu *site* demonstram que o público do veículo costuma ser bastante específico: pessoas que já são militantes e socialmente engajadas, ou que possuem graus de escolaridade mais altos. Assim, podemos levantar um questionamento sobre a mídia alternativa no país: será que ao escrever sobre problemas sociais, ao invés de se dirigir para a população de massa no país, ela não acaba direcionando sua produção discursiva para uma elite intelectual, resultando em outras formas de segregação e dificultando o acesso ao discurso?

Fechando os diversos aspectos da discussão, podemos concluir que, os discursos sobre o feminicídio circulados pelo Brasil de Fato, apontam para os campos discursivos da militância, da política, da educação, da discussão de aspectos sociológicos sobre a construção do Brasil. Já o G1, liga a temática do feminicídio principalmente ao discurso policial e criminal, produzindo notícias factuais sobre o tema. De um ponto de vista da mudança social que possa ocasionar uma sociedade mais justa e menos patriarcal e machista para todas as mulheres, o discurso do Brasil de Fato se faz mais contributivo na questão. No entanto, as práticas discursivas e as estruturas sociais por trás desses dois veículos, ocasionam que o alcance social do Brasil de Fato seja muito inferior ao do G1, demonstrando a grande dificuldade de iniciativas colaborativas e contra-hegemônicas midiáticas competirem com grandes conglomerados midiáticos.

Por fim, acreditamos que o desenvolvimento dessa pesquisa conseguiu atingir os seus objetivos primordiais, visto que ao trabalhar a padronização do termo *feminicídio* em um veículo midiático hegemônico e em um veículo contra-hegemônico, nos permitiu constatar como o termo é associado a diferentes campos discursivos nessas duas formas de mídia.

Buscamos partir da linguagem e da textura observando a padronização do nóculo em textos coletados via *Internet* e posteriormente relacionar seu uso à coesão textual. Procurou-se

também analisar os textos em termos de sua produção, distribuição e consumo, a partir do mapeamento das características dos veículos estudados (Brasil de Fato e G1), atentando para o contexto institucional, social e cultural da mídia, incluindo relações de poder e ideologia presentes nos discursos evocados sobre o assunto tratado.

A análise linguística e interdiscursiva foi feita em termos de gêneros discursivos e discursos, envolvendo tanto o nível léxico-gramatical quanto as instâncias dos gêneros discursivos como formas de ação, atentando-nos sobretudo as relações entre texto, cultura e sociedade. Assim, esperamos que a pesquisa possa ser considerada uma contribuição para o campo de pesquisa da Análise Crítica do Discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. R. C. *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*. Lua Nova, São Paulo, n.80, 2010, p.71-96. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000200004&lng=en&nr=iso>. Acesso em: 22 mai. 2020.
- AGUIAR, N. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo.soc. estado*, Brasília, v.15, n.2, 2000, p.303-330.
- ADICHIE, C. N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- AUAD, D. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BARROS, B. F. *Rap, resistência e(m)oralidade: representações de preconceito e subversão no rap de KarolConká*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São João del-Rei, 2019.
- BIROLI, F. *Gênero e Desigualdades. Limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1989.
- BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- BRASIL DE FATO. *Quem somos*. Brasil de Fato, s/d. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- CABRAL, S. R. S.; FUZER, C. *Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado das Letras, 2014.
- CARNEIRO, S. *Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Portal Geledés, 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=CjwKCAiA17P9BRB2EiwAMvwNyONY5qGz9_HcMz7WxgcjVt6MMWi0h1RejrbhY8A63YzavFCvGcImzhoC7igQAvD_BwE. Acesso em: 13 de nov. de 2020.
- CARNEIRO, S. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n. 49, dez. 2003, p.117-133.
- CARNEIRO, S. Identidade Feminina. In: *Cadernos Geledés. Geledés – Instituto da Mulher Negra*: São Paulo, 1993.
- CAETANO, P. H. *A palavra-chave racismo e suas relações lexicais: uma análise crítica dos discursos sobre relações raciais brasileiras em corpus de jornal impresso*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Tese de doutorado).

CAMILO, T. S; CARMO, C. M. *Relações Lexicais e representações sociais de grupos minoritários: um estudo a partir do nódulo ódio em um corpus de textos midiáticos.* (Relatório de Iniciação Científica).

CARMO, C. M. do. *Relações lexicais, interdiscursividade e representação: o sincretismo e a questão racial em corpus de jornais e revistas brasileiras.* Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Tese de doutorado).

CARMO, C. M. *Centro e margem dos discursos sobre sustentabilidade: da ecologia linguística ao ecossistema social.* Uberlândia, Letras & Letras, v.30, 2014, p.431-451.

CARMO, C. M. do. *O lugar da cultura nas teorias de base Linguística Sistêmico Funcional: multimodalidade e produção de sentido na dança-ritual de Oxóssi.* Curitiba: Appris, 2014.

CARMO, C. M. do. *Uma Análise Crítica dos Discursos sobre o sincretismo em mídia impressa: um diálogo com as ciências sociais.* São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

CASSOL, D. B. *BRASIL DE FATO: A imprensa popular alternativa em tempos de crise.* 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede.* A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity.* Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2015.

COLLINS, P. H. Raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In: Reflexões e práticas de transformação feminista.* São Paulo: SOF, 2015.

CRENSHAW, K. (2002). *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero.* Estudos Feministas, ano 10, n.1, 2001, p.171-188.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo, 2016.

DE OLIVEIRA, M.; ROSE MAIO, E. “Você tentou fechar as pernas?” – A cultura machista impregnada nas práticas sociais. *POLÊM!CA*, v. 16, n. 3, ago. 2016, p. 001-018. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). *In: HIRATA, H. (org.). Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009.

DINIZ, K. M.; NOVODVORSKI, A. *Análise crítica do discurso e mídia: a representação de portadores de necessidades especiais em um corpus bilíngue português-espanhol.* Horizonte Científico. Uberlândia: n.1, v.8, jul., 2014, p.1-22.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DOWNING, J. D. H. *Mídia Radical*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FONSECA, L. C. *'Eu quero cesárea!' ou 'Just cut it out!': análise crítica do discurso de relatos de parto normal após cesárea de mulheres brasileiras e estadunidenses à luz da linguística de corpus*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-21052015-112432. Acesso em: 2021-04-04.

FORD, V. T; GIL, G. A internet Radical. In: DOWNING, J. D. H. (Org.). *Mídia Radical*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

G1. *Princípios editoriais do grupo Globo*. G1, s/d. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S. de; SILVA, G. D. M. da; HÖFELMANN, D. A. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Texto para Discussão – TD. Ipea, 2013.

GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, 1983, p. 223-244.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HJARVARD, S. *Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural*. Matrizes, São Paulo, v. 5, n. 3, jan./jun., 2012, p.53-91.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, M.I.M. *An introduction to functional grammar*. 3º ed. London: Edward Arnold, 2004.

HASENBALG, C.; GONZALEZ, L. *Lugar de Negro*. Editora Marco Zero Limitada, Rio de Janeiro, 1982.

HOOKS, B. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº16, jan./abr., 2015, p.193-210.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo*. Políticas Arrebatadoras. Rosa dos tempos, Rio de Janeiro, 2018.

HIRATA-VALE, F. B. M.; OLIVEIRA, T. P. de. *Funcionalismo(s) em Linguística: interface(s) entre morfossintaxe, semântica e pragmática na descrição e análise de língua(s)*. DELTA, São Paulo, v. 33, n. 1, p. III-XIV, mar.2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502017000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2020.
 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, 2019. 116p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). *Atlas da Violência 2020 - Principais Resultados*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>. Acesso em: 13 dez. 2020.

KRENSHAW, K. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidadepoliticade-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberlecrenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LACERDA, M. B. *Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica - PUC, Rio de Janeiro, 2010.

LAGE, N. *Linguagem jornalística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

LEMO, A. Cibercultura como território recombinate. In: MARTINS, C. D.; CASTRO S. D.; MOTTA, R. (Org.). *Territórios recombinate: arte e tecnologia - debates e laboratórios*. São Paulo: Instituto Sérgio Motta, 2007.

LÉVY, Pierre. *A revolução contemporânea em matéria de comunicação*. Revista Famecos, n. 9, 1998, p. 37-49.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P.; LEMO, A. *O futuro da internet*. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

MAGALHÃES, C. *Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras*. Linguagem em (Dis)Curso. 4/Especial: 35-60,2004.

MAGALHÃES, I. *Teoria crítica do discurso e texto*. Linguagem em (Dis)curso, Vol. 4, Número Especial. Tubarão: Unisul,2004, p. 113-131.

MAGALHÃES, C. M. *Percursos das abordagens discursivas associadas à Linguística Sistêmica Funcional*. Revista Multidiscursão, 2006.

MORAES, D. *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2016.

MORAES, D. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. *Mídia, poder e contrapoder*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2016.

MORAES, D. *Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan/jun, 2010.

MORAES, D. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Org). *Mídia, poder e contrapoder*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2016.

MUNIZ, A. J. *A agenda feminista na pauta do portal G1 de 2014 e 2018: Uma análise a partir dos estudos de gênero*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2019.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. Cad. Pagu, Campinas, n. 37, 2011, p. 219-246.

PERUZZO, C. M. K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0094-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PERUZZO, C. M. K. *Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PINHEIRO, L. S. *et al. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nota técnica n. 24, 2016, p.3-28.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes editores, 2011.

RAMONET, I. *A explosão do jornalismo na era digital*. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Org.). Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2016.

RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Org). *Mídia, poder e contrapoder*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2016.

ROSA, B. *Grupo Globo é o 17º maior conglomerado de mídia do mundo*. O Globo, 14 mai. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/grupo-globo-o-17-maior-conglomerado-de-midia-do-mundo-16159426>. Acesso em: 15 mar. 2021.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento:Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDINHA, T. B. *Linguística de Corpus: histórico e problemática*. DELTA, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 de junho 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502000000200005>.

SERRANO, P. Democracia e liberdade de imprensa. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Org). *Mídia, poder e contrapoder*. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2016.

SILVA, A. D. *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SOUZA, J. E. C. *Mulheres em protesto: uma análise crítica e multimodal da campanha "Música: uma construção de gêneros"*. 2021. Universidade Federal de São João del-Rei, 2021.

THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 9 ed., 2011.

UNESCO. *Um mundo, muitas vozes* (Relatório MacBride). Rio de Janeiro: FGV, 1983.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 15 mar. 2021.

VEIGA, A. M.; PEDRO, J.M. Gênero. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). *Dicionário crítico de gênero*. Prefácio Michelle Perrot. 2. ed. Dourado: Editora UFGD, 2015, p. 331-333.

WILLIAMS, R. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. London: Fontana, 1976.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WODAK, R. *Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. Linguagem em (dis)curso. Tubarão:s.n, v.4, n. especial, 2004, p. 223-243.